

ELISA MARCHIORO STUMPF

**NO LIMITE DO DIÁLOGO: EUFEMISMO E ENUNCIÇÃO
EM ÉMILE BENVENISTE**

PORTO ALEGRE

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS**

**NO LIMITE DO DIÁLOGO: EUFEMISMO E ENUNCIÇÃO EM
ÉMILE BENVENISTE**

ELISA MARCHIORO STUMPF

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem,
apresentada como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Stumpf, Elisa Marchioro

No limite do diálogo: eufemismo e enunciação em
Émile Benveniste / Elisa Marchioro Stumpf. -- 2017.
118 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. eufemismo. 2. enunciação. 3. diálogo. 4. língua.
5. cultura. I. Flores, Valdir do Nascimento, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Mais do que a conclusão do doutorado, esta tese simboliza um projeto de vida e foi testemunha de muitas mudanças ao longo de seu desenvolvimento. Sua finalização ocorre em um momento incerto para a academia brasileira e é um pequeno ato de resistência, assim como muitos outros de pessoas que ainda acreditam na pesquisa e na docência. Nesta empreitada, tenho a sorte de estar cercada de boas companhias, a quem gostaria de mostrar minha sincera gratidão.

Ao meu orientador, professor Valdir do Nascimento Flores, pelos anos de convívio em que pude aprender tanto; por ajudar a trilhar o caminho que conduziu a esta tese e por compartilhar comigo preciosas lições sobre a linguagem e a vida. Sem tua orientação, esta tese teria sido bem menos interessante!

Às professoras que aceitaram o convite para dialogar comigo sobre este trabalho. À professora Leci Barbisan, pelo privilégio de escutá-la. À professora Luiza Milano, que me tem instigado a refletir e qualificado minhas enunciações desde a banca de mestrado. À professora Márcia Romero, pelo otimismo verdadeiramente contagiante e por generosamente me ensinar tanto em diversos momentos.

À professora Carmem Luci da Costa Silva, por ter amparado minhas primeiras enunciações no mestrado e ser uma inspiração profissional.

Às professoras Gabriela Bulla, Juliana Schoffen e Margarete Schlatter, por me acolherem no Programa de Português para Estrangeiros e por todas as oportunidades que tive nesta área. Por meio delas, pude me reinventar como professora e perceber que não há aprendizagem sem diálogo.

À professora Marlene Teixeira (*in memoriam*), cujas gentis palavras de encorajamento ainda antes do início do doutorado ecoaram ao longo dos anos e me ajudaram a perceber que valia a pena percorrer este caminho.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS pelas discussões que enriqueceram este trabalho: Adélia, Aline, Carolina, Daniel, Diego, Gabriela, Heloísa, Renata e Silvana. Em especial, agradeço à Bruna e ao Lauro pelos valiosos diálogos que viraram publicações e à Daiane pelo incentivo e por me ajudar a acreditar que a tese daria certo.

Aos meus pais, Humberto e Jussara, pelo apoio que, de inúmeras maneiras, tornou este percurso menos árduo e solitário.

A todos os amigos, de perto e de longe, pela torcida afetuosa, por compreenderem a importância dos momentos de desabafo e de silêncio. Em especial, agradeço à Aline por todo o incentivo e ajuda, seja na forma de cafés, saídas, viagens ou comida. Agradeço também ao Giovani, que compartilha comigo as vivências acadêmicas, mas sabe que a vida não se resume a elas.

À Maria Alice, que me ajudou a elaborar a singularidade deste trajeto e a efemeridade das respostas.

Ao Éder e ao Giovane, pela ajuda na revisão e na versão do resumo para o francês.

Aos meus alunos, que incessantemente faziam deparar-me com os modos singulares de se estar na(s) língua(s).

À UFRGS, pela acolhida e por todas as (muitas) oportunidades de qualificação profissional que me ofereceu.

*Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais,
é só a fazer outras maiores perguntas.*

João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas

RESUMO

A presente pesquisa busca formular, a partir da perspectiva enunciativa tal como desenvolvida por Émile Benveniste, uma concepção de eufemismo, fenômeno linguístico comumente definido como uma forma de atenuar uma expressão desagradável. Mais especificamente, procuramos: a) realizar uma leitura da obra benvenistiana que dê relevo à dimensão antropológica da sua teoria sobre a linguagem; b) analisar como a problemática do eufemismo se faz presente na obra do linguista e relacioná-la com as reflexões sobre enunciação e diálogo tecidas por Benveniste; c) demonstrar como o eufemismo serve para abordar a relação entre língua e cultura por meio do viés da interdição e d) propor uma possibilidade de interpretação do eufemismo com base na teoria de Benveniste. Para tanto, realizamos uma pesquisa de literatura sobre eufemismo, que sintetiza as características do fenômeno comuns a várias abordagens, bem como atesta a ausência de uma perspectiva enunciativa de tratamento da questão. Também foi empreendida uma leitura dos *Problemas de Linguística Geral I e II* e do *Vocabulário das Instituições Indo-Europeias*, que conta com as contribuições de leitores da obra benvenistiana, dentre os quais destacamos Ono (2012, 2007), Flores (2017a, 2016, 2013, 2010) e Dessons (2006). Em nosso estudo, constatamos que a abordagem do eufemismo em Benveniste está relacionada com a questão da blasfêmia, do juramento e da performatividade. Formulamos, então, que o eufemismo pode ser considerado como um mecanismo que diz X e aponta para como X atenua Y (conteúdo interdito), evocando uma determinada noção Y sem designá-la, ao mobilizar aspectos não característicos de Y. A caracterização da blasfêmia e da eufemia levou-nos a desenvolver uma reflexão sobre como ambos os fenômenos se encontram no “limite do ‘diálogo’” (BENVENISTE, 2006, p. 90). Além disso, nosso trabalho procurou discutir sobre o que os eufemismos revelam a respeito da relação entre língua, cultura e homem, o que reforça a possibilidade de abordar as formas singulares pelas quais o homem se faz presente na língua através da abertura da dimensão antropológica da obra de Benveniste.

Palavras-chave: eufemismo; enunciação; diálogo; língua; cultura.

RÉSUMÉ

Cette recherche se propose de formuler, à partir de la perspective énonciative développée par Émile Benveniste, une conception d'euphémisme, phénomène linguistique généralement défini comme une forme d'atténuer une expression désagréable. Plus spécifiquement, on cherche à : a) réaliser une lecture de l'ouvrage benvenistien qui met en évidence la dimension anthropologique de sa théorie du langage ; b) analyser comment la problématique de l'euphémisme se présente chez le linguiste et l'associer aux réflexions sur l'énonciation et le dialogue menées par Benveniste ; c) démontrer comment l'euphémisme sert à aborder le rapport entre langue et culture à travers le biais de l'interdiction ; d) proposer une possibilité d'interprétation de l'euphémisme fondée sur la théorie de Benveniste. Pour y parvenir, on réalise une recherche bibliographique sur l'euphémisme qui synthétise les caractéristiques du phénomène communes à des approches diverses et qui atteste l'absence d'une perspective énonciative de traitement de la question. On procède aussi à une lecture des *Problèmes de Linguistique Générale I et II* et du *Vocabulaire des Institutions Indo-Européennes* qui compte sur les contributions de lecteurs de l'ouvrage benvenistien, parmi lesquels on détache Ono (2012, 2007), Flores (2017a, 2016, 2013, 2010) et Dessons (2006). Dans notre étude, on constate que l'approche de l'euphémisme chez Benveniste est en rapport avec la question de la blasphémie, du serment et de la performativité. On formule donc que l'euphémisme peut être considéré comme un mécanisme qui dit X et indique comment X atténue Y (le contenu interdit), en évoquant une notion Y donnée sans la désigner lorsqu'il mobilise des aspects non caractéristiques de Y. La caractérisation de la blasphémie et de l'euphémisme nous conduit à développer une réflexion sur comment les deux phénomènes se trouvent à la « limite du 'dialogue' » (BENVENISTE, 2006, p. 90). En outre, notre travail cherche à discuter ce que les euphémismes révèlent à propos du rapport entre langue, culture et l'homme, ce qui renforce la possibilité d'aborder les formes singulières par lesquelles l'homme se fait présent dans la langue à travers l'ouverture de la dimension anthropologique chez Benveniste.

Mots-clés : euphémisme ; énonciation ; dialogue ; langue ; culture.

ABSTRACT

This dissertation formulates a concept for euphemisms, a linguistic phenomenon generally understood as a way to soften an unpleasant word or expression. The concept we devise here is based on the enunciative perspective established by Émile Benveniste. Particularly, we sought to: a) read Benveniste's works so as to highlight the anthropological dimension in his theory about language; b) analyze how the issue of euphemisms is treated in his works and discuss it concerning his views on enunciation and dialogue; c) show how euphemisms can be used to approach the relationship between language and culture from the point of view of taboos, and d) propose an interpretation of euphemisms based on Benveniste's theory. In order to do so, we did a literature review about euphemism that summarizes its features as framed by different approaches and attests the lack of an understanding of the phenomenon through an enunciative perspective. We also read Benveniste's *Problems in General Linguistics I and II* and *Indo-European Language and Society* with support from scholars such as Ono (2012, 2007), Flores (2017a, 2016, 2013, 2010), and Dessons (2006). In our study, we demonstrate that the issue of euphemism in Benveniste's works is related to the phenomena of *blasphémie*, oaths, and performativity. We interpreted euphemisms as a mechanism that says X while simultaneously pointing to the way X softens Y (taboo content), evoking a given Y notion without naming it by activating atypical features of Y. Benveniste's definitions of *blasphémie* and *euphémie* caused us to reflect on how both phenomena are located at the "limits of dialogue" (BENVENISTE, 2006, p. 90). Furthermore, our work discusses what euphemisms reveal about the relationship between language, culture and speakers. This development reinforces the possibility of understanding the unique ways through which speakers mark themselves in language by unveiling the anthropological dimension in Benveniste's works.

Keywords: euphemism; enunciation; dialogue; language; culture.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: trecho do livro “Ponto de encontro: Portuguese as a world language”..... | 13 |
| Figura 2: Notícia veiculada no site do jornal <i>O Globo</i> | 15 |
| Figura 3: Notícia veiculada no site do jornal <i>O Estado de São Paulo</i> | 15 |
| Figura 4: Imagem veiculada pela página <i>Humaniza Redes</i> na rede social <i>Facebook</i> | 17 |
| Figura 5: Imagem veiculada pela página <i>Humaniza Redes</i> na rede social <i>Facebook</i> | 18 |
| Figura 6: Esquema da dupla propriedade de significância da língua | 48 |
| Figura 7: Síntese da dimensão antropológica. | 68 |
| Figura 8: Esquema das relações entre blasfemia e eufemia. | 81 |
| Figura 9: Síntese das abordagens do eufemismo em Benveniste | 95 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Síntese do tratamento do eufemismo presente em gramáticas brasileiras..... | 29 |
| Quadro 2: Síntese dos processos eufemizantes propostos por Correia (1927)..... | 31 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1. Objetivos..... | 19 |
| 2. Justificativa..... | 19 |
| | |
| 1. EUFEMISMO: UM FENÔMENO MULTIFACETADO..... | 25 |
| 1.1. Figuras e tropos | 26 |
| 1.1.1. <i>O eufemismo visto pelas gramáticas brasileiras</i> | 28 |
| 1.2. O eufemismo visto pela linguística | 32 |
| 1.2.1. <i>A presença do eufemismo em pesquisas linguísticas brasileiras</i> | 34 |
| | |
| 2. UMA TEORIA DA LINGUAGEM EM BENVENISTE: EM DIREÇÃO A UMA ANTROPOLOGIA..... | 37 |
| 2.1. Os pronomes e a (inter)subjetividade | 39 |
| 2.2. Linguagem, língua e pensamento: a faculdade humana de simbolizar | 42 |
| 2.3. A dupla significância da língua: semiótico e semântico..... | 46 |
| 2.4. A sociedade na língua..... | 53 |
| 2.5. Integrando homem, língua e sociedade: a enunciação | 58 |
| 2.6. Síntese, definições e encaminhamentos..... | 63 |
| | |
| 3. INTERDIÇÃO E EUFEMISMOS EM BENVENISTE..... | 70 |
| 3.1. Abordando a cultura através do léxico: a significação | 70 |
| 3.1.1. <i>“Eufemismos antigos e modernos”</i> | 72 |
| 3.1.2. <i>“A blasfemia e a eufemia”</i> | 75 |
| 3.2. Juramento | 83 |
| 3.3. Performatividade | 87 |
| 3.4. Estatuto do eufemismo em Benveniste..... | 90 |
| 3.5. Síntese do estatuto do eufemismo em Benveniste..... | 92 |

| | | |
|------|---|-----|
| 4. | ENUNCIÇÃO E DIÁLOGO NA BLASFEMIA E EUFEMIA | 96 |
| 4.1. | Enunciação e diálogo..... | 97 |
| 4.2. | A blasfemia e a eufemia no limite do diálogo | 100 |
| 4.3. | Blasfemia, eufemia e o falante: em direção a uma antropologia da enunciação | 103 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 108 |
| | REFERÊNCIAS | 112 |

INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre eufemismos. Tal ideia decorre de uma reflexão sobre um fenômeno aparentemente banal, mas que se faz presente cotidianamente: como falamos sobre aquilo que não devemos falar¹? Se a nossa entrada na cultura e na língua, na condição de sujeitos, vem carregada de interdições, como contornamos isso quando se trata do comportamento verbal? Se somos sujeitos porque falamos, como conseguimos falar sobre aquilo que não pode e não deve ser falado? O eufemismo surge, então, como um recurso linguístico que serve para suavizar uma ideia considerada indelicada ou grosseira (para o falante ou para o ouvinte), na medida em que oferece ao locutor outra forma de dizer algo, possibilitando que se evitem determinadas expressões. Assim, o eufemismo encontra-se intrinsecamente relacionado à questão do tabu linguístico, ou seja, a uma palavra ou expressão que é interdita em determinada sociedade, sendo seu uso uma transgressão de normas sociais. Além disso, o eufemismo também pode ser visto como um recurso que ajuda a sustentar a polidez nas interações, o que também depende fortemente de influências culturais. Pode-se afirmar que o eufemismo é um fenômeno complexo que está relacionado a uma série de outras questões de interesse para a linguística, tais como (im)polidez, violência verbal, atenuação e modalização, dentre outras .

Minha consciência a respeito desse tema tornou-se mais aguçada com uma experiência de intercâmbio acadêmico nos Estados Unidos. Selecionada como bolsista do programa *Foreign Language Teaching Assistant (FLTA)*, da comissão *Fulbright*², passei o ano letivo 2011-2012 como professora de português e estudante na *California State University*. Não demorou para que alguns encontros com a língua inglesa, na qual eu me considerava fluente, virassem tropeços. Descobri, com a ajuda de outros olhares, que eu fui, por vezes, “politicamente incorreta” ao usar determinadas expressões muito similares às que eu usava em português³. Assim foi com o uso constante de palavrões, hábito meu na língua portuguesa que não encontrou receptividade na

¹ Trata-se, aqui, de uma interdição tácita, a qual todos os membros de uma determinada cultura são socializados a respeitar.

² O programa seleciona professores para trabalhar com a divulgação e o ensino de sua língua materna (no caso, português) em instituições de ensino superior norte-americanas por 1 ano letivo. Além disso, o bolsista deve cursar disciplinas oferecidas pela instituição, sendo um dos requisitos um curso relacionado à história ou à cultura dos EUA.

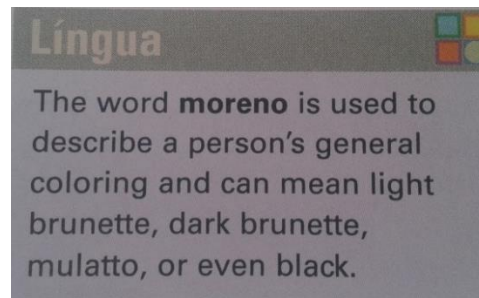
³ Não é por acaso que muitos estudos sobre a linguagem politicamente correta situam seu surgimento nos Estados Unidos, onde a importância de tal tema faz-se sempre presente na vida cotidiana (cf. LEFORT, RIBEIRO apud POSSENTI; BARONAS, 2006, p. 52).

cultura americana. A língua inglesa, entretanto, oferecia mecanismos interessantes para que eu pudesse mesmo assim me expressar: em vez de falar *shit* (“merda”), eu poderia falar *shoot*; para não falar *damn* (“maldição”), havia a opção *darn*; por fim, para não usar o nome de Deus dizendo *God*, eu poderia dizer *gosh*.

Lembro-me do desconforto sentido por alunos em uma aula de literatura em que o professor se aproximava da palavra *nigger* (“negro”, “preto”) – atualmente referida como *the n-word* – na sua leitura de um texto de Mark Twain. Embora eu tivesse ciência de algumas peculiaridades da cultura norte-americana, foi dessa forma que descobri tantas outras e vivenciei uma relação singular entre sujeito, língua, cultura e sociedade. A fluência gramatical e o conhecimento acerca do uso da língua pouco puderam me ajudar quando eu estava imersa em uma outra cultura, tendo que entender outra maneira de expressar e ver o mundo na e pela língua.

Nas aulas de português, via-me na posição dupla de professora e falante nativa da língua, o que não acontecia na minha trajetória como professora de inglês. Sentia-me constantemente dando explicações a respeito do funcionamento da língua e da cultura brasileira, motivada pelo fato de que os alunos não estavam inseridos nela. Em uma aula sobre a descrição física de pessoas, fui interrogada a respeito de uma observação do livro didático, reproduzida abaixo (figura 1).

Figura 1: trecho do livro “Ponto de encontro: *Portuguese as a world language*”.



Fonte: JOUËT-PASTRÉ, Clémence M. C. et al. **Ponto de Encontro: Portuguese as a world language**. 2. ed. New York: Pearson, 2012, p. 71.

O que intrigava os alunos era não só a quantidade de significados que a palavra “moreno” poderia assumir, mas o fato de ela poder servir como uma forma de “disfarce” ao ser usada para se referir a uma pessoa negra, o que contrariava o mito da democracia racial que existiria no Brasil. Ao falar sobre as diversas possibilidades para se referir a um negro em português e em

inglês e sobre quais palavras eram ou não aceitas, um aluno americano, filho de pais brasileiros, sistematizou a discussão da seguinte forma: em inglês, você pode usar a palavra *black* (“preto”, mas não considerada como pejorativa para referir-se a negros) para se referir a uma pessoa negra, mas não pode usar *nigger* (“preto”), palavra usada na época da escravidão com conotação altamente pejorativa). Em português, você pode usar a palavra “negro”, mas não a palavra “preto”⁴.

Essas percepções somaram-se à leitura de um artigo⁵ sobre a palavra *anchor baby* (“bebê âncora”). O texto em questão noticiava que o *American Heritage Dictionary* adicionaria uma marcação de uso indicando que esse termo é ofensivo ou depreciativo como consequência de um questionamento feito pelo *American Immigrant Council*, que achava a definição anterior muito neutra. Entravam em jogo aqui os valores que a cultura imprime na língua e o reconhecimento de que apenas conhecer a palavra não bastava para seu uso adequado. Em termos benvenistianos, posso dizer que eu reconhecia o signo como parte do sistema linguístico, mas eu não compreendia seu uso. Faltava-me interpretá-lo como palavra, na sua dimensão semântica. Faltava ir além e entender o que os americanos sentem em relação ao direito de solo, que assegura a nacionalidade americana a crianças nascidas no país, e, talvez ainda mais importante, a sua posição em relação à grande massa de imigrantes que (ainda) busca o “sonho americano”.

Essas observações levam-me a questionar: como se dá a relação entre língua e cultura? Se situarmos essa pergunta dentro da problemática língua e sociedade, teremos infinitas respostas, de acordo com as diversas teorias que se ocupam do assunto (cf. Justificativa). Entretanto, gostaria de chamar a atenção para momentos em que língua incomoda, causa estranheza, perturba os falantes. Ilustro esse fenômeno com os seguintes recortes (figuras 2 e 3):

⁴ Isso ilustra perfeitamente a consideração feita por Benveniste no final do texto “A forma e o sentido na linguagem”, na discussão entre semiótico e semântico: “pode-se transpor o semantismo de uma língua para o de outra, “salva veritate”; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semiótico de uma língua para outra; é a impossibilidade da tradução. Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico” (BENVENISTE, 2006, p. 233). Retomaremos esse raciocínio no segundo capítulo.

⁵ O texto encontra-se em disponível em http://www.huffingtonpost.com/2011/12/04/anchor-baby-dictionary-controversy_n_1128711.html. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

Figura 2: Notícia veiculada no site do jornal *O Globo*.



MPF pede retirada de circulação do dicionário Houaiss

Fonte: disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mpf-pede-retirada-de-circulacao-do-dicionario-houaiss-4083015>. Acesso em 30 de abril de 2015.

Figura 3: Notícia veiculada no site do jornal O Estado de São Paulo.



Fonte: disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,circenses-criticam-uso-pejorativo-de-palhadada-por-politicos,20010807p32960>. Acesso em 30 abril de 2015.

A que se deve esse incômodo? Se a língua é um instrumento de comunicação transparente sobre o qual os falantes têm controle, tal como muitos sentem, casos como esses não deveriam acontecer. Fica claro que a língua fere, ainda que ela mesma possa oferecer recursos para minimizar essa agressão. Tal constatação abre espaço para pesquisas que tematizem o discurso de ódio, os insultos e as injúrias, temas que atualmente foram impulsionados pelas tecnologias

digitais. Essas pesquisas, abrigadas na filosofia e na psicologia⁶ (apenas para citar algumas áreas), beneficiariam-se imensamente de reflexões linguísticas, em especial de teorias que concebiam a língua em uso⁷. Aliás, para um linguista, é interessante notar que, muitas vezes, as agressões trocadas no meio virtual culminam em frases do tipo “você nem mesmo sabe ler”, “você é um analfabeto”, o que nos leva a pensar que a mais potente agressão concebida pelos falantes atinge-nos justamente na relação com nossa própria língua.

Como linguistas, devemos nos questionar por que motivo a língua tem tamanho poder. Trago aqui a provocação da filósofa Judith Butler: “poderia a língua(gem) nos machucar se não fôssemos, em algum sentido, seres languageiros, seres que necessitam da língua(gem) para ser?”⁸ (1997, p. 2). Essa provocação aponta para a resposta: a língua(gem) fere porque dependemos dela para existir. Nas palavras do linguista Émile Benveniste (2005, p. 286, grifo do autor), que servirão de base para nosso estudo, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui *sujeito*”. A linguagem é a única realidade capaz de fazê-lo experimentar-se como sujeito; essa capacidade se dá porque a língua oferece-lhe formas que lhe permitem dela se apropriar para convertê-la em discurso. Poderíamos até mesmo propor que existimos linguisticamente antes mesmo de aprender a falar, pois a criança já é falada pelo seu círculo familiar antes de nascer, e nasce e cresce imersa nesse e em outros discursos.

Assim, tornamo-nos sujeitos a partir de experiências com as palavras, nossas e de outrem, a partir de trocas que não acontecem em um vazio: todos os discursos, como atos sociais que são, ocorrem em um dado momento e lugar e são culturalmente situados.

Nossa entrada na cultura, nesse espaço de interlocução com o outro mediada pela língua, vem acompanhada desde muito cedo de interdições. São os outros que nos mostram, de forma explícita ou não, como devemos nos comportar a fim de fazer parte de uma dada cultura. É dessa forma que aprendemos a “sentar como menina”, “dizer obrigado(a)”, “se comportar direito” etc. Esse regramento também é carregado de proibições: “não falar palavrão”, “não colocar a mão aí”, dentre outras .

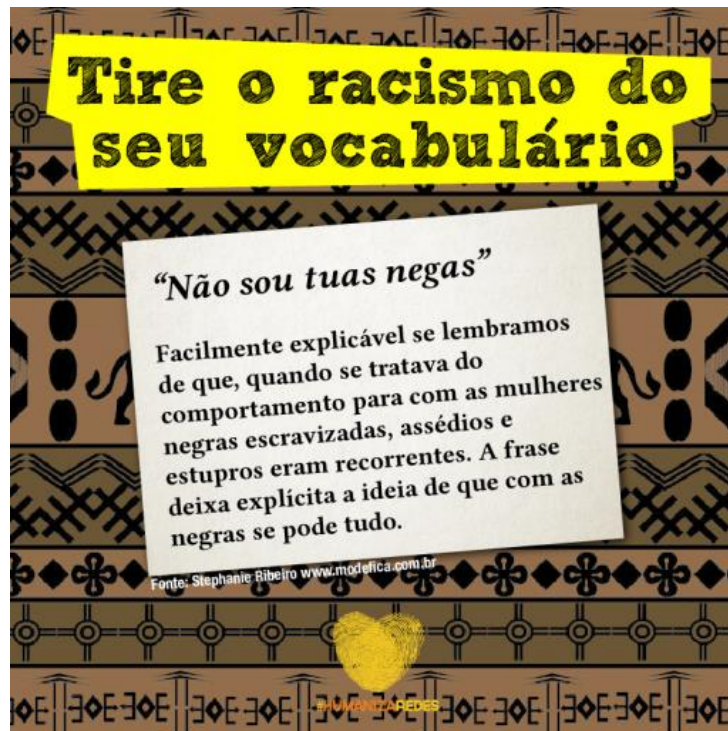
⁶ Na filosofia, temos como exemplo o trabalho sobre discurso de ódio de Judith Butler (1997), os estudos sobre insultos de Anderson e Lepore (2013) e Croom (2011); na psicologia, destacam-se as pesquisas de Jay (1992, 1999, 2009) sobre as palavras tabu e a sua utilização.

⁷ No Brasil, temos os trabalhos da professora Diana Luz Pessoa de Barros (2016), que estuda o discurso intolerante no meio digital sob a perspectiva da semiótica francesa. Há também o estudo realizado por Santos (2012) sobre os insultos na perspectiva da teoria dos atos de fala.

⁸ No original: “*could language injure us if we were not, in some sense, linguistic beings, beings who require language in order to be?*” Trata-se de uma tradução nossa, bem como as demais presentes ao longo do trabalho.

A língua, como instituição social que é, não escapa desse regramento. Além disso, como sistema interpretante por excelência dos demais sistemas de signos, a língua, especialmente o vocabulário, carrega os vestígios da cultura em que vivemos e também daquela em que vivíamos. Para Benveniste (2006), a língua, por não se modificar tão rapidamente quanto a sociedade, vai imprimindo valores e deixando traços que compõem, por sua vez, as possibilidades de sentido de uma determinada palavra. É assim que sentidos que, anteriormente, poderiam ser considerados inofensivos (por quem? É interessante perguntar) são problematizados hoje, como ilustram os exemplos abaixo⁹. Isso mostra o quanto a relação entre língua e cultura, bem como o sujeito que se encontra nelas, é um tema digno de debates.

Figura 4: Imagem veiculada pela página *Humaniza Redes* na rede social *Facebook*



Fonte: disponível em <https://www.facebook.com/humaredes/>. Acesso em 30 de abril de 2015.

⁹ As imagens foram retiradas de uma página chamada Humaniza Redes, disponível no *Facebook*. Entretanto, em 2017, ano de finalização da tese, elas não se encontravam mais nesta rede social, embora a página ainda exista, bem como o site oficial da iniciativa intitulada Humaniza Redes. De acordo com esta fonte, “o Humaniza Redes – Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet é uma iniciativa do Governo Federal de ocupar esse espaço usado, hoje, amplamente pelos brasileiros para garantir mais segurança na rede, principalmente para as crianças e adolescentes, e fazer o enfrentamento às violações de Direitos Humanos que acontecem online” (BRASIL, 2017).

Figura 5: Imagem veiculada pela página *Humaniza Redes* na rede social *Facebook*.



Fonte: disponível em <https://www.facebook.com/humaredes/>. Acesso em 30 de abril de 2015.

Se a língua fere, ela também oferece uma possível “solução” para tal “problema” por meio do uso de um eufemismo, que pode ser inicialmente definido como “o tropo em que há uma diminuição da intensidade semântica, com a utilização de uma expressão atenuada para dizer alguma coisa desagradável” (FIORIN, 2014, p. 78). Nosso trabalho pretende dar relevo a esse fenômeno, considerando suas dimensões linguísticas, intersubjetivas e culturais, e discutir o que seu uso indica a respeito da relação entre língua, cultura e homem. Conforme apontamos anteriormente, consideramos o eufemismo um mecanismo privilegiado por meio do qual pode-se abordar tais questões, visto que se encontra no cruzamento de temas como tabu linguístico, agressão verbal e discurso de ódio, (im)polidez e linguagem politicamente correta.

1. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é elaborar um conceito de eufemismo sob o ponto de vista enunciativo tal como formulado por Émile Benveniste. Esse fim se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Empreender uma leitura da obra de Benveniste com vistas a destacar e sistematizar suas reflexões sobre a dimensão antropológica da teoria da linguagem proposta pelo linguista.
- b) Analisar como a problemática do eufemismo se faz presente na obra do linguista e relacioná-la com as reflexões sobre enunciação e diálogo tecidas por Benveniste.
- c) Demonstrar como o eufemismo serve para abordar a relação entre língua e cultura por meio do viés da interdição.
- d) Propor uma interpretação do eufemismo com base na teoria de Benveniste.

2. Justificativa

Discussões sobre a relação entre língua e cultura/sociedade se intensificaram no contexto brasileiro nos últimos anos, como consequência de certa exposição midiática e de maior debate acerca do tema. Como vimos anteriormente, em 2012, o Ministério Público foi alvo de críticas ao ordenar a retirada de circulação do dicionário *Houaiss*, visto que este trazia uma acepção pejorativa (assim identificada) da palavra “cigano”. De forma similar, mas mais voltado para o contexto do ensino, tem se discutido o caráter racista de algumas obras de Monteiro Lobato (exemplo mencionado por Fiorin [2008]) e a sua adequação ao ambiente escolar atual¹⁰.

Esses exemplos mostram que existem momentos em que os falantes se dão conta de que a língua não é um instrumento de comunicação neutro, o qual utilizamos com razoável maestria na vida cotidiana. De fato, o que está em jogo nos dois casos é o papel e a importância da língua na sociedade e a sua relação com a cultura. Isso pode ser comprovado também pelo movimento a favor do politicamente correto, que surgiu “baseado na crença de que a língua que usamos influencia a maneira como pensamos”¹¹ (OXFORD, 2005, p. 367). Ilustra essa ideia a publicação

¹⁰ Conforme <https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/09/25/discussao-sobre-racismo-na-obra-de-monteiro-lobato-continua-hoje-em-reuniao-no-mec.htm>. Acesso em 08 de abril de 2017.

¹¹ No original: “based on the belief that the language we use influences the way we think”.

feita pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo do Rio Grande do Sul e intitulada “Manual para o uso não sexista da linguagem”. Na sua apresentação, encontra-se a afirmação de que existe um tratamento desigual entre homens e mulheres em todas as sociedades e que esse tratamento se reflete no uso que é feito da língua e é por meio dela reforçado. Dessa forma, a utilização de formas sexistas teria como consequência o apagamento das diferenças e a invisibilidade das conquistas sociais resultantes do movimento feminista. De maneira geral, o movimento a favor da linguagem politicamente correta, preocupado com o fato de que algumas formas de expressão possam ofender e sugerir preconceito, oferece alternativas ao falante, na tentativa de evitar certos termos. Assim, seus defensores acreditam que substituir (e até mesmo banir) palavras preconceituosas acabaria com o preconceito. Uma das saídas encontradas é o eufemismo, visto que ele é motivado pela vontade ou necessidade de suavizar algumas palavras, de modo a não ofender o alocutário.

Tais discussões atestam a importância de reflexões sobre a língua e a sociedade, dando espaço para que os linguistas possam debater os usos da linguagem em diversos contextos. Dessa maneira, acreditamos que este estudo pode contribuir para a discussão, trazendo outra perspectiva sobre os temas. Discutir acerca do uso de eufemismos envolve uma reflexão sobre o que é culturalmente aceito ou não e sobre como o contexto determina os usos linguísticos.

Em relação aos estudos linguísticos, esta pesquisa contribui de muitas maneiras, das quais desenvolvemos aqui quatro. Em primeiro lugar, podemos pensar em contribuições de natureza mais ampla, visto que esta pesquisa está inserida na problemática linguagem e sociedade, questão para a qual todas as teorias linguísticas deveriam formular uma resposta. De acordo com Ducrot e Todorov (2004, p. 79)¹², a relação entre linguagem e sociedade tem gerado vastas discussões, em especial no que diz respeito à natureza de tal relação. Essa proliferação de pesquisas sobre o tema reflete-se nas inúmeras denominações existentes: sociologia da linguagem, sociolinguística, etnolinguística, dentre outras. Na maioria dos casos, há o reconhecimento da existência de duas entidades distintas (linguagem e sociedade) e há a tentativa de estudar uma por intermédio da outra. Colocam-se as unidades em relação de causa e efeito, sendo que geralmente se busca estudar a sociedade por meio da linguagem. Dentre a diversidade de estudos, os autores diferenciam três abordagens principais.

¹² Referimo-nos aqui ao verbete intitulado “sociolinguística”, presente na obra *Diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje*, publicado por Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov em 1974. O texto em questão foi escolhido por trazer uma síntese do estado da arte sobre o tema que pode ainda ser considerada atual.

A primeira abordagem, chamada de sociolinguística, entende que a sociedade determina a linguagem. Assim, mudanças na linguagem são consideradas como reflexos de mudanças sociais. Acredita-se que “o estudo das variantes linguísticas permitirá circunscrever com precisão as variantes sociológicas (ou culturais etc.)”¹³ (DUCROT; TODOROV, 2004, p. 79). Ilustram tal abordagem os estudos iniciais de William Labov, que procurou relacionar algumas variantes fonológicas estudadas na fala de habitantes de Nova Iorque a diferenças sociais.

A segunda abordagem, intitulada pelos autores de etnolinguística, desenvolveu-se a partir dos trabalhos de W. Von Humboldt no século XIX. Ao contrário da primeira perspectiva, passou-se a postular que a linguagem é a causa das estruturas sociais, culturais e psíquicas. Por isso, também é a linguagem que organiza o mundo que nos cerca. Essas ideias serviram de base para estudos empíricos, como os trabalhos do grupo “neohumboldtiano” alemão, segundo os quais a linguagem encontra-se unida a uma visão de mundo. Partindo-se do pressuposto de que para cada língua há uma nação, seria possível entender a segunda através do estudo da primeira, o que gerou estudos baseados na ideia de campos semânticos, que se organizam de maneira diferente de acordo com as diversas línguas (DUCROT; TODOROV, 2004, p. 80). Herdeira de tal abordagem também é o que se conhece por “hipótese Sapir-Whorf”¹⁴, que postula que as categorias fundamentais do pensamento variam entre as línguas. Um terceiro tipo de estudo derivado da abordagem humboldtiana seria a tentativa de estabelecer taxonomias populares de línguas indígenas, mapeando áreas de vocabulário como parentesco, cores, plantas etc., levada a cabo por etnólogos americanos.

¹³ No original: “*el estudio de las variantes lingüísticas permitirá circunscribir con precisión las variantes sociológicas (o culturales, etc.) que las produjeron*”.

¹⁴ O que se conhece por esse rótulo nunca foi formulado como uma hipótese por Edward Sapir nem por Benjamin Lee Whorf, aluno e discípulo do primeiro, ambos influenciados por Franz Boas. Essa expressão recobre um conjunto de ideias dos dois autores que tratam da relação entre língua e pensamento e que atualmente é conhecido por relativismo linguístico. É relevante notar que a obra de Sapir tem um caráter fragmentado e ensaístico, o que dificulta que se defina algo como o ponto de vista de Sapir a respeito da relação entre língua e cultura (HYMES, 1983 apud VERMEULEN, 2009, p. 234). Seus estudos sobre as línguas nativas americanas levaram-no a concluir que a língua funciona como uma espécie de guia para conceptualizar a realidade social dos seus falantes. Whorf (1956 apud GUMPERZ; LEVINSON, 1996, p. 6) chama a atenção para o fato de que “usuários de gramáticas acentuadamente diferentes são direcionados por suas gramáticas a diferentes tipos de observações e diferentes avaliações de atos de observação externamente similares e, portanto, não são equivalentes enquanto observadores, mas devem chegar a diferentes visões de mundo” (no original: “*users of markedly different grammars are pointed by the grammars toward different types of observations and different evaluations of extremely similar acts of observation, and hence are not equivalent as observers but must arrive at somewhat different views of the world*”). O que era uma questão empírica para ambos os pesquisadores, algo que emergiu das suas observações de diversos sistemas linguísticos, transformou-se em uma hipótese que poderia ser validada (LEE, 2009, p. 266) e ocupou diversos estudiosos nos anos posteriores em pesquisas sobre termos para designar cores e parentesco, dentre outras pesquisas, com resultados conflitantes.

Uma terceira abordagem é delineada por Ducrot e Todorov: não se trataria mais de opor linguagem e sociedade, mas sim de entender a linguagem como um fato social, constituindo assim um novo objeto teórico. A isso, os autores chamam de antropologia linguística. Essa ideia, entretanto, não é exatamente nova. Prova disso é o fato de que ela subjaz a trabalhos bastante conhecidos. Ela está presente no trabalho do antropólogo Bronislaw Malinowski, que considera a linguagem como um modo de ação, distinguindo enunciados linguísticos de acordo com funções. O linguista John Rupert Firth também atribui uma dimensão accional aos enunciados, o que o leva a reconhecer a importância do contexto de situação e a propor o estudo em dois níveis: o primeiro seria uma tipologia das situações; o segundo, uma tipologia de funções. Os estudiosos do Círculo Linguístico de Praga igualmente dão ênfase às funções e o fazem considerando tanto as funções gerais da linguagem quanto as funções que enunciados particulares podem realizar. Outra contribuição para a antropologia linguística vem da filosofia da linguagem ordinária, com a elaboração da noção de força ilocucionária, ou seja, o efeito de um ato de fala.

É interessante notar que Ducrot e Todorov (2004, p. 85) afirmam que “o futuro da antropologia linguística é promissor, mas evidentemente depende dos progressos cumpridos no estudo da enunciação e na semântica”¹⁵. Dessa forma, constatamos que os autores também julgam pertinente uma contribuição advinda de uma perspectiva enunciativa para o estudo das relações entre língua e sociedade. Voltaremos a esse ponto mais adiante, quando discutirmos essas relações na obra de Benveniste (cf. infra 2.4)

Em segundo lugar, podemos destacar as contribuições que esta pesquisa pode fornecer aos estudos sobre eufemismo. Conforme explicaremos no próximo capítulo, as pesquisas sobre eufemismo ora enfocam suas causas, ora descrevem seu funcionamento linguístico de uma maneira um tanto quanto estreita. Até mesmo a abordagem pragmática não parece dar conta dos fatores sociais envolvidos no uso de eufemismos, além de tratar as questões de sentido inserida em uma perspectiva referencialista. Tal abordagem parece apenas reconhecer e dar lugar à existência de fatores externos à língua, sem teorizar de forma mais aprofundada sobre as relações entre língua e fatores sociais. Assim, acreditamos que a teoria enunciativa pode fornecer novos aspectos que ajudem a elaborar uma compreensão mais abrangente do fenômeno, visto que contempla as enunciações de um locutor em um dado espaço e tempo.

¹⁵ No original: “*el porvenir de la antropología lingüística es promisorio, pero evidentemente depende de los progresos cumplidos en el estudio de la enunciación y en la semántica*”.

Além disso, contemplar esse fenômeno a partir de uma perspectiva enunciativa implica uma revisão de sua classificação enquanto figura de linguagem que diria respeito apenas a uma questão de estilo. De fato, todas as enunciações de um locutor estão marcadas por sua subjetividade, mas esse conceito não se restringe a um nível individual. A subjetividade, entendida como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 2005, p. 286), diz respeito à própria constituição do homem como sujeito na e pela linguagem (BENVENISTE, 2005, p. 286). Entretanto, essa constituição implica um outro, visto que “eu” só se constitui em relação a “tu”. A afirmação de que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem” (BENVENISTE, 2005, p. 285) já mostra como essa constituição diz respeito à vida em sociedade e está atravessada desde sempre pela cultura¹⁶. Nas palavras do linguista, “de fato, é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (2005, p. 27).

Em terceiro lugar, a pesquisa também contribui para os estudos enunciativos, uma vez que trabalha com pontos da obra de Benveniste que estão apenas começando a ser explorados. Além da discussão a respeito da relação entre linguagem e sociedade, será necessário explorar a ideia de uma dimensão antropológica na teorização do autor, sistematizando conceitos como língua, sociedade, cultura, homem, sujeito etc. Ademais, o trabalho em questão exige o estudo de textos da parte dos *Problemas de Linguística Geral I e II* intitulada “Léxico e cultura”, que geralmente não eram estudados quando o foco da leitura da obra benvenistiana recaía sobre sua teoria enunciativa. O estudo do eufemismo permite, então, dar destaque a outros aspectos da teoria da linguagem desenvolvida por Benveniste, comprovando o fato muito citado entre pesquisadores da área a respeito da amplitude das suas reflexões e da abertura a outros campos que tal característica torna possível.

Antes de iniciarmos nosso estudo, é necessário fazer algumas considerações a seu respeito. Por conta da complexidade e da incompletude da obra de Benveniste, sabemos que ela pode ser objeto de diferentes leituras que, ao longo do tempo, acabam por ressignificá-la. Com

¹⁶ Isso é corroborado por Dessons (2006, p. 85) ao afirmar que “se a linguagem implica a sociedade como ela implica o indivíduo, então ‘a linguagem ensina a própria definição do homem’. O que constitui o fundamento da teoria da enunciação, uma teoria que não é funcionalista, no sentido de que ela descreveria o mecanismo de um instrumento, mas propriamente antropológica, pois ela estuda a linguagem como discurso, ou seja, processo pelo qual um sujeito se constitui na e pela sua fala”. [No original: “*si le langage implique la société comme il implique l’individu, alors ‘le langage enseigne la définition même de l’homme’. Ce qui constitue le soubassement de la théorie de l’énonciation, une théorie qui n’est pas fonctionnaliste, au sens où elle décrirait le mécanisme d’un instrument, mais proprement anthropologique, puisqu’elle étudie le langage comme discours, c’est-à-dire processus par lequel un sujet se constitue dans et par sa parole*”].

isso, queremos dizer que as considerações tecidas neste trabalho não se opõem às interpretações atuais da obra do autor, ainda que, futuramente, elas possam ter outras leituras.

A tese encontra-se estruturada da seguinte maneira. **No primeiro capítulo**, trazemos alguns estudos sobre eufemismos, mostrando como esse fenômeno é comumente abordado em gramáticas e em pesquisas linguísticas contemporâneas. A análise dos estudos possibilita depreender algumas características importantes a respeito do fenômeno. **No segundo capítulo**, fazemos um percurso intra-teórico pelos *Problemas de Linguística Geral I e II*, de forma a explicitar uma leitura que alarga as reflexões de Benveniste em direção a uma teoria sobre a linguagem e sintetizar o que entendemos por uma dimensão antropológica no pensamento do linguista e as implicações dessa dimensão para nosso estudo. **No terceiro capítulo**, voltamos nossa atenção mais especificamente ao tratamento do eufemismo em Benveniste, estudando dois textos presentes na seção “Léxico e cultura”, além de explorar algumas entradas de outra obra de Benveniste, o *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*. Esses textos ajudam a iluminar o que o linguista entende por eufemismo, na medida em que relacionamos tal tema com outros que ajudam a delimitá-lo. Os temas relacionados ao eufemismo e sobre os quais nos detemos são: blasfemia, juramento e performatividade. O capítulo finaliza com nossa formulação de uma explicação para o fenômeno. Por fim, **no quarto e último capítulo**, procuramos discutir a questão do eufemismo em relação às problemáticas da enunciação. Mais especificamente, procuramos mostrar como as reflexões sobre eufemismo podem contribuir para o desenvolvimento de outros aspectos da obra do autor, até então pouco explorados, como a discussão sobre enunciação e diálogo e a função e o papel da linguagem em uma sociedade.

1. EUFEMISMO: UM FENÔMENO MULTIFACETADO

O objetivo deste capítulo é explorar diferentes perspectivas sobre o eufemismo a fim de, posteriormente, cotejá-las com a proposta que desenvolvemos (cf. capítulo 3). Inicialmente, discutimos a classificação do eufemismo como uma figura de linguagem ou de pensamento, perspectiva bastante presente em obras de referência como gramáticas. Em seguida, apresentamos um breve panorama de pesquisas linguísticas mais recentes, que ressaltam o papel do contexto e dos interlocutores na análise de eufemismos. Ao buscarmos apoio na linguística, constatamos que, longe de ser apenas uma figura de linguagem restrita a usos mais rebuscados da língua, o eufemismo é um fenômeno que faz parte das enunciações comuns dos falantes em diversas situações e é um testemunho de como o locutor experiencia a relação entre língua e cultura. De fato, corroboram isso Jamet e Jobert ao afirmarem que "o estudo do eufemismo constitui assim uma porta de acesso privilegiada a uma dada cultura"¹⁷ (2010, p. 20).

Acreditamos que o eufemismo é o fenômeno que, de certa forma, abrange a maioria das considerações feitas anteriormente¹⁸ (cf. introdução), visto que seu uso aponta para uma interdição ao mesmo tempo em que mostra como o falante se "esquiva" dela. É também o que pensa Mélis (2010, p. 51) ao defender que o eufemismo "permite simultaneamente contornar e convocar o termo particular que supostamente designa mais adequada e diretamente a realidade em questão"¹⁹. É necessário ressaltar, entretanto, que esse é um fenômeno multifacetado, objeto de muitas definições e abordagens, as quais estudaremos detalhadamente abaixo.

Diferentes critérios foram utilizados para selecionar o *corpus* deste capítulo. Alguns textos foram escolhidos devido à sua importância histórica. É o caso do tratado escrito por Dumarsais em 1730 e o livro de Correia (1927), por ser a primeira obra sobre eufemismos em

¹⁷ No original: "l'étude de l'euphémisme constitue donc une porte d'accès privilégiée à une culture donnée".

¹⁸ Algumas considerações também tangem questões de polidez, tema que tem recebido a atenção de muitos linguistas, em especial após a publicação da obra *Politeness: some universals in language usage* (1987), por Penelope Brown e Stephen Levinson. Há uma ampla tradição de pesquisas na área da pragmática que operam com o modelo de face e de polidez proposto pelos autores. Mais recentemente, Culpeper (2011) tem chamado a atenção para o conceito de impolidez, que ocorre nas interações quando: "(1) o falante comunica um ataque à face intencionalmente, ou (2) o ouvinte percebe e/ou constrói um comportamento como um ataque à face intencional, ou uma combinação de (1) e (2)" (CULPEPER, 2005, p. 38). No original: "(1) the speaker communicates face-attack intentionally, or (2) the hearer perceives and/or constructs behaviour as intentionally face-attacking, or a combination of (1) and (2)".

¹⁹ No original: "permet simultanément de contourner et de convoquer le terme particulier qui est censé désigner plus adéquatement et plus directement la réalité en question".

língua portuguesa de que se tem conhecimento. Outros textos foram selecionados por serem materiais de referência na área, como o livro de Bonhomme (1998) sobre as figuras no discurso e as gramáticas de língua portuguesa cujos autores gozam de prestígio dentre os gramáticos brasileiros. Os estudos linguísticos em âmbito internacional sobre eufemismo foram eleitos por sua atualidade e pertinência ao tema do estudo. Especificamente no que tange ao contexto nacional, deve-se ressaltar que uma pesquisa utilizando apenas “eufemismo” como palavra-chave obteve poucos resultados em bases de dados brasileiras. Foi necessário ampliar a busca para temas relacionados, como tabu e linguagem politicamente correta, para que pudéssemos encontrar menções sobre o fenômeno em questão nas pesquisas linguísticas brasileiras atuais, o que justifica a inclusão de Almeida (2007), Rajagopalan (2000) e Fiorin (2008).

1.1. Figuras e tropos

Em primeiro lugar, pode-se destacar uma abordagem que caracteriza o eufemismo como uma figura de linguagem. Uma rápida pesquisa em gramáticas e dicionários mostra que tal definição é bastante frequente. É necessário, contudo, entender tal inclusão e precisar melhor de que tipo de figura – um conceito em si mesmo complicado – se trata. A seguir, encontra-se um apanhado da pesquisa empreendida em tais materiais, com destaque para as seguintes informações: a) classificação proposta; b) definição; c) mecanismos de realização e d) situações de uso²⁰. Inicialmente, apresentamos os resultados de uma pesquisa sobre figuras de linguagem ou tropos e a classificação dos eufemismos, utilizando-se os autores Bonhomme (1998) e Dumarsais (1988); posteriormente, faremos uma síntese das pesquisas realizadas em gramáticas da língua portuguesa.

Bonhomme (1998, p. 7) afirma que os termos *figura*, *tropo* e *imagem* não são equivalentes. Para o autor, a figura está ligada à retórica e relacionada à expressividade do discurso em relação à língua padrão. Para caracterizar algo como uma figura, Bonhomme propõe quatro características:

1. Ser uma forma discursiva marcada, percebida como algo específico;
2. resultar da escolha de um locutor;

²⁰ Cabe ressaltar que nem todas as fontes traziam todas essas informações.

3. ser mensurável, na medida que sua repetição facilita seu reconhecimento;
4. melhorar o enunciado, graças aos seus efeitos (argumentativos, afetivos, estéticos etc).

De acordo com o autor, o eufemismo é uma figura referencial, visto que tais figuras dizem respeito à relação entre linguagem e realidade. Nas palavras de Bonhomme (1998, p. 14), "pouco marcadas nos enunciados e dificilmente isoláveis em elementos formais, elas são sinalizadas pelas diferenças que elas introduzem entre o discurso e seu contexto"²¹. Seguindo esse raciocínio, o autor define o eufemismo por meio de sua função de atenuar a expressão de realidades desagradáveis, instituindo, assim, uma diferença de intensidade entre a realidade e o discurso.

O eufemismo, para o autor, concentra dois atos de fala: em primeiro lugar, um ato moderador, que borra a realidade à qual se faz referência; em segundo lugar, um ato melhorativo, que minimiza essa realidade. Em relação aos mecanismos de realização, Bonhomme propõe o eufemismo como uma figura derivada, que recobre a) alguns tropos, como a metáfora; b) algumas figuras sintáticas, como a perífrase e c) figuras morfológicas, como a apócope e a epêntese.

No que diz respeito às situações de uso, o eufemismo se realiza em duas situações discursivas. A primeira situação elencada pelo autor refere-se à atenuação de tabus que surgem de interdições culturais, tais como doenças, morte, atos fisiológicos e sexuais. A segunda situação alude à atenuação de problemas sociais, com destaque aos eufemismos utilizados na mídia e na linguagem administrativa.

Dumarsais, gramático francês do século XVIII que publicou uma obra intitulada *Des Tropes*, em 1730, classifica o eufemismo entre os tropos. Ao falar de figuras em geral, o autor critica a ideia de que elas são uma maneira de falar distante da maneira cotidiana. De acordo com o autor (DUMARSAIS, 1988, p. 62), “não há nada de tão natural, de tão ordinário e de tão comum que as figuras na linguagem dos homens”²². Essa gramática defende a ideia de que as figuras são próprias da linguagem humana e de que não é possível falar sem utilizá-las.

Para o autor, os tropos seriam uma parte específica das figuras, pois, por intermédio deles, as palavras assumem significações diferentes de sua significação própria²³. Dentre as inúmeras

²¹ No original: “*peu marquées dans les énoncés et difficilment isolables sur des éléments formelles, elles se signalent par les écarts qu’elles introduisent entre le discours et son contexte*”.

²² No original: “*il n’y a rien de si naturel, de si ordinaire et de si commun que les figures dans le langage des hommes*”.

²³ De acordo com Dumarsais (1988, p. 73), o sentido próprio de uma palavra é a sua primeira significação. O sentido figurado, por sua vez, decorre da utilização de uma determinada palavra com um outro sentido que não o primeiro.

possibilidades de utilização dos tropos, Dumarsais (1988, p. 77) destaca seu uso para “disfarçar ideias duras, desagradáveis, tristes ou contrárias à modéstia”²⁴, ressaltando aí os eufemismos. De fato, para o gramático, o eufemismo consiste em disfarçar tais ideias sob nomes que não são seus nomes próprios. Nesse sentido, o eufemismo funciona como uma espécie de véu, dando uma aparência mais agradável a ideias mais chocantes. O gramático (DUMARSAIS, 1988, p. 161) também resalta a ideia de que alguns eufemismos estão relacionados com uma superstição segundo a qual a simples pronúncia de uma palavra poderia atrair má sorte, o que ainda era possível de se constatar em cerimônias religiosas, em que se evitava chamar entidades religiosas por algum nome que lhes era desagradável.

Cotejando as considerações dos autores, podemos perceber uma discordância entre a classificação dos eufemismos como figura ou tropo. Bonhomme (1998) parte de uma visão referencialista para classificar o eufemismo como uma figura que expressa uma diferença entre a linguagem e a realidade. Nessa perspectiva, o eufemismo seria uma figura de linguagem que marca uma suposta discrepância entre o mundo real e a linguagem, visto que essa se encontra empregada de forma a atenuar o referente. Isso se dá por meio de dois atos: em primeiro lugar, há que se enfraquecer determinada realidade, para, em seguida, melhorá-la através das palavras utilizadas.

Para Dumarsais (1988), o eufemismo se encontra classificado como tropo, um tipo de figura cuja especificidade reside na diferença que se estabelece entre sentido próprio e sentido figurado. Aqui, não temos mais a relação entre linguagem e realidade, mas sim entre diferentes sentidos que uma mesma palavra pode assumir. Existiria, no entanto, uma correlação ideal entre as ideias e as palavras, correlação que pode ser quebrada por meio de eufemismos. Esses servem de véu, na medida que disfarçam uma ideia negativa sem, contudo, deixar de oferecer a possibilidade de entrevê-la.

1.1.1. O eufemismo visto pelas gramáticas brasileiras

Passando às gramáticas brasileiras, observamos que parece existir maior consenso na classificação e na definição do eufemismo. Todas as gramáticas pesquisadas classificam-no como

²⁴ No original: “*déguiser des idées dures, désagréables, tristes, ou contraires à la modestie*”.

uma figura de pensamento, embora apenas duas gramáticas digam o que entendem por isso. Na sua explicação, Azeredo (2008, p. 496) assume postura semelhante à de Bonhomme (1998), ao propor que “essas figuras manifestam seu rendimento no desacordo da relação de verdade entre o que se diz literalmente e a realidade da qual se fala”. Percebemos também que todas as definições de eufemismo dizem respeito ao fenômeno enquanto processo, e não enquanto produto. Ou seja, o eufemismo é o ato de empregar uma expressão eufemística, e não a expressão em si.

O quadro abaixo sumariza a pesquisa realizada. Em nenhuma das gramáticas consultadas, há menção sobre o funcionamento e o uso de eufemismos. A Gramática *Houaiss* também traz o disfemismo, definindo-o como “uso de palavra ou expressão considerada grosseira, grotesca, nauseante ou simplesmente desagradável em lugar de outra mais branda ou neutra” (2008, p. 500).

Quadro 1: Síntese do tratamento do eufemismo presente em gramáticas brasileiras.

| Obra | Classificação proposta | Definição |
|--|---|--|
| <i>Nossa gramática.</i> Luiz Antonio Sacconi (2010). | Figura de pensamento | “emprego de palavras ou expressões agradáveis, em substituição às que tem sentido grosseiro e desagradável” (p. 532). |
| <i>Gramática normativa da língua portuguesa.</i> Carlos Henrique da Rocha Lima (2005). | Figura de pensamento | “é o meio pelo qual se evita uma palavra ou expressão molesta, odiosa ou triste, substituindo-a por outra palavra ou expressão menos desagradável” (p. 518). |
| <i>Gramática Houaiss da língua portuguesa.</i> José Carlos de Azeredo (2008). | Figura de pensamento – “o desvio se dá no sentido geral da frase, no entendimento total da linguagem. Essas figuras manifestam seu rendimento no desacordo da | “atenuação de um fato trágico, grosseiro ou desagradável por meio de expressões consideradas mais amenas” (p. 500). |

| | | |
|---|---|--|
| | relação de verdade entre o que se diz literalmente e a realidade da qual se fala. Assim, é fundamental o conhecimento do referente, para a perfeita apreensão do sentido que se pretende atribuir ao enunciado” (p. 496), | |
| <i>Novíssima gramática da língua portuguesa.</i> Domingos Paschoal Cegalla (2008). | Figuras de pensamento – “processos estilísticos que se realizam na esfera do pensamento, no âmbito da frase. Nelas intervêm fortemente a emoção, o sentimento, a paixão” (p. 626) | “Consiste em suavizar a expressão de uma ideia triste, molesta ou desagradável, substituindo o termo contundente por palavras ou circunlocações amenas ou polidas” (p. 626). |

Fonte: elaborado pela autora.

Como algumas definições acima sugerem, o eufemismo estaria intimamente relacionado ao âmbito lexical e ao processo de substituição de palavras. Entretanto, esses não são seus únicos mecanismos de funcionamento linguístico. Além disso, é importante ressaltar que o eufemismo não é um mecanismo em si; ele se realiza por meio de inúmeros mecanismos, sendo que nenhum deles lhe é próprio. Há uma grande quantidade de estudos realizados sobre esse tema específico em língua inglesa (JAMET, 2010; WARREN, 1992; TOURNIER, 1991). Warren (1992), por exemplo, diferencia quatro meios principais de formação de eufemismos: dispositivos de formação de palavras (dentre os quais se encontrariam siglas, onomatopeias e derivação, dentre outros); modificações fonêmicas (abreviações, uso de asteriscos ou outros sinais gráficos, rimas e substituições fonêmicas); palavras estrangeiras (em especial do francês e do latim) e inovações semânticas (particularização de termo, implicação de uma relação entre conseqüente e antecedente, metáforas, metonímias, ironias ou opostos, dentre outras). Todavia, tais classificações costumam ser alvo de críticas, dada a dificuldade de delimitar alguns mecanismos

e pelo fato de que, muitas vezes, mais de um mecanismo se encontra empregado para formar um eufemismo. Ademais, a exaustividade das classificações não necessariamente ajuda a compreender o fenômeno.

Em português, entretanto, há poucas pesquisas dedicadas a eufemismos. Dentre elas, destaca-se um estudo bastante abrangente intitulado “O eufemismo e o disfemismo na língua e na literatura portuguesa”, publicado em 1927²⁵. Nesse trabalho, João da Silva Correia identifica vários “processos eufemizantes” (1927, p. 463), dividindo-os entre aqueles que ocorrem no campo dos auxiliares da linguagem e nos campos lexical, fonético, gramatical e estilístico. O quadro abaixo procura resumir a proposta do autor.

Quadro 2: Síntese dos processos eufemizantes propostos por Correia (1927).

| | |
|--------------------------------------|---|
| 1. Campo dos auxiliares da linguagem | 1.1 tom de voz 1.2 popismas 1.3 gestos |
| 2. Campo lexical | 2.1 elipse 2.2 substituição de fonemas 2.3 versão (emprego de palavras estrangeiras) 2.4 termo científico 2.5 arcaísmo 2.6 onomatopeias 2.7 vocábulos da linguagem infantil 2.8 interpretação vocabular 2.9 formas primitivas 2.10 formas derivadas 2.11 formas compostas 2.12 denominações afetuosas 2.13 termos genéricos (incluindo uso de pronomes) |
| 3. Campo fonético (deformação) | 3.1 redução 3.2 encorpamento (adição de fonemas) 3.3 deslocamento prosódico 3.4 mutação de fonemas 3.5 inversão dos sons 3.6 cruzamentos vocabulares |

²⁵ Cabe mencionar outro trabalho dedicado ao estudo de eufemismos no português, intitulado “O eufemismo e o disfemismo no português moderno”, de autoria de Heinz Kröll, publicado em 1984. Nessa obra, contudo, o autor limita-se a apresentar uma espécie de compilação de eufemismos divididos por temática (superstições, deficiências, decência, ofensas etc.).

| | |
|-----------------------|---|
| 4. Campo gramatical | 4.1 mudança de gênero 4.2 mudança de número 4.3 mudança de modos 4.4 mudança de tempos 4.5 mudança de forma proposicional 4.6 alianças vocabulares |
| 5. Campo sematológico | 5.1 metonímia 5.2 metáfora 5.3 alegoria 5.4 antífrase 5.5 trocadilho 5.6 etimologia popular |
| 6. Campo estilístico | 6.1 circunlocução 6.2 hipersemia 6.3 hipossemia 6.4 expressão negativa 6.5 frase paradoxal 6.6 repetição |

Fonte: elaborado pela autora.

O próprio autor admite que tal classificação não contempla o fenômeno na sua complexidade e aponta para a dificuldade de definir as fronteiras entre esses fenômenos. Para nosso estudo, mais interessante do que pensar apenas nos procedimentos linguísticos por meio dos quais se realiza o eufemismo é tentar entender o seu funcionamento discursivo, dado que alguns autores postulam que tal fenômeno só pode ser apreendido em uma determinada situação.

1.2. O eufemismo visto pela linguística

Conforme mostramos, muitos estudos focalizam apenas os mecanismos linguísticos de produção de eufemismos, entendendo-o como um fenômeno basicamente lexical empregado na substituição de palavras ou expressões consideradas inadequadas para o uso linguístico por equivalentes mais amenizados ou indiretos. Outras pesquisas, entretanto, procuram dar conta do seu funcionamento em situações reais de uso. Tais pesquisas tendem a enfatizar o papel do interlocutor, tanto na produção do eufemismo – na medida em que ele é um dos fatores que

determinam seu uso – quanto na recepção, visto que o ouvinte deve ser capaz de recuperar a ideia à qual o locutor faz alusão.

Essa perspectiva surgiu com pesquisas de orientação pragmática, que consideram o eufemismo em termos de face, ligado a questões de polidez e estilo e sujeito a convenções sociais do contexto pragmático (CASAS GÓMEZ, 2009). Pensar o eufemismo a partir de uma perspectiva pragmática ressalta: a) suas características discursivas; b) os elementos que estão em jogo no processo de comunicação; c) o papel interpretativo do ouvinte e d) os efeitos perlocucionários que nele podem ser produzidos pelos eufemismos. Definições como a de Allan e Burridge (1991 apud CASAS GÓMEZ, 2009, p. 732) mostram a importância de questões de preservação de face, tanto do locutor quanto do interlocutor, enquanto outras relacionam o fenômeno às máximas de cortesia²⁶, visto que o emprego de eufemismos seria uma forma de respeitar o direito do ouvinte de não ser incomodado (ALCARAZ VARÓ; MARTÍNEZ LINARES, 1997 apud CASAS GÓMEZ, 2009, p. 733). No entanto, a grande contribuição das definições advindas da pragmática é que elas ressaltam a importância da consideração do contexto no qual se situam os interlocutores, visto que o eufemismo, enquanto fenômeno discursivo, é provocado por fatores sociais, e o seu sucesso, segundo essa perspectiva, depende do reconhecimento da intenção do locutor pelo alocutário.

Como afirmam Jamet e Jobert (2010, p. 19), “o eufemismo não existe em si mesmo, pois é somente no reconhecimento pelo co-enunciador que ele surge”²⁷, o que leva os autores a defender uma abordagem que considera a dimensão intersubjetiva desse fenômeno. Propor a existência de tal dimensão no uso de eufemismos significa que seu funcionamento (e, até mesmo, seu sucesso, para algumas correntes) depende dos interlocutores e, especialmente, da interpretação feita pelo alocutário. Assim, o que alguns autores chamam de “efeito eufêmico” (MÉLIS, 2010, p. 55) se localiza na recepção do enunciado, pois é o alocutário quem decide, em última instância, a respeito da interpretação de uma mensagem. Se concordamos que diferentes

²⁶ Lakoff (1973 apud SILVA, 2008, p. 171), em uma releitura de Grice, elabora regras de cortesia cuja finalidade seria evitar conflitos em uma troca verbal. As regras podem ser resumidas em três máximas: 1) *não imponha!*, a qual implica que o locutor não deve ser autoritário em relação ao interlocutor; 2) *ofereça alternativas*, quando o interlocutor tem liberdade para interpretar a mensagem e 3) *seja amigável*, que diz respeito ao fato de deixar o interlocutor confortável durante a interação. De acordo com Silva (2008, p. 171), o uso de eufemismo está relacionado à segunda regra e “tem o objetivo de dar ao interlocutor a opção de não entender e, assim, optar por outra interpretação da mensagem”.

²⁷ No original: “*l’euphémisme n’existe plus en soi car c’est seulement dans la reconnaissance par le co-énonciateur qu’il prend vie*”.

alocutários possam entender um enunciado de maneira distinta, resta afirmar que não há eufemismos puros²⁸, pois tal interpretação depende de um contexto situacional delimitado.

Além disso, a dimensão intersubjetiva também traz consigo aspectos sociais e culturais, visto que as interações não acontecem em um vácuo. O eufemismo é um fenômeno privilegiado porque favorece o estudo conjunto de língua e cultura, na medida em que evidencia como cada língua interpreta a sociedade. Isso explica, por exemplo, o uso de eufemismos para realizar críticas, pois o efeito provocado (muitas vezes, irônico), é mais bem aceito socialmente do que uma crítica direta. Ademais, o eufemismo é um vestígio daquilo que é considerado tabu²⁹ em uma determinada cultura, uma vez que os locutores só atenuam aquilo que eles acreditam não poderem falar de forma “crua”. Assim, o eufemismo mostra como o locutor expressa sua relação com a sociedade através da língua.

1.2.1. A presença do eufemismo em pesquisas linguísticas brasileiras

Em se tratando de pesquisas da área da linguística, vemos que esse tema ainda não recebeu a devida atenção no cenário brasileiro. Há algumas pesquisas sobre a contraparte do eufemismo, o tabu linguístico. A mais antiga que encontramos foi a realizada por R. F. Mansur Guérios, intitulada “Tabus linguísticos” (a nota da primeira edição, assinada pelo autor, data de 1955). Nela, o autor conceitua brevemente seu objeto de estudo e faz uma classificação de

²⁸ Disso, poderia resultar a conclusão de que seria impossível elaborar dicionários de eufemismos, como vemos frequentemente em inglês e, mais recentemente, em português. Existem eufemismos que, de tão usados em uma determinada cultura, podem já ser considerados como lexicalizados, o que poderia retirar o seu “efeito eufêmico” em uma dada situação de uso. Para Jamet (2010, p. 34), “os eufemismos muito lexicalizados tornam-se frequentemente clichês, e se transformam em simples termos quase sinonímicos, geralmente com uma simples variação de registro e/ou de nível de língua” [no original: “*les euphémismes très lexicalisés deviennent souvent des clichés, et se transforment en simples termes (quasi) synonymiques, avec généralement une simple variation de registre et/ou de niveau de langue*”].

²⁹ Embora seja um conceito importante em nossa tese, não teorizamos sobre ele. Baseamo-nos em Freud, que ressalta que “*tabu* é uma palavra de origem polinésia cuja tradução nos causa dificuldades porque não temos mais o conceito designado por ela. [...] O significado do tabu se diferencia em duas direções opostas. Por um lado, significa ‘sagrado’, ‘consagrado’; por outro, ‘sinistro’, ‘perigoso’, ‘proibido’, ‘impuro’” (FREUD, 2013, p. 58, grifos do autor). Mais adiante, o psicanalista esclarece: “o tabu é uma proibição antiquíssima, imposta de fora (por uma autoridade) e dirigida aos desejos mais fortes do ser humano. O desejo de transgredi-lo persiste em seu inconsciente; as pessoas que obedecem ao tabu têm uma atitude ambivalente em relação àquilo que ele atinge. A força mágica atribuída ao tabu se deriva da capacidade de tentar as pessoas; essa força se comporta como uma infecção, porque o exemplo é contagioso e porque o desejo proibido se desloca a outra coisa no inconsciente. O ato de expiar a violação do tabu por meio de uma renúncia demonstra que há uma renúncia na base da obediência ao tabu” (FREUD, 2013, p. 78).

diferentes tipos de tabu. Deve-se ressaltar o estudo de Preti (1983) sobre a linguagem obscena no Rio de Janeiro do início do século XX. Partindo de uma perspectiva sociolinguística, o autor entende o léxico como um reflexo das atitudes sociais e mostra quais os mecanismos pelos quais se configurava a linguagem erótica, dentre eles o eufemismo. Atualmente, encontramos estudos sobre tabus linguísticos realizados no âmbito da dialetologia. Um exemplo de tais estudos é o trabalho de Almeida (2007), que analisa atlas linguísticos brasileiros a fim de definir uma tipologia dos tabus presentes, selecionando seis campos semânticos (fenômenos atmosféricos, corpo humano, religião e crenças, doenças, ciclos da vida e convívio e comportamento social) e apresentando as formas de substituição das palavras tabus encontradas nos atlas analisados. A autora entende tabu como “o termo ou a expressão que é, de certa forma, evitada e não deve ser proferida por se acreditar que tenha o poder de causar-lhe algum malefício” (2007, p. 28). Ao estudar os atlas, Almeida procurou identificar as formas pelas quais os tabus são referidos, a saber, eufemismos, disfemismos, diminutivos, formas neutras, expressões genéricas, particularidades físicas, metonímia e metáfora. O eufemismo entra, então, como um dos meios que possibilita aos sujeitos falarem de um assunto tabu sem empregarem palavras consideradas desagradáveis.

Os eufemismos também são mencionados em artigos sobre a linguagem politicamente correta, de autoria de alguns linguistas brasileiros importantes. Rajagopalan (2000) problematiza os ataques que esse tipo de discurso tem sofrido no debate público sobre o tema no Brasil. O linguista recusa a ideia segundo a qual as palavras e as coisas estão em uma relação de arbitrariedade³⁰ e propõe que a linguagem age sobre o mundo. De acordo com essa visão, modificar certas expressões linguísticas constitui uma necessidade e, na opinião do autor, uma arma fundamental, ainda que insuficiente se solitária, na luta contra os preconceitos. Rajagopalan (2000) afirma que o eufemismo é um recurso linguístico que ilustra como os falantes dão mais valor à língua e às palavras do que dariam caso o vínculo entre língua e referente fosse arbitrário, pois a tal recurso subjaz a ideia de que as palavras têm o poder de descrever o mesmo objeto de maneira diferente, mudando a percepção que o falante tem do referente.

³⁰ Ideia bastante difundida, mas que provém de uma leitura pouco atenta de Saussure, que postula ser arbitrário o vínculo entre o significante e o significado. Entretanto, no próprio texto do *Curso de Linguística Geral*, podemos encontrar a seguinte advertência: “o signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 1975, p. 79). A relação entre a palavra e o objeto não concerne à linguística tal como Saussure a propõe.

Para Fiorin (2008), a ideia de reformar o vocabulário de forma a evitar veicular preconceitos é válida, desde que sejam respeitados alguns princípios do funcionamento da língua, sob a pena de ver os esforços em tal empreitada revelarem-se inúteis. De acordo com o linguista, nessa busca por outras palavras, o eufemismo aponta para os preconceitos existentes em uma sociedade, de forma que as novas palavras terminam por ser contaminadas por tais posturas discriminatórias. Embora seja necessário usar termos “fortemente identificados com atitudes racistas, machistas, etc.”, “não basta mudar a linguagem para que a discriminação deixe de existir” (FIORIN, 2008, p. 3).

Cotejando o que é exposto em gramáticas com as pesquisas linguísticas, podemos fazer algumas generalizações a respeito do eufemismo:

- 1) Não se trata de uma simples substituição de palavras, mas sim de um processo de atenuação de uma ideia desagradável;
- 2) não está restrito ao nível lexical, realizando-se em vários níveis linguísticos;
- 3) não emprega mecanismos próprios, podendo ser realizado de inúmeras maneiras;
- 4) não consiste em uma forma mais rebuscada de falar, fazendo-se presente na linguagem cotidiana;
- 5) tem sua motivação nos tabus sociais, não sendo possível estudá-lo separadamente;
- 6) sua compreensão envolve a consideração de aspectos culturais e (inter)subjetivos.

Na visada que desenvolveremos posteriormente, inserida no campo dos estudos enunciativos e amparada pela teorização do linguista Émile Benveniste, partimos da ideia de que o eufemismo é um mecanismo por meio do qual o locutor imprime sua presença na língua. Não se trata de um uso estilístico, mas do emprego de um mecanismo que busca assegurar a entrada do homem na língua, visto que é a forma pela qual o locutor contorna o que não pode ser dito. É, sem dúvida, uma das maneiras mais singulares pelas quais o homem se apropria da língua e torna-a própria de si, visto que ocorre uma espécie de “desafio”: diante de uma cultura que interdita algumas formas linguísticas, o locutor encontra maneiras de se colocar na língua apesar disso.

2. UMA TEORIA DA LINGUAGEM EM BENVENISTE: EM DIREÇÃO A UMA ANTROPOLOGIA

Nos últimos anos, pesquisas que trabalham com a teoria de Émile Benveniste têm relacionado a obra do linguista com uma perspectiva antropológica (DESSONS, 2006; ONO, 2007; LAPLANTINE, 2008; TEIXEIRA, 2012; MALAMOUD, 2016). Dessons talvez seja o primeiro autor a perceber, na reflexão de Benveniste, o que ele chama de uma antropologia da linguagem³¹ (2006, p. 43). Podemos depreender das formulações de Dessons que há uma dimensão antropológica na obra de Benveniste e que ela se relaciona com o fato de que, “entre a linguagem e o homem, há implicação recíproca. Existe linguagem desde que existe homem³², e homem, desde que existe linguagem³³” (2006, p. 75). Ono (2007) critica uma leitura individualista da enunciação, em voga durante muito tempo, pois o “eu” que fala não enuncia de lugar nenhum; ele se encontra em uma sociedade, em uma interlocução com “tu”, portanto não está enclausurado em si mesmo. A autora aponta que, a partir dessa outra leitura, “Benveniste insere a questão da linguagem em um quadro antropológico mais vasto³⁴” (2007, p. 220). Laplantine (2008) propõe que Benveniste escreveu uma antropologia, mas deixa claro que não se trata de uma reflexão de base disciplinar (embora Benveniste tenha tido relações com teóricos importantes do campo), mas sim uma reflexão sobre o homem e sua presença na língua. Teixeira também sinaliza uma “antropologia da linguagem” (2012, p. 80) presente na obra do autor, ou, conforme a autora, a existência de um projeto de uma ciência geral do homem.

Nos trabalhos mais recentes da área de enunciação, pode-se perceber uma passagem de estudos mais restritos à descrição de marcas de subjetividade em enunciados em direção a pesquisas que procuram mostrar que: a) há uma teoria da linguagem presente na obra

³¹ Isso não deve ser confundido com o que se convencionou chamar de “antropologia linguística”, que diz respeito a uma corrente de estudos nascidos da associação entre as disciplinas de linguística e antropologia, especialmente na segunda metade do século XX nos Estados Unidos, cujo objetivo é “fornecer uma compreensão dos aspectos multifacetados da língua(gem) como um conjunto de práticas culturais” (DURANTI, 1997, p. 3). No original: “*providing an understanding of the multifarious aspects of language as a set of cultural practices*”.

³² A fim de respeitar os textos originais, utilizamos a palavra “homem”, que serve, na obra de Benveniste e ao longo deste trabalho, como sinônimo de ser humano. O esclarecimento faz-se necessário porque nem sempre na história do pensamento ocidental tal sinonímia pôde ser verificada.

³³ No original: “*entre le langage et l’homme, il y a implication réciproque. Il y a langage dès qu’il y a homme, et homme dès que langage*”.

³⁴ No original: “*Benveniste inserit la question du langage dans un cadre anthropologique plus vaste*”.

benvenistiana, e não apenas uma teoria da enunciação, e b) ela fornece subsídios para pensar um projeto de uma ciência geral do homem. Sustenta-se, assim, que essa nova forma de pensar a teoria mostra-se útil em diversos estudos sobre as “atividades significantes dos homens em qualquer tipo de interação social” (TEIXEIRA, 2012, p. 72). Fala-se também, mais recentemente, de uma *antropologia da enunciação* (SILVA; FLORES, 2015; FLORES, 2016), uma reflexão que, embora certamente relacionada à teorização benvenistiana, ultrapassa-a na tentativa de apreender o falante construindo um saber sobre a língua e sua atividade de falar. Essas breves considerações mostram, portanto, que relacionar “enunciação” e “antropologia” não é algo que acarrete uma compreensão evidente. Cabe, dessa forma, esclarecer o que entendemos por uma dimensão antropológica no pensamento de Benveniste e a importância que esse aspecto assume em nosso trabalho.

Toma-se como axioma dessa nova visada a ideia de que “o homem está na língua”. Esse princípio não é algo inédito nas pesquisas enunciativas, pois, como dissemos anteriormente, elas têm tradicionalmente se ocupado em mostrar as marcas de subjetividade em diversas manifestações linguísticas. Entretanto, acreditamos que eleger esse princípio como norteador da leitura da obra benvenistiana revela e dá destaque a nuances do pensamento do autor até então poucos exploradas, o que permite ver não apenas uma teoria da enunciação, mas uma reflexão dedicada à importância da linguagem na constituição do homem e o funcionamento da língua na sociedade, em especial no que diz respeito ao seu caráter significante. Esse é, portanto, o primeiro objetivo deste capítulo: esclarecer como as reflexões sobre a linguagem presentes na obra de Benveniste não se restringem à temática da enunciação e abrem espaço para pensar o que estamos chamando de uma dimensão antropológica.

O que significa, mais precisamente, dizer que “o homem está na língua” e por que essa ideia está relacionada com a dimensão antropológica do pensamento benvenistiano? Uma resposta inicial seria dizer que concordamos com Dessons (2006, p. 28), quando este postula que “o homem se define em relação à linguagem, concebida como sua atividade fundadora³⁵”. É necessário, contudo, analisar mais detalhadamente a obra de Benveniste e mostrar como o autor elabora essa ideia ao longo das suas reflexões, o que constitui nosso segundo objetivo neste momento. Primeiramente, procuramos mostrar como a língua oferece ao homem formas para que, por meio de sua apropriação, ele se torne sujeito, ou, de acordo com Benveniste (2005, p. 289), “a

³⁵ No original: “*l’homme se définit par rapport au langage conçu comme son activité fondatrice*”.

linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão”. Em segundo lugar, exploramos como a linguagem permite ao homem simbolizar suas experiências a partir do sistema semiológico que é a língua. Por último, procuramos elucidar como se dá a relação entre língua e sociedade para Benveniste.

Seguindo esse raciocínio, vamos definir conceitos-chave da reflexão benvenistiana para nosso trabalho e nossas considerações parciais, de forma a progredirmos para o próximo capítulo. Cabe ressaltar que escolhemos como *corpus* deste capítulo os textos que compõem os *Problemas de Linguística Geral I e II* por acreditarmos que é onde podemos encontrar a reflexão mais elaborada do autor a respeito da ideia de que o “homem está na língua”. Sabemos que o *Vocabulário das Instituições Indo-europeias* também apresenta uma análise detalhada a respeito da relação entre língua e sociedade, porém interessa-nos mais, nesse momento, pensar mais nas bases que possibilitaram essa análise do que nos exemplos. Quando necessário, entretanto, faremos referência às demais obras de Benveniste de forma a esclarecer os pontos abordados neste capítulo.

2.1. Os pronomes e a (inter)subjetividade

Dizer que “o homem está na língua” afasta, de imediato, qualquer perspectiva pragmática e funcionalista que considera a língua como um dos tantos outros instrumentos criados pelo homem no curso de sua evolução. No texto “Da subjetividade na linguagem” (1958), Benveniste (2005, p. 285) explica que os instrumentos estão relacionados com a cultura, com a ideia de que o homem age sobre seu meio para moldar a natureza a seu favor. A linguagem, por sua vez, não é algo criado pelo homem, não vem de sua ação sobre a natureza, mas está na própria natureza humana. É próprio do homem falar. Atentemos para a reflexão proposta pelo linguista:

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005, p. 285).

É impossível conceber o homem sem a linguagem e a linguagem sem o homem. Além disso, o trecho mostra como a linguagem fundamenta a sociedade, visto que não se pode pensar em um homem apenas, pois a enunciação é sempre dirigida a outrem, ainda que o mesmo homem faça um duplo papel de locutor e interlocutor em determinados casos, como o monólogo.

Se voltarmos à citação anterior, vemos que o último trecho parece bastante enigmático. Como poderia a linguagem ensinar a definição do homem? Benveniste responde logo após, afirmando que “a subjetividade [...] não é mais do que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem” (2005, p. 286). Ou seja, somos capazes de nos definirmos enquanto sujeitos por causa de uma característica da linguagem, que é a capacidade de expressar a experiência subjetiva por meio de formas linguísticas próprias para isso. Nas palavras do autor, “é ‘ego’ quem *diz ego*” (2005, p. 286), ou seja, é propondo-se como “eu” no discurso que experienciamos a subjetividade.

Essa resposta fornecida por Benveniste não tem nada de simples e começa a ser esboçada no texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946). Nesse texto, Benveniste chama a atenção para um fato aparentemente banal: “todas as línguas [...] possuem pronomes pessoais” (2005, p. 249), ressaltando que as classificações dos pronomes, herdadas da gramática grega, “não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas” (2005, p. 248).

Na esteira de Saussure, o linguista pretende estabelecer uma explicação que mostre o funcionamento diferencial dos pronomes dentro de um sistema. Em vez da classificação grega, Benveniste toma emprestada a classificação das pessoas propostas pelos árabes, segundo os quais a primeira pessoa é “aquele que fala”; a segunda, “aquele a quem nos dirigimos” e a terceira, “aquele que está ausente” (BENVENISTE, 2005, p. 250).

Essa classificação coloca em evidência a disparidade entre as duas primeiras pessoas e a terceira. No caso das duas primeiras pessoas, temos não somente uma pessoa implicada, mas também um discurso sobre essa pessoa. De acordo com Benveniste (2005, p. 250, grifos do autor), “*eu*” designa aquele que fala e implica simultaneamente um enunciado sobre o ‘eu’”. Já a segunda pessoa, “*tu*”, é necessariamente designada por *eu* e “não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’ [...]”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam” (BENVENISTE, 2005, p. 250).

Porém, a terceira pessoa não pode ser propriamente denominada 'pessoa', já que a pessoa só é própria das posições “eu” e “tu”. O linguista utiliza exemplos de diversas línguas para comprovar o fato de que a terceira pessoa é a expressão impessoal por excelência: ela “serve sempre quando a pessoa não é designada e principalmente na expressão dita impessoal” (BENVENISTE, 2005, p. 252) e “é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente” (BENVENISTE, 2005, p. 253).

Contrariamente à terceira pessoa, algumas características são comuns a “eu” e “tu”. Em primeiro lugar, eles são irrepetíveis: o “eu” que enuncia se dirige a um “tu”, sendo ambos sempre únicos. “Ele”, por sua vez, pode ser vários sujeitos ou nenhum. Em segundo lugar, eles são inversíveis: o “tu” definido por “eu” pode inverter-se em “eu”, e o “eu” anterior se torna um “tu”, enquanto “ele” não designa ninguém. Dessa forma, Benveniste propõe a correlação de pessoalidade, própria de “eu-tu”, excluindo “ele”.

“Eu” e “tu” sejam caracterizados pela marca de pessoa, entretanto, eles se opõem um ao outro no interior dessa categoria. Isso se dá por duas razões: a) “eu” é interior ao enunciado e exterior a “tu” e b) “eu” é sempre transcendente em relação a “tu”. Esta é a correlação de subjetividade, que define o “tu” como pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva “eu”.

O linguista continua seu raciocínio no artigo “A natureza dos pronomes” (1956). Benveniste inicia seu texto propondo que os pronomes são um problema de linguagem e, por isso, um problema de línguas. Tomando como fato de linguagem, ele mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, pois uns pertencem à sintaxe da língua, enquanto outros dizem respeito às “instâncias de discurso”, ou seja, “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 2005, p. 277).

Para poder efetuar essa diferenciação, em primeiro lugar, devemos partir da ideia de que os pronomes pessoais não estão em situação de igualdade entre si, já que a própria noção de pessoa falta em “ele”. Diferentemente de signos cujo emprego refere-se a uma noção constante e objetiva, o emprego de “eu” não se refere a uma classe de referência, visto que não se pode encontrar um objeto definível como “eu”. Para Benveniste (2005, p. 278), “eu significa a 'a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu’”. O mesmo ocorre com “tu, [...] 'indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística tu’” (2005, p. 278). Com isso, Benveniste conclui que a referência necessária à instância de discurso

reúne “eu/tu” a uma série de indicadores, formas que não se referem a posições objetivas, mas sim à enunciação, cada vez única e particular.

Desse modo, ao se apropriar da língua e enunciar “eu”, o locutor instaura um centro de referência interno que só pode ser compreendido em relação à instância de discurso mobilizada pela enunciação. Para o linguista, “é essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira” (BENVENISTE, 2005, p. 289).

Voltando ao texto “Da subjetividade da linguagem”, vemos Benveniste concluindo o raciocínio ao afirmar que “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão” (2005, p. 289). Ou seja, podemos afirmar que o homem está na língua, em primeiro lugar, porque a linguagem é a única realidade capaz de fazê-lo se experimentar como sujeito, e essa capacidade se dá porque a língua oferece formas que permitem a sua apropriação e a sua conversão em discurso, por meio do qual o homem pode referir-se ao mundo com seu alocutário.

2.2. Linguagem, língua e pensamento: a faculdade humana de simbolizar

Conforme explicamos, o homem apropria-se da língua a fim de expressar sua relação com o mundo que o cerca. Nas palavras de Benveniste, “a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo” (2006, p. 84). Além de fornecer formas específicas para assegurar sua passagem de locutor a sujeito, a língua oferece ao homem um sistema de signos por meio do qual ele pode exercer a faculdade inerente à condição humana, que é a de simbolizar, cuja forma mais alta é representada pela linguagem (BENVENISTE, 2005).

Tal faculdade, esclarece o linguista, consiste em “*representar* o real por um ‘signo’ e de compreender o ‘signo’ como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente” (BENVENISTE, 2005, p. 27, grifos do autor). Entre o homem e o mundo, não há relação direta, sendo necessário que haja um intermediário – e “o símbolo linguístico³⁶ é *mediatizante*” (BENVENISTE, 2005, p. 30, grifos do autor). Entra, então, a linguagem, que serve para reproduzir a realidade, o que Benveniste entende de maneira literal: “a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 26).

³⁶ Nesse texto, quando a palavra “símbolo” está relacionada à língua, entendemos como “signo”.

Como isso se dá? Utilizar um símbolo pressupõe que se possa abstrair as características de um objeto e relacioná-lo a um conjunto maior, ao mesmo tempo em que se pode também diferenciá-lo de outros. Dessa operação, forma-se o conceito, algo diferente do objeto concreto.

Essa capacidade é especificamente humana, pois o símbolo deve ser instituído e aprendido pelos homens, visto que não tem relação natural com aquilo que simboliza³⁷. Encontramos nessa capacidade a definição de pensamento proposta pelo autor: “poder de construir representações das coisas e de operar sobre essas representações” (BENVENISTE, 2005, p. 29). Para Benveniste, é por meio da linguagem que o homem alcança a realização suprema da sua faculdade simbólica. A linguagem, por sua vez, “se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (BENVENISTE, 2005, p. 31). A língua se presta a essa realização porque se organiza em dois planos: um material, por meio da emissão e da recepção de sinais sonoros produzidos pelo aparelho vocal, e um imaterial, que substitui as experiências pela sua evocação. A língua também tem a vantagem de ser um instrumento econômico para realizar a simbolização da experiência humana. É por meio da linguagem e da língua que o homem simboliza suas experiências, recriando a realidade para seu parceiro de interlocução, o “tu”. Conforme a explicação do linguista, “a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 26), o que “faz da linguagem o próprio instrumento³⁸ da comunicação intersubjetiva”.

Ao reproduzir tanto o mundo que cerca o homem quanto seu mundo interior, a linguagem o faz através da língua, um sistema de signos que empresta sua forma ao pensamento³⁹. Para o linguista, “o conteúdo que deve ser transmitido (ou se se quiser, o ‘pensamento’) é decomposto, assim, segundo um esquema linguístico. A ‘forma’ do pensamento é configurada pela estrutura

³⁷ Essa característica marca uma importante diferença entre a linguagem humana e o que Benveniste chama de comunicação animal: entre os animais, há apenas estímulos aos quais eles reagem. O linguista chama esses estímulos de sinais, que, ao contrário dos símbolos, são definidos como “um fato físico ligado a um outro fato físico por uma relação natural ou convencional” (BENVENISTE, 2005, p. 28). Sobre isso, consulte-se o texto “Comunicação animal e linguagem humana” (1952), presente no *PLG I*.

³⁸ Essa expressão pode parecer um contrassenso se considerarmos o que foi exposto na seção anterior. Entendemos “instrumento”, nessa passagem, como o meio através do qual a comunicação se realiza.

³⁹ Laplantine (2008) faz uma leitura cuidadosa desse trecho, pois, à primeira vista, ele poderia ser interpretado nos termos da metáfora continente e conteúdo, entendendo-se a língua como mera expressão de um pensamento *a priori*. Para a autora (LAPLANTINE, 2008, p. 71), essa passagem mostra, ao contrário, que o pensamento é realizado a partir da forma emprestada pela língua.

da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 26). Não nos enganemos, entretanto, com a metáfora do conteúdo e do continente, pois essa imagem, para Benveniste, simplifica a relação entre linguagem e pensamento, termos solidários e mutuamente necessários, mas não simétricos.

Benveniste se dedica, no texto “Categorias de pensamento e categorias de língua” (1958), a explicar como entende essa relação. Para tanto, ele elucida o que Aristóteles entende por categorias de pensamento e compara-as com as categorias da língua *ewe*, mostrando que aquilo que o filósofo julgava ser as categorias do pensamento nada mais eram do que as categorias fornecidas pela língua grega. O contraste serve para realçar que se trata, de fato, de categorias de língua, além de posicionar Benveniste ao lado dos estudiosos que defendem a diversidade da organização das línguas (em detrimento de uma universalidade), cujo estudo deve ser realizado considerando-se, sempre que possível, os quadros da própria língua em questão⁴⁰.

No início do texto, a ideia de pensamento como conteúdo e língua como forma (ou continente) é retomada, mas Benveniste deixa claro que não existe pensamento *a priori*, ao qual a língua daria a forma de expressão. Esse conteúdo, explica o linguista, é “bem difícil de definir em si mesmo [...] e recebe forma quando é enunciado, e somente assim” (BENVENISTE, 2005, p. 69). O pensamento se molda à forma da língua, na medida em que o locutor usa-a para enunciar, de modo que, antes disso, “não há senão obscura volição” (BENVENISTE, 2005, p. 69). Benveniste (2005, p. 69) explica a questão da seguinte maneira: “a forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade, mas primeiro a condição de realização do pensamento. Não captamos o pensamento a não ser já adequado aos quadros da língua”. Chegamos assim ao cerne da reflexão de Benveniste. O linguista propõe que língua e pensamento sejam entendidos de forma solidária e interdependente, pois “em nenhum momento esse ‘continente’ pode ser imaginado vazio do seu ‘conteúdo’, nem o ‘conteúdo’ como independente do seu ‘continente’” (BENVENISTE, 2005, p. 70).

Encontramos também, nesse artigo, a exposição cuidadosa de Benveniste a respeito das categorias propostas por Aristóteles e a sua relação com a gramática grega. Ao tentar alcançar as categorias fundamentais do pensamento, Aristóteles não fez senão revelar as possíveis diferenciações de formas que a língua grega manifesta. Benveniste anuncia a conclusão lógica do

⁴⁰ Sobre isso, é interessante notar a ressalva feita pelo linguista no artigo: “essa descrição de estado de coisas em *ewe* comporta uma parte de artifício. Faz-se pelo prisma da *nossa* língua e não, como se deveria, nos quadros da própria língua (BENVENISTE, 2005, p. 79, grifos do autor).

que expôs: “é o que se pode dizer que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito” (BENVENISTE, 2005, p. 76). Ou seja: considerar que o pensamento só se realiza por meio da língua implica necessariamente conceber que só se pode pensar da maneira como cada língua organiza e configura o mundo. O pensamento, assim, deve ser compreendido a partir da diversidade das línguas, não podendo ser considerado universal e existente *a priori*. Ao determinar sua forma, a língua possibilita o pensamento, ao mesmo tempo que o delimita⁴¹.

Seria, então, a língua uma espécie de prisão para o pensamento, limitando o que o homem pode pensar de acordo com a língua que fala? Seria o homem incapaz de simbolizar sua experiência e reproduzi-la por conta da estrutura de sua língua? Benveniste acredita que não: “o pensamento adota em toda parte os mesmos meios em qualquer língua que escolha para descrever a experiência” (BENVENISTE, 2005, p. 80). Se é verdade que uma determinada língua tem suas possibilidades de expressão moldadas de acordo com as necessidades de sua sociedade, é também fato que a estrutura linguística não impede a assimilação de conceitos estrangeiros a uma cultura. Reproduzimos integralmente a explicação do linguista para esse fenômeno:

[...] nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito. O vó do pensamento liga-se muito mais estreitamente às capacidades dos homens, às condições gerais da cultura, à organização da sociedade que à natureza particular da língua. A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de

⁴¹ Esse ponto, dentre outros, aproxima Benveniste da visão sobre a relação entre língua, cultura e pensamento da corrente que se convenciou chamar de determinismo linguístico, ou seja, a ideia de que propriedades das línguas possam ter consequências nos padrões típicos de pensamento sobre a realidade (LUCY, 1997). Consequentemente, cada língua, com suas propriedades distintas, levaria a diferentes recortes do mundo objetivo. Nessa corrente, podemos traçar uma linha partindo de Wilhelm von Humboldt e passando por Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf. Em Humboldt, encontramos, ao lado da valorização da diversidade das línguas, a ideia de que cada língua deve ser compreendida em seus próprios termos, além do fato de que cada língua cria uma visão de mundo particular: “a dependência mútua do pensamento e da palavra torna evidente o fato de que as línguas não são verdadeiramente meios para representar a verdade já conhecida ao início, mas muito mais meios de descobrir a verdade ainda desconhecida. Sua diversidade não é, portanto, uma diversidade de sons e signos, mas uma diversidade de visões de mundo mesmo (HUMBOLDT, 1903-1936 apud TRABANT, 2014, p. 435). No original “*la dépendance mutuelle de la pensée et du mot rend évident le fait que les langues ne sont pas vraiment des moyens pour représenter la vérité déjà connue au préalable, mais beaucoup plus des moyens pour découvrir la vérité encore inconnue. Leur diversité n’est donc pas une diversité de sons et de signes, mais une diversité des visions du monde même*”. Edward Sapir propõe algo semelhante mais tarde ao dizer: “o fato é que o ‘mundo real’ é, em grande parte, inconscientemente construído sobre os hábitos linguísticos do grupo. Não há duas línguas suficientemente parecidas para serem consideradas como representando a mesma realidade social” (SAPIR, 1929 apud VERMEULEN, 2009, p. 242). No original: “*the fact of the matter is that the ‘real world’ is to a large extent unconsciously built up on the language habits of the group. No two languages are ever sufficiently similar to be considered as representing the same social reality*”.

linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 80).

Benveniste coloca o pensamento como dependente da faculdade de linguagem, ou seja, da capacidade unicamente humana de abstrair algo concreto, construir representações sobre ele e organizá-las. O que é imprescindível à natureza do homem é a capacidade de simbolizar que a linguagem lhe oferece. Entretanto, para poder operar com essa capacidade, o falante precisa do auxílio da língua, que empresta ao pensamento sua forma e seus instrumentos de maneira a permitir sua realização. A língua é o que “relaciona no discurso palavras e conceitos, e produz assim, como representação de objetos e de situações, signos que são distintos dos seus referentes materiais [...] encadeia as proposições no raciocínio e torna-se o instrumento do pensamento discursivo” (BENVENISTE, 2005, p. 30). Ao mesmo tempo em que aponta para outros fatores determinantes da capacidade de pensamento humano, Benveniste ressalta o papel fundamental da língua na sua formação e indica que ele está ligado à capacidade de significação desta. Vejamos, a seguir, como se organiza essa propriedade da língua na reflexão benvenistiana.

2.3. A dupla significância da língua: semiótico e semântico

A significação é uma problemática central na obra de Benveniste (DESSONS, 2006; NORMAND, 2009), porém, embora se faça presente desde o início, é apenas a partir da década de 60 que Benveniste começa a enfrentá-la diretamente. Esse enfrentamento coloca o linguista a frente de seus colegas contemporâneos, que excluía da linguística o estudo do sentido. O próprio Benveniste (2005, p. 134-135) se interroga sobre esse fato: “o que não se tentou fazer para evitar, ignorar ou expulsar o sentido? É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam”. Uma das maneiras pelas quais os linguistas tentaram fazer isso foi dando ênfase apenas à forma, diferentemente de Benveniste, cujo olhar integra as noções de *forma* e *sentido*. É precisamente no texto intitulado “A forma e o sentido na linguagem” (1966) que Benveniste estabelece suas bases para abordar a significação, ou seja, como a linguagem significa, função que está na sua natureza. Nas palavras do linguista, “antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano” (BENVENISTE, 2006,

p. 222). Benveniste adverte que não há consenso entre os linguistas a respeito do tratamento do tema e passa, então, a expor sua proposta, que consiste em desdobrar o modo de significância da língua em duas dimensões, chamadas de semiótico e semântico.

Fiel ao pensamento de Saussure, o linguista parte da afirmação de que a língua é um sistema de signos. Para uma determinada comunidade de falantes, existe um número de signos que são reconhecidos como tais e são empregados por aqueles que utilizam a língua. O signo constitui, portanto, a unidade de análise de língua na ordem semiótica. Nessa dimensão, significar equivale a ter sentido, o que é determinado pela comunidade de falantes: “o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (BENVENISTE, 2006, p. 227). Dessa forma, os signos se estabelecem em uma rede que, ao opor um signo ao outro, delimita-os no interior da língua.

Disso originam-se algumas consequências para a compreensão do signo na dimensão semiótica: a) não há recurso ao mundo extralinguístico, ou seja, não entram em jogo as coisas denotadas; b) o signo tem apenas um valor genérico, pois independe da situação de uso e c) o sistema se estrutura de maneira binária e os signos encontram-se dispostos em uma relação paradigmática em que um é aquilo que o outro não é.

Entretanto, o signo não é um conceito suficiente para explicar a propriedade significativa da língua da forma como a vê o linguista. Até mesmo para os falantes, é perceptível o fato de que não nos comunicamos por meio de signos, mas através de frases. Teria, então, a frase um lugar no semiótico? O linguista é categórico ao afirmar que não:

contrariamente à ideia de que a frase possa constituir um signo no sentido saussureano, ou que se possa por simples adição ou extensão do signo passar à proposição e depois aos diversos tipos de construções sintáticas, pensamos que o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas (BENVENISTE, 2006, p. 229).

Para dar conta dessa diferença, Benveniste propõe, então, a outra dimensão da língua, a qual ele nomeia “semântica”. Entramos, assim, no universo da língua em uso, do homem comunicando-se com outro homem. De fato, para o linguista, é apenas a dimensão semântica que abre a possibilidade de integração da sociedade e é a partir dela que vemos a língua “organizando toda a vida dos homens” (BENVENISTE, 2006, p. 229).

Como apontado anteriormente, o domínio semântico se expressa pela frase. Esta tem a função de ligar a língua à realidade, visto que, para descobrir o sentido da frase, é necessário levar em conta a situação de discurso que a causou e a atitude do locutor. É importante fazer a

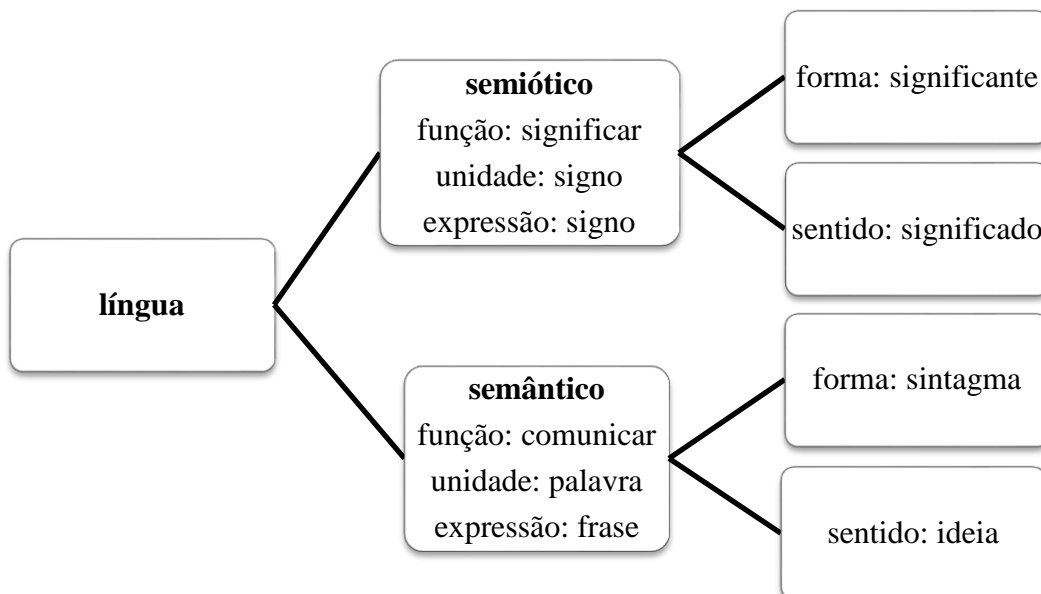
distinção entre sentido e referência: “se o ‘sentido’ da frase é a ideia que ela exprime, a ‘referência’ da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 231). Disso resulta que a frase é sempre um acontecimento diferente e imprevisível; é também efêmera, pois ela existe somente no instante em que é enunciada e se esvanece logo após.

No entanto, diferentemente do que a reflexão acima poderia fazer supor, a unidade do semântico não é a frase, mas a palavra. A concepção benvenistiana de palavra é radicalmente distinta da de signo: as palavras são a materialização dos signos, dizem respeito à língua mobilizada por um locutor e, por se realizarem na frase, perdem seu significado genérico e assumem um significado único e particular, visto que se referem a uma dada situação de discurso que provoca a frase.

Dá-se, assim, o passo inicial para conceber essa ultrapassagem para além de Saussure que Benveniste julga necessário. Para dar conta da enunciação, definida como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82), a linguística não pode encerrar-se no domínio do semiótico; é preciso ir além e adentrar no semântico, um novo universo no qual se encontra o homem colocando a língua em uso para levar a cabo sua vida como ser social.

O esquema abaixo sintetiza a abordagem linguística da significação proposta por Benveniste:

Figura 6: Esquema da dupla propriedade de significância da língua.



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa reflexão também se encontra presente em um artigo publicado três anos depois, intitulado “Semiologia da língua”. Dada a complexidade do raciocínio do autor no texto mencionado, limitamo-nos aqui a fazer uma breve exposição do texto, com destaque para alguns trechos que iluminarão nossa proposta.

De imediato, é importante ressaltar que os dois textos em questão aqui (“A forma e o sentido na linguagem” e “Semiologia da língua”) não têm o mesmo público, tampouco o mesmo objetivo. No primeiro, Benveniste fala para uma plateia de filósofos a respeito da problemática forma e sentido; no segundo, o autor escreve para linguistas sobre a classificação da língua como sistema de signos e formula o que se entende por uma semiologia, destacando a língua como sistema interpretante dos demais graças à sua propriedade de dupla significância. Isso significa dizer que os estatutos dos modos semiótico e semântico são diferentes nos dois textos em questão (ROSÁRIO, 2016; FLORES, 2013), portanto não podem ser lidos como sinônimos, pois o raciocínio que é feito para chegar até eles é diferente.

O texto “Semiologia da língua” é dividido em duas partes bem distintas entre si e que foram publicadas de maneira separada na revista *Semiotica*. Inicialmente, o linguista compara o conceito de signo em Peirce e em Saussure, claramente se posicionando ao lado do segundo, pois “em Saussure a reflexão procede da língua e toma a língua como objeto exclusivo (BENVENISTE, 2006, p. 45). Além disso, discute-se a criação da semiologia enquanto disciplina e a sua relação com a linguística. Tudo isso, de alguma maneira, serve para preparar o terreno para o que segue, que é a proposta de tratamento do tema por Benveniste.

Vemos, então, o autor preocupado em entender o funcionamento dos signos dentro dos “sistemas semiológicos”, ou seja, todos aqueles cuja função é a de significar e cujas unidades sejam signos. Mais do que os próprios sistemas, interessa a Benveniste as relações que são estabelecidas entre eles, o que ele considera ser também objeto de estudo da sua semiologia. Ele estabelece dois princípios que regem tais relações: em primeiro lugar, não pode haver redundância, sinonímia ou conversibilidade entre eles; em segundo lugar, o que se leva em consideração é a diferença funcional de um signo no sistema e não sua identidade substancial, pois “não há signo transsistemático” (BENVENISTE, 2006, p. 54).

A partir dessas considerações, Benveniste questiona-se: “os sistemas de signos são então tantos outros mundos fechados, não tendo entre eles senão uma relação de coexistência talvez fortuita?” (BENVENISTE, 2006, p. 54). Disso, ele conclui que: a) a própria relação entre os sistemas deve ser de caráter semiótico⁴²; b) haverá uma relação de interpretância entre os sistemas, na medida em que se determina a possibilidade de autointerpretação de um sistema.

Para explicar essa relação, Benveniste discorre sobre outros sistemas, em especial a música, e propõe que: “nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens. Toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretância da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 61). A língua ocupa, nessa perspectiva, uma posição de destaque, pois, já que ela é a única que pode interpretá-los, é apenas por meio dela que se pode estabelecer relações entre os sistemas. Benveniste, então, explica as possibilidades de relação entre sistemas semiológicos, propondo três tipos de relações: a) a relação de engendramento, b) a relação de homologia e c) a relação de interpretância.

A relação de engendramento se estabelece “entre dois sistemas distintos e contemporâneos, mas de mesma natureza, sendo que o segundo é construído a partir do primeiro e preenche uma função específica” (BENVENISTE, 2006, p. 60). Esse tipo de relação não pode ser aplicado à língua, visto que, conforme explicaremos abaixo, não há outro sistema com a mesma natureza. Como exemplo, temos o alfabeto braile, que é criado com base no alfabeto normal, e a formalização lógico-matemática, que se dá sobre a língua natural.

Já a relação de homologia “estabelece uma relação entre as partes de dois sistemas semióticos” (BENVENISTE, 2006, p. 62). O linguista chama a atenção para o fato de que, nesse caso, a relação não é dada de antemão, mas “instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos” (p. 62), o que significa que se podem admitir diversos tipos de homologias. Para ilustrar, Benveniste traz a ideia de correspondência entre os perfumes, as cores e os sons em Baudelaire e a homologia entre a arquitetura gótica e o pensamento escolástico percebida por Panofsky. Essas relações são estabelecidas e mediadas por meio da língua.

⁴² Ao longo do artigo, Benveniste altera “semiótico” com “semiológico”. Entendemos esta ocorrência como “semiológico”, visto que a palavra “semiótico” será utilizada para se referir a um dos modos de significância da língua.

A relação de interpretância, por sua vez, é instaurada entre dois sistemas quando um serve de interpretante e o outro funciona como interpretado. Aqui, encontra-se a relação fundamental para Benveniste, pois é apenas a língua que “pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma” (BENVENISTE, 2006, p. 62). O que confere à língua tal distinção? A resposta nos leva ao que Benveniste considera como sua propriedade fundamental: a dupla significância, ou seja, a maneira de significar por meio dos modos semiótico e semântico. Nada de semelhante ocorre nos demais sistemas, pois não se pode dizer que há um sistema semiótico próprio às artes visuais, por exemplo, embora elas signifiquem de maneira semântica por meio da interpretância da língua, que é utilizada para poder falar *sobre* esses sistemas.

Paralelamente à elaboração desse texto, Benveniste estava envolvido, em suas últimas aulas no *Collège de France*, com a relação entre dois sistemas específicos que concernem à língua: a fala e a escrita. O tema da escrita ocupa muitas aulas do linguista, preocupado em descobrir como o homem passa de uma representação das coisas sobre as quais ele fala, isto é, os referentes, para a representação daquilo que ele fala, uma inovação que “foi realizada, independentemente, ao que parece, em vários pontos do mundo, mas com meios totalmente diferentes” (BENVENISTE, 2014, p. 141).

Essa mudança radical, passagem da representação gráfica para a escrita, “instrumento da revolução mais profunda por que passou a humanidade depois do fogo” (BENVENISTE, 2014, p. 167), direciona o linguista para uma constatação: “a escrita sempre foi e por toda a parte o instrumento que permitiu à língua semiotizar a si mesma” (BENVENISTE, 2014, p. 155). À medida que o falante passa a representar não mais o referente, mas o discurso, sua atenção recai sobre a materialidade da língua, e ele começa a observá-la e tomar a própria língua como objeto. Para Benveniste, a importância do estudo da escrita está relacionada com a possibilidade de mostrar como a língua se autosemiotiza, ou seja, como uma dada língua é interpretada por uma comunidade de falantes. O fato de que existam várias maneiras para representar a língua torna a questão ainda mais interessante, pois evidencia que cada povo falante de uma determinada língua tem uma imagem idealizada daquilo que é a sua língua e do que a escrita deve representar: “para compreender a criação das escritas, não se deve simplesmente considerar – do exterior – a relação com o tipo de língua, mas tentar representar, no seu próprio movimento, a invenção que prolonga a língua” pois “observa-se, então, que os inventores projetam em sua escrita o tipo de representação que fazem de sua língua” (BENVENISTE, 2014, p. 151).

A língua é, assim, o único sistema que pode interpretar a si mesma e aos demais, a partir da relação de interpretância, que opera em uma determinada direção. Além da sua dupla propriedade de significância, a língua também serve de único modelo de sistema semiótico⁴³ tanto na sua forma quanto no seu funcionamento. Isso se dá porque a língua comporta quatro características. Em primeiro lugar, a língua sempre se refere a uma situação dada e se manifesta pela enunciação. Em segundo lugar, ela é composta de unidades (signos). Em terceiro lugar, membros de uma mesma comunidade produzem e recebem a língua em valores de referência idênticos. Por último, a língua é “a única atualização da comunicação intersubjetiva” (BENVENISTE, 2006, p. 63).

Como vimos anteriormente, o semiótico diz respeito à língua enquanto sistema de signos. Um estudo semiótico “consistirá em identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios *cada vez mais sutis* da distintividade” (BENVENISTE, 2006, p. 65, grifos do autor). Dito de outro modo, para esse modo de significação, o arcabouço estabelecido por Saussure é suficiente. Entretanto, Benveniste propõe um segundo modo de significação da língua, o semântico, que diz respeito à língua colocada em uso por um locutor. Aqui, não basta reconhecer e isolar as formas significantes, mas compreendê-las a partir da relação estabelecida entre a enunciação e a situação de discurso. Como propõe Dessons (2012, p. 94), “o que implica, nesse caso, levar em consideração a situação de enunciação, noção que designa de fato a relação contínua entre linguagem, homem e mundo”⁴⁴.

O domínio do semântico é a forma encontrada por Benveniste para dar conta do funcionamento pleno da língua no seio da sociedade, algo que Saussure previu, mas que não pôde estudar. Como se pode, então, adentrar o domínio do semântico? Benveniste é explícito ao afirmar que ele exige um novo aparelho de conceitos e definições. O linguista finaliza o texto abrindo duas possibilidades de estudo: a) uma análise intralinguística que se preocupe com essa nova dimensão de significância da língua e b) uma análise translinguística que elabore uma metassemântica, construída sobre a semântica da enunciação. A primeira forma de ultrapassagem consiste no que se convencionou chamar de semântica da enunciação e que procura estudar as

⁴³ Aqui, temos um exemplo da flutuação terminológica presente na obra de Benveniste. Semiótico, nesse caso, não diz respeito à dimensão de significância paralela ao semântico, mas sim a signo, podendo ser compreendido como “semiológico”.

⁴⁴ No original: “*ce qui implique, dans ce cas, la prise en compte de la situation d’énonciation, notion désignant en fait la relation continue entre le langage, l’homme et le monde*”.

marcas da enunciação no enunciado, principalmente em relação às categorias de pessoa, tempo e espaço. Ela diz respeito, portanto, ao que tradicionalmente se chama de linguística da enunciação e encontra-se sistematizada no último texto publicado por Benveniste, intitulado “O aparelho formal da enunciação” (1970). A segunda forma de ultrapassagem, que o linguista chama de “semiologia de segunda geração”, pressupõe a primeira e se ocuparia de textos e obras por meio de instrumentos e métodos que Benveniste não chegou a sistematizar.

Parece-nos que o conceito principal nessa semiologia de segunda geração é o de interpretância. Esta se sustenta na capacidade que a língua tem de significar, única dentre os sistemas semiológicos. Nas palavras de Benveniste (2006, p. 60), “a significância da língua [...] é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura”. Como isso ocorre? Atentemos à explicação do linguista:

a língua pode – e pode sozinha – dar a um objeto ou a um processo qualquer o poder de *representar*. Para que um objeto seja “sagrado”, para que um ato se torne um “rito”, é preciso que a língua enuncie um “mito”, dê a razão de sua qualidade, torne “significantes” os gestos ou as palavras. (BENVENISTE, 2014, p. 157, grifos do autor).

Contudo, a língua só faz isso quando mobilizada por um locutor que, ao falar, instaura um outro diante de si. Assim, não existe apenas a língua pairando acima de tudo com seu poder de significação; tampouco há apenas um falante isolado do mundo social. É na dinâmica entre língua, cultura e homem que a língua torna significativa a si mesma e aos demais sistemas.

Para continuarmos discutindo as possibilidades abertas por Benveniste ao final de “Semiologia da língua”, vamos apresentar a reflexão realizada no texto “Estrutura da língua estrutura da sociedade”, em que são retomadas a organização dos pronomes pessoais (*eu-tu/ele*) e a relação de interpretância. Resgatar essa reflexão nos permitirá dar um passo adiante na tentativa de compreender como o homem e as suas relações sociais são simbolizados por meio da língua.

2.4. A sociedade na língua

Embora não seja o único momento de sua obra em que Benveniste aborda a temática da sociedade e sua relação com a língua, o texto “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, apresentado em 1968 e publicado em 1970, apresenta a reflexão mais aprofundada do autor sobre

esse tema. Além disso, ele é contemporâneo de outros artigos importantes, como “Semiologia da língua” e “O aparelho formal da enunciação” e, como esses dois outros textos, seu final abre amplas perspectivas de estudo do tema em questão.

O texto inicia com a seguinte constatação: assim como homem e linguagem se implicam mutuamente, sociedade e língua nasceram em conjunto. Essa relação tem atraído diversos estudos que procuram examinar as relações possíveis entre as duas entidades. Benveniste descarta de imediato duas perspectivas. Em primeiro lugar, a ideia de que uma analogia em termos estruturais seja viável: “vamos constatar que línguas de estruturas comparáveis servem a sociedades muito diferentes entre si” (BENVENISTE, 2006, p. 94). Em segundo lugar, nega-se a possibilidade de realizar uma comparação em termos de evolução histórica, pois “uma mesma língua permanece estável através das reviravoltas sociais mais profundas” (BENVENISTE, 2006, p. 94).

Isso levou a duas perspectivas distintas para o tratamento do tema. Por um lado, a conclusão de que tais entidades são independentes, já que não se pode observar relação causal entre nível de complexidade de uma e outra. Por outro lado, a língua é muitas vezes entendida como um reflexo da sociedade, de forma que as variações que ocorrem na língua encontrariam sua causa nas mudanças sociais.

Benveniste declara que nenhuma dessas abordagens nos levou a uma discussão profícua e que “a ideia de procurar entre essas duas entidades relações unívocas que fariam corresponder tal estrutura social a tal estrutura linguística, parece trair uma visão muito simplista das coisas” (BENVENISTE, 2006, p. 95). Faz-se necessário, primeiramente, definir o que se entende por língua e sociedade. Pode-se distinguir dois níveis diferentes nas duas entidades: temos a sociedade como um dado empírico e histórico (a sociedade brasileira, por exemplo), mas também temos a sociedade como uma “coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” (BENVENISTE, 2006, p. 96). Temos também a necessidade de diferenciar as diversas línguas, também chamadas de idiomas, da língua enquanto sistema de signos, condição da comunicação humana. As primeiras acepções de sociedade e língua, ou seja, o nível histórico, não admitem uma correlação necessária. Entretanto, se observamos o segundo nível, chamado pelo linguista de nível fundamental, podemos notar traços comuns entre as duas entidades:

[...] língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisas que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Uma e outra são sempre herdadas, e não se imagina no

exercício da língua na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em uma quanto em outra. Nem uma nem outra podem ser mudadas pela vontade dos homens. (BENVENISTE, 2006, p. 96).

Apesar dos traços em comum, essas duas entidades não são comparáveis para o linguista, pois o que mantém a sociedade funcionando de forma coletiva é a língua, que é uma constância em meio às mudanças sociais e, paradoxalmente, serve para individualizar o homem ao mesmo tempo que o une aos demais. Benveniste esclarece que devemos tomá-las não numa relação sociológica⁴⁵, que vê a língua como parte da sociedade, mas numa relação semiológica específica: a de interpretância. Na sua proposta, “em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 97). Para Benveniste, a língua pode interpretar a sociedade porque ela a contém, englobando-a. Isso pode ser constatado de duas maneiras: a) o fato de que se pode estudar a língua de maneira autônoma, sem relacioná-la com a sociedade, enquanto o inverso não é possível; e b) a língua é a condição que serve para diferenciar indivíduo e sociedade.

Resta responder por que a língua está nessa posição privilegiada, o que já tinha sido adiantado pelo linguista em “Semiologia da língua”. Face à sociedade, a língua enquanto sistema semiológico preenche duas condições para tanto: a) enquanto interpretante, ela modifica-se de forma mais lenta do que o sistema interpretado e b) “a língua pode acolher e nomear todas as novidades que a vida social e as condições técnicas produzem, mas nenhuma destas mudanças reage diretamente sobre sua própria estrutura” (BENVENISTE, 2006, p. 98).

Especificamente no que diz respeito à língua, é necessário também pontuar que é a sua estrutura – unidades de sentido em número finito que podem ser combinadas de maneiras infinitas – e a sua função – instrumento de comunicação de uma sociedade – que a tornam apta para cumprir esse papel. Por isso, Benveniste assegura que “a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto esse composto de natureza e experiência que se chama a sociedade” (BENVENISTE, 2006, p. 99-100).

⁴⁵ A ideia de relação sociológica é desenvolvida brevemente por Benveniste em “Semiologia da língua” (1969): “se se interroga, por exemplo, sobre a situação respectiva da língua e da sociedade – tema de muitos debates – e sobre seu modo de dependência mútua, o sociólogo, e provavelmente qualquer um que enfoca a questão em termos dimensionais, observará que a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba; decidirá então que a sociedade é o todo, e a língua, a parte” (BENVENISTE, 2005, p. 63).

Além do fato de a língua englobar a sociedade, sobre o qual Benveniste não se alonga, ela também instaura o semantismo social, aspecto que tem sido frequentemente abordado por meio de estudos envolvendo fatos de vocabulário. O vocabulário oferece testemunho das formas de organização social, mas só tem valor quando relacionados à sua referência. Benveniste (2006, p. 100) esclarece o porquê disso: “o estado da sociedade numa época dada não aparece sempre refletido nas designações de que ela faz uso, pois as designações podem muitas vezes subsistir quando os referentes, as realidades designadas já mudaram”.

Essa ideia é ilustrada na entrevista concedida a Pierre Demur, em 1968, intitulada “Estruturalismo e linguística”. Nela, Benveniste traz o caso da palavra “homem”, mostrando que as ligações admitidas por esse vocábulo podem resultar em sentidos diferentes: “homem honesto” remonta à cultura francesa clássica; a locução “eu sou seu homem”, por sua vez, diz respeito à época feudal. Nesse exemplo, é possível constatar “uma estratificação da cultura que deixa seu traço nos diferentes empregos possíveis [...] Em nossa cultura atual integra-se toda a espessura de outras culturas. É nisto que a língua pode ser reveladora da cultura⁴⁶” (BENVENISTE, 2006, p. 22-23). Abre-se, assim, uma via de como estudar a relação língua e sociedade/cultura que não as coloque em uma relação de causa e efeito, mas tome a língua como aquilo que enforma e configura a sociedade, na medida em que funciona como seu sistema interpretante e permite que se possa falar de qualquer sistema. Conforme propõe Benveniste (2006, p. 98), “a sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua”.

Outro aspecto que relaciona língua e sociedade diz respeito à enunciação. Ao mesmo tempo que a língua oferece as formas para que cada locutor se proponha como sujeito (ou seja, para que se coloque como “eu” e instaure diante de si o “tu”), ela também é algo que ultrapassa o indivíduo e abrange toda a coletividade. Esse raciocínio já tinha sido exposto por Benveniste no texto “Da subjetividade na linguagem” (1958), ao afirmar “caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade. [...] É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (2005, p. 287).

Isso ocorre devido ao fato de que, nas palavras do linguista (BENVENISTE, 2006, p. 101), “ela [a língua] fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento

⁴⁶ Tomamos “cultura”, nesse caso, como expressão da sociedade, uma das possibilidades de abordar a noção de cultura na obra de Benveniste (cf. FLORES; SEVERO, 2015).

subjetivo e referencial do discurso”, ou seja, a distinção entre *eu-tu/ele*. Aqui, Benveniste chama a atenção para essa nova configuração da língua: “é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 101).

Essa nova configuração diz respeito ao modo como determinados grupos sociais se apropriam de palavras e dão-lhes novas referências. Essas palavras, por sua vez, circulam na língua de uma comunidade e, carregando consigo as novas referências, introduzem as diferenciações lexicais no sistema. Benveniste indica que esse mecanismo poderia ser estudado no vocabulário do sagrado na língua dos pontífices romanos, mostrando como um determinado grupo, ao apropriar-se da língua comum e utilizá-la de uma maneira específica, fornece novas noções e valores ao sistema linguístico. Vemos novamente, aqui, a propriedade da língua de conter e interpretar a sociedade, na medida em que seu uso por um determinado grupo termina por acrescentar novas significações ao sistema, reorganizando-o.

Além dessas abordagens de estudo da relação língua e sociedade, o linguista antevê outras: “certas analogias menos visíveis entre as estruturas profundas, o próprio funcionamento da língua e os princípios fundamentais da atividade social”, que seriam “homologias amplas” (BENVENISTE, 2006, p. 103). Como dissemos anteriormente, assim como em “Semiologia da língua” e “O aparelho formal da enunciação”, Benveniste encerra esse artigo abrindo outras possibilidades de estudo do tema em questão. Para que isso seja realizado, são fornecidas três noções fundamentais, que estão em estreita analogia com o domínio da economia. A primeira diz respeito à língua encarada como um sistema produtivo, pois ela produz sentido e enunciações, além de criar objetos linguísticos que entram no circuito da comunicação. A segunda noção é a de valor, que não pode ser desvinculada da terceira, a de troca. Benveniste esclarece que a noção de troca está relacionada com o eixo paradigmático, visto que este oferece possibilidades de substituição de termos ou de funções. Entretanto, essa troca só pode ser efetuada na medida em que tais termos e funções têm um valor de utilização quando se considera o eixo sintagmático. De acordo com Benveniste, tal abordagem, sustentada por essas três noções, poderia “ultrapassar o quadro tradicional que coloca língua e sociedade uma ao lado da outra” (BENVENISTE, 2006, p. 104).

2.5. Integrando homem, língua e sociedade: a enunciação

Benveniste é reconhecido por ser o linguista que introduziu a noção de *enunciação* nos estudos linguísticos e, com ela, a ideia de um sujeito, embora, conforme esclarece Normand (1996) o sintagma “sujeito da enunciação” não se encontre na obra de Benveniste. O conceito de *enunciação* já se encontra esboçado no texto “A natureza dos pronomes” (1956) e perpassa a obra do autor, ganhando um espaço de reflexão próprio no último texto escrito pelo linguista, intitulado “O aparelho formal da enunciação”, publicado em 1970. É nesse texto que vamos nos debruçar no momento, ao propormos que a noção de *enunciação* integra o que foi dito até agora sobre a constituição linguística do sujeito, a faculdade humana de simbolização, o modo de significância da língua e a sua relação com a sociedade.

Ono (2007) explica que a elaboração da noção de *enunciação* por Benveniste se dá ao longo de sua obra, iniciando a partir de usos mais descritivos, nos quais a palavra serve para designar o proferimento de fórmulas fixas, geralmente em público ou em rituais, para chegar aos usos teóricos, nos quais ela é vista como um ato de utilização da língua. O desenvolvimento teórico da noção não evoluiu em linha reta (ONO, 2007, p. 55), mas foi se realizando a partir de cinco problemáticas. A primeira diz respeito à enunciação enquanto fonação, ideia que está presente em muitos dos empregos do termo. A segunda concebe a enunciação como conversão da língua em discurso, que é uma reflexão tardia do autor, aparecendo em “Semiologia da língua”, e está intimamente relacionada com o estabelecimento das dimensões semiótica e semântica da língua. A terceira problemática concerne à enunciação enquanto ato único e individual, concepção bastante presente nos textos em que Benveniste tematiza a questão dos indicadores de pessoa. A quarta questão está relacionada com a enunciação vista sob uma perspectiva dialógica, que se torna aparente mais ao final da obra do autor e está embasada nas observações etnográficas de Malinowski. Por fim, a quinta e última problemática é a da enunciação como inscrição da frase no discurso, da relação entre a enunciação e a realidade, o que põe em relevo a questão da referência. Essa problemática já se encontra nos textos benvenistianos da década de 50 e também se faz presente na discussão sobre os performativos e a temporalidade.

O texto inicia estabelecendo uma diferença entre o emprego das formas, objeto de descrições linguísticas, e as condições de emprego da língua, que “implica uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e de as interpretar” (BENVENISTE,

2006, p. 81). Por emprego das formas, entendemos as regras que regem a formação e a organização de um sistema linguístico, que não são senão uma imagem aproximativa da língua em ação. O emprego da língua, por sua vez, é um mecanismo que afeta todo o sistema linguístico e que, de tão corriqueiro e mundano, corre o risco de passar despercebido. Isto que afeta a língua inteira nada mais é do que a enunciação, definida como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (2006, p. 82). Nas palavras do autor, sua condição específica é “o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado” (2006, p. 82), ressalva que deixa claro que não se deve confundir a enunciação com o discurso, que é seu resultado.

A enunciação pode ser estudada sob três aspectos. O primeiro diz respeito à realização vocal da língua, pois os sons, tanto emitidos quanto percebidos, sempre procedem de atos individuais, o que implica dizer que, “para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Isso se deve à diversidade das situações nas quais se produz a enunciação, as quais se tenta ignorar ou minimizar no fazer científico, ainda que “a noção de identidade não [seja] senão aproximativa” (BENVENISTE, 2006, p. 83).

Outro aspecto que pode ser estudado é o mecanismo da enunciação, o que Benveniste chama de conversão individual da língua em discurso. Trata-se de compreender como o sentido se forma em palavras, o que Benveniste denomina de “semantização da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Segundo o linguista, esse estudo conduz necessariamente “à teoria do signo e à análise da significância” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Disso, podemos concluir que a semantização diz respeito à relação entre forma e sentido e ao duplo modo de significância da língua, desdobrado nas dimensões semiótica e semântica

O último aspecto que Benveniste elenca é a definição da enunciação no quadro formal da sua realização, aspecto que ocupa o restante do artigo. O linguista esclarece que se trata de “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 2006, p. 83).

Para fins metodológicos, Benveniste propõe que, na enunciação, considerem-se sucessivamente: a) o próprio ato; b) as situações em que ele se realiza e c) os instrumentos de sua realização. Em relação ao próprio ato, lembra Benveniste que se deve introduzir o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Como afirma o linguista (2006, p. 83-84), “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua” e, “depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso”. A língua, de acordo com essa passagem, não

seria mais do que uma virtualidade inalcançável, visto que passa de uma possibilidade para uma concretização, na qual já é discurso. Ao se apropriar do aparelho formal da língua e enunciar através de índices específicos, o locutor constitui assim um centro de referência interno em cada instância de discurso. O locutor, ao se declarar como tal e assumir a língua, instaura-se como sujeito e instaura também o outro no discurso, pois toda enunciação implica um alocutário, explícito ou não. Essa mobilização da língua se dá pela necessidade do locutor de referir pelo discurso e pela possibilidade atribuída ao outro de correferir, ou seja, a língua é utilizada para expressar uma certa relação com o mundo, que Benveniste chama de “referência” e considera como parte integrante da enunciação.

Em relação aos instrumentos da realização do ato, primeiramente destacam-se os índices de pessoa (*eu-tu*) que são instaurados somente na e pela enunciação; os índices de ostensão (*este, aqui*), os indivíduos linguísticos (pronomes pessoais e demonstrativos) e as formas temporais, cujo paradigma completo se determina em relação a EGO, entendido como o centro da enunciação. Os índices que Benveniste menciona são os indicadores de subjetividade, ou seja, formas linguísticas que convertem a língua em discurso, remetendo à enunciação. Além disso, os índices “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo” (BENVENISTE, 2006, p. 85). Sobre as formas temporais, ressalta-se o fato de que é na enunciação que se instaura a categoria do tempo no discurso. Assim, Benveniste (2006) nega que a temporalidade seja algo inato ao pensamento e mostra como a enunciação é responsável por dar a conhecer a ideia de presente, que ocupa uma posição central em várias línguas.

Dessa exposição sobre os instrumentos, Benveniste (2006, p. 86) conclui que “a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência”. Encontramo-nos, aqui, no cerne da problemática a respeito dos signos cheios e dos signos vazios, que tem origem na distinção pessoa e não pessoa. Em “A natureza dos pronomes” (1956), Benveniste considera que há uma diferença entre os signos que dependem da instância do discurso para assumirem sua significação e os signos que têm seu estatuto pleno. Entretanto, se toda a língua está submetida à enunciação, ou seja, todas as formas devem estar relacionadas com a instância de discurso que as contém, pode-se ainda manter a ideia de signos cheios?⁴⁷

⁴⁷ Ono (2007, p. 45) indaga-se a respeito disso: “se toda enunciação é um ato de individuação da língua, esse ato de individuação não implica que toda enunciação é subjetiva?” [No original: “*si toute énonciation est une acte d’individuation de la langue, cet acte d’individuation n’implique-t-il pas que toute énonciation est subjective?*”]. Ela

Acreditamos que não, pois, como discutido na questão da dupla significância da língua, só podemos apreender o sentido quando a língua se encontra em uso, ou seja, no modo semântico. Assim, embora consideremos todos os signos como dependentes da atualização discursiva para poder ter seu valor determinado no sistema, é certo que as formas tratadas por Benveniste em “A natureza dos pronomes” têm um funcionamento diferente das demais, portanto essa atualização não se dá da mesma forma com todos os signos.

Benveniste propõe também as grandes funções sintáticas como integrantes da enunciação: interrogação, intimação e asserção. Todas essas funções implicam locutor e alocutário no seu ato de enunciar. Além disso, incluem-se também as modalidades formais, sejam verbos ou elementos pertencentes à fraseologia. Trata-se, aqui, da manifestação da presença do locutor no seu discurso. Outro ponto destacado pelo linguista como relevante à noção de enunciação é a “acentuação da relação discursiva com o seu parceiro” (BENVENISTE, 2006, p. 87), isto é, falamos não só para expressar uma certa relação com o mundo, conforme dissemos anteriormente, mas também para estabelecer e marcar uma posição em relação ao alocutário.

Essa ideia leva Benveniste a propor o quadro figurativo da enunciação: “a enunciação coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 87, grifos do autor).

É aqui que ocorre uma das reflexões mais originais do linguista, que se questiona sobre quais são os limites da enunciação e do diálogo. Benveniste discute, então, três exemplos distintos: a) um jogo verbal dos Merinas chamado *hain-teny*, b) o monólogo e c) a comunhão fática descrita por Malinowski. Em relação ao primeiro, constituído por uma série de trocas de provérbios e frases prontas, não há diálogo nem enunciação, apenas a aparência de um diálogo. No segundo, há claramente um diálogo, pois “o monólogo é um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um eu ouvinte” (BENVENISTE, 2006, p. 87). Em relação ao terceiro, Benveniste parece mais enigmático, pois afirma que aí encontramos o limite do diálogo.

responde explicando que é necessário diferenciar as duas operações que estão na concepção de enunciação: enquanto ato individual, toda enunciação pode ser compreendida como ato de subjetivação de um locutor; ao passo que a distinção entre enunciação subjetiva e não subjetiva se faz a partir de um critério formal, qual seja, a presença de um indicador sui-referencial.

O texto encerra com sugestões de tópicos a serem abordados futuramente dentro do quadro estabelecido como aparelho formal da enunciação. Entram, aqui, a diferença entre oralidade e escrita, a fraseologia e o que Benveniste chama de “formas complexas do discurso”.

Retomando o conceito de *enunciação*, que diz respeito ao “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82), podemos, então, constatar como esse ato reúne em si próprio as temáticas discutidas anteriormente. Podemos ilustrar tal raciocínio com o exemplo trazido por Benveniste na entrevista feita por Pierre Damur: o enunciado “eu sou seu homem”. Ao se apropriar da língua, o locutor constitui-se como sujeito e instaura um “tu” diante de si. Ambos encontram-se marcados no enunciado através dos pronomes, formas “vazias” que tem seu valor preenchido apenas quando relacionadas à enunciação. *Eu* e *tu* são membros de uma sociedade e falam a partir da(s) cultura(s) em que estão inseridos, ou seja, a posição social ocupada pelos locutores também se marca na língua. Ao se colocar como posse de alguém, o locutor imprime no enunciado um determinado sistema de relações sociais, no caso referente ao sistema de produção. Conforme explica Benveniste, essa locução remete à época feudal. Além disso, *eu* e *tu* enunciam com a finalidade de referir e expressar uma certa relação com o mundo. A língua é a mediadora entre homem e mundo, pois não há acesso direto ao real. A conversão da língua em discurso pressupõe a língua enquanto sistema de signos, que permite ao homem converter em signos suas experiências a partir de uma língua específica, que é a condição e o meio para tanto. Assim, a língua possibilita que uma dada experiência humana seja simbolizada linguisticamente por meio de signos, e essa representação se sedimenta no sistema linguístico, podendo ser atualizada e compreendida por outros locutores. Esse emprego soma-se a outros possíveis, formando o sentido do signo em oposição a outros signos. Além disso, sua posterior atualização funciona como um vestígio de uma época anterior, em outros termos, através do signo, pode-se recuperar fragmentos de culturas que se condensam nele.

Por fim, temos também o diálogo, instaurado pela reversibilidade dos papéis de “eu” e “tu”, o que é permitido pelo fato de compartilharmos o mesmo sistema linguístico e, a partir do circuito da comunicação, reconhecermos e compreendermos os diversos signos e seu agenciamento. Como explica Benveniste (2005, p. 30), “[a linguagem] organiza o pensamento e realiza-se numa forma específica, torna a experiência interior de um sujeito acessível a outro

numa expressão articulada e representativa, [...] realiza-se numa determinada língua, própria de uma sociedade particular”.

2.6. Definições, síntese e encaminhamentos

No início deste capítulo, propusemos dois objetivos. Em primeiro lugar, queríamos mostrar que não há apenas uma teoria da enunciação na obra de Benveniste, mas uma teoria da linguagem que, por sua vez, se sustenta na abertura da dimensão antropológica presente na obra do autor. Tal dimensão não é algo que foi acrescentado às reflexões do linguista sobre a enunciação, mas um ponto de vista para abordar a sua obra. Os estudos realizados sobre a teoria enunciativa podem, então, ser redimensionados, colocando em evidência a indissociabilidade entre homem e linguagem e tomando as reflexões de Benveniste como parte de um projeto maior que permite a construção de uma “ciência geral do homem” (TEIXEIRA, 2012). Essa nova forma de ler a teoria instaura outras possibilidades de ampliação desta, conforme o próprio Benveniste já ensaiava nos trechos finais dos seus últimos artigos. Em “Semiologia da língua”, temos as duas maneiras de ultrapassar a noção saussuriana de signo como princípio único, por meio de uma análise intralinguística (que é a enunciação) e de uma análise translinguística. Em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, Benveniste apresenta noções fundamentais para que se aborde esse tema sob a perspectiva semiológica da língua como interpretante da sociedade. Por fim, em “O aparelho formal da enunciação”, abre-se a perspectiva de estudar as formas complexas do discurso, identificada por Flores e Teixeira (2013) como o estudo de obras inteiras (a translinguística mencionada anteriormente), da poética (como mostram os manuscritos reunidos no dossiê *Baudelaire*) e da escrita (prova da autossemiotização da língua, conforme atestado nas suas *Últimas aulas no Collège de France* [2014]), ou seja, de temas que ocupavam Benveniste simultaneamente à elaboração de seu último texto publicado.

Desse percurso pela obra benvenistiana (mais especificamente, pelos *Problemas de Linguística Geral I e II*), destacamos noções a fim de formar uma rede de conceitos que servirá de sustentação para nosso trabalho. Dada a flutuação terminológica presente no autor (FLORES, 2013), consideramos necessário sistematizar algumas noções relevantes para nosso estudo e suas respectivas definições. Essa sistematização envolve colocá-las lado a lado para esclarecer a

variação terminológica que faz com que um mesmo termo possa ter significados diferentes dependendo do contexto em que é empregado. Ainda que, muitas vezes, haja variações de significado dos termos entre um texto e outro e, outras vezes, dentro de um mesmo texto, consideramos que o *corpus* estudado no presente capítulo oferece a possibilidade de se compreender os termos de uma forma mais genérica, com o propósito de delinear uma perspectiva de leitura que ressalte a dimensão antropológica da obra do autor.

Começamos com a tríade *homem, locutor e sujeito*. Na obra de Benveniste, encontramos abundantes ocorrências dos três termos, mas eles não têm o mesmo sentido. Entendemos *homem* como algo ligado à experiência dos seres humanos enquanto instância antropológica. Ao falar de linguagem e homem de forma indissociável, podemos apreender que *homem* diz respeito à condição humana no mundo de um modo geral, e não o indivíduo real de carne e osso. Em relação a *locutor*, compreendemos como uma instância linguística, na medida em que ele é o responsável por apropriar-se da língua. A cada instância de discurso, temos um novo locutor que se propõe e se marca ao se apropriar da língua. *Sujeito*, por sua vez, é o resultado, o efeito dessa apropriação. É de um sujeito de linguagem que se trata aqui, e não de algo que exista *a priori*. Assim como o locutor, o sujeito é recriado novamente a cada instância de discurso.

A seguir, temos o par *língua e linguagem*. Conforme vimos nos textos discutidos acima, todos os usos de *linguagem* dizem respeito à faculdade humana de simbolizar, constituindo-se como sua realização suprema. Deve ser entendida, dessa forma, como uma capacidade simbólica própria do homem, cuja função é transformar as experiências e os elementos da realidade em conceitos (BENVENISTE, 2005, p. 29) para que, dessa forma, possam ser comunicados e apreendidos pelos outros. *Língua*, por sua vez, pode ter dois conceitos distintos. Por um lado, filiado a Saussure, Benveniste entende a língua como um sistema de signos, composta pela dupla articulação que permite formar um conjunto infinito de frases a partir de um conjunto finito de elementos. Entretanto, Benveniste vai além e constata que a língua tem uma dupla significância, e a existência dos modos semiótico e semântico é o que coloca a língua em posição de destaque dentre os sistemas de signos. Além disso, a língua também pode ser entendida como a atualização da comunicação intersubjetiva, aproximando-se do que o linguista vai chamar de língua-discurso. Se bem lembramos a ideia de língua enquanto possibilidade (cf. “O aparelho formal da enunciação”), vemos que a realização da língua como atividade de um locutor já a converte em discurso. A língua também comporta o funcionamento paradoxal de ser comum a uma mesma

comunidade e garantir sua coesão e, ao mesmo tempo, ser individual e única a cada indivíduo que dela se apropria para se singularizar.

Os últimos conceitos que julgamos importantes para nossa rede são os de *sociedade* e *cultura*. Conforme vimos anteriormente, não pensamos aqui em sociedades empíricas e históricas, como a brasileira, a francesa etc., mas sim como “coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens” (BENVENISTE, 2006, p. 96). Outro conceito importante relacionado à sociedade e que aparece de forma recorrente na obra de Benveniste (embora não no recorte que fizemos aqui) é o de *cultura*. A ligação mais óbvia entre língua e cultura é aquela chamada por Benveniste de semantismo social, ou seja, o estudo de como as noções culturais se imprimem na língua. A cultura, nesse caso, é entendida como a expressão de uma sociedade, cujas marcas podem ser recuperadas por meio do estudo da língua, com ênfase no vocabulário. Além disso, há também o estudo das variações nas significações históricas e ainda a ação das crenças sobre expressões linguísticas, em que se pode localizar a questão do tabu linguístico (BENVENISTE, 2005). Nesses trechos, percebemos um uso não técnico do termo, que aproxima a noção de *cultura* de uma concepção empírica.

Entretanto, há três textos em que o linguista se debruça com mais atenção a esse fenômeno: “Estruturalismo e linguística” (1968), “Tendências recentes em linguística geral” (1963) e “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963). Nos dois primeiros textos, Benveniste aproxima a noção de *cultura* à de *língua*, explicando que ela é um conjunto de símbolos, cujas propriedades necessitam ser mais estudadas para poder iluminar o funcionamento da significação tanto na língua quanto fora dela. É justamente a significação a característica em comum de ambos os sistemas. Disso decorre que “a cultura também é um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem” (BENVENISTE, 2006, p. 22). É por isso, afirma Benveniste, que atribuímos sentidos a alguns gestos e cores, mas não a outros. O linguista afirma que “há como uma semântica que atravessa todos estes elementos de cultura e que os organiza – que os organiza em vários níveis” (BENVENISTE, 2006, p. 25). É esse conceito de *cultura* que permite Benveniste pensar em uma “culturologia” ou em “ciências da cultura”, que seriam feitas nos moldes da linguística. Aqui, *cultura* adquire um sentido mais técnico, visto que o autor se preocupa em defini-la e delimitá-la enquanto objeto de estudo.

Além disso, reproduzimos uma citação bastante longa, retirada do texto “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963), pois encontramos nela uma reflexão interessante a respeito do que o autor entende por cultura:

[...] chamo cultura ao *meio humano*, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humana forma, sentido e conteúdo. A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em *interdições* específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve. O mundo animal não conhece proibição. Ora, esse fenômeno humano, a cultura, é um fenômeno inteiramente simbólico. A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo de sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas de sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma (BENVENISTE, 2005, p. 32, grifos do autor).

Nessa passagem, podemos sintetizar alguns pontos principais:

- a) A cultura é um fenômeno que diz respeito ao ser humano;
- b) não se pode distinguir entre culturas primitivas ou civilizadas – a cultura simplesmente é;
- c) ela funciona como uma espécie de matriz dos comportamentos humanos;
- d) a cultura sinaliza o que pode e o que não pode ser feito;
- e) o homem aprende o que (não) fazer e como fazê-lo de maneira inconsciente (cf. BENVENISTE, 2005, p. 13⁴⁸);
- f) por constituir-se de representações relacionadas entre si, ela funciona de modo simbólico;
- g) a cultura se manifesta na língua, sendo esta o meio pelo qual o homem a assimila e a transmite.

Nesse trecho, Benveniste adiciona um outro componente que ajuda a definir *cultura* e que é de especial interesse para nosso estudo: as interdições. De acordo com o linguista, isso não ocorre no mundo animal, é próprio do meio humano e diz tanto a respeito de uma dada cultura (ou sociedade) quanto aquilo que é permitido. Disso, acreditamos ser possível deduzir que todas as culturas apresentam em comum o fato de conterem regulações que sancionam ou proíbem determinadas atitudes e comportamentos. O comportamento verbal do ser humano, sua atividade de fala, compreendido como um ato de apropriação da língua, portanto, também está sujeito a

⁴⁸ “É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também fora da língua. E uma vez que esse funcionamento é inconsciente, *como é inconsciente a estrutura dos comportamentos*, psicólogos, sociólogos e linguistas associariam com vantagem os seus esforços nessa pesquisa” (BENVENISTE, 2005, p. 13, grifos nossos).

interdições, que, por sua vez, manifestam-se e se transmitem na e pela língua. De acordo com essa perspectiva, as interdições também podem ser consideradas como um vestígio, uma porta de acesso à cultura que temos por intermédio da língua. Um exemplo disso seria o estudo do tabu linguístico, conforme já pontuado pelo autor (BENVENISTE, 2005, p. 16).

Nosso segundo objetivo neste capítulo foi percorrer a obra de Benveniste (mais especificamente, os *Problemas de Linguística Geral I e II*) para mostrar como se faz presente a dimensão antropológica constatada. Ainda que muitos autores apontem para essa relação próxima entre as reflexões de Benveniste e a Antropologia, era necessário instaurar um ponto de vista de leitura (FLORES, 2013) que nos permitisse explorar tal dimensão na obra do autor de acordo com nossos propósitos na presente pesquisa. Nosso percurso partiu do axioma “o homem está na língua”, que foi desdobrado da seguinte maneira:

Figura 7: Síntese da dimensão antropológica na teoria benvenistiana.

Dimensão antropológica em Benveniste:

- a linguagem, forma mais alta da faculdade humana de simbolização, serve de intermediária entre homem e mundo e re-produz a realidade e a experiência humana através da língua;
- a língua, ao oferecer as formas das quais o locutor se apropria para se constituir como sujeito, é o único meio para o homem experimentar a (inter)subjetividade;
- a linguagem, entendida como faculdade de simbolizar, é o laço que une a língua e o pensamento, sendo esta a própria condição do pensamento e responsável por dar-lhe a sua forma.
- a língua é o sistema semiológico por excelência por conta de sua propriedade de dupla significância, desdobrada nos modos semiótico e semântico;
- língua e sociedade podem ser pensadas em uma relação semiológica na qual a primeira é interpretante da segunda. Através da língua, pode-se estudar a sociedade;
- a enunciação, definida como "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (BENVENISTE, 2006, p. 82), é a instância em que se integram os processos descritos anteriormente.

Fonte: Elaborada pela autora.

Julgamos que precisávamos explicar, de um lado, como o homem se constitui sujeito por meio da língua, podendo, assim, instaurar um outro e entrar em relação com a coletividade que o cerca, e, de outro lado, como ele reproduz sua realidade dentro das possibilidades oferecidas por um determinado sistema de signos e recria, nos mesmos termos, a realidade reproduzida pelo outro para, então, propormos que esse “estar na língua” se realiza por relações de interdições específicas. Se a cultura diz respeito ao que pode ou não ser feito em uma determinada sociedade e se o homem nasce na cultura (BENVENISTE, 2005, p. 23), seria plausível pensar que essa cultura, com suas possibilidades e suas interdições, é interpretada pela língua, que carrega

consigo as marcas dessas proibições. Ao entrar na língua e se constituir como sujeito, o homem se confronta com a impossibilidade de dizer tudo. Nosso objetivo, no próximo capítulo, é entender como se dá a relação entre homem e língua a partir das interdições existentes. Mais especificamente, procuramos compreender como essa interdição se revela na relação entre língua e cultura e como o locutor lida com isso por meio de configurações singulares de forma/sentido em uma dada situação de enunciação.

3. INTERDIÇÃO E EUFEMISMOS EM BENVENISTE

O objetivo deste capítulo é desvelar como os temas de interdição e eufemismos são tratados na obra de Benveniste e realizar alguns desdobramentos motivados a partir das constatações iniciais. Partimos da análise de dois textos, “Eufemismos antigos e modernos” (1949) e “A blasfemia e a eufemia” (1969) – publicados, respectivamente, nos *Problemas de Linguística Geral I e II* -, procurando explicar como esses textos estão relacionados com a perspectiva semiológica de abordagem da relação entre língua e sociedade, de acordo com a qual a primeira é a interpretante da última. O primeiro texto a ser estudado, “Eufemismos antigos e modernos”, oferece alguns exemplos de eufemismos e indicações a respeito da metodologia para analisá-los. O segundo texto, intitulado “A blasfemia e a eufemia”, traz importantes contribuições de ordem teórica para o estudo das interdições e dos eufemismos. Além disso, apresentamos o estudo das notas preparatórias de “A blasfemia e a eufemia” realizado por Aya Ono (2012), que enriquece a leitura aqui exposta. O estudo detalhado desses textos leva-nos a investigar o tratamento de outros dois temas na obra de Benveniste: a instituição do juramento e a problemática da performatividade. Para discuti-los, lançamos mão de trechos do *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*, publicado por Benveniste em 1969, e do texto “A filosofia analítica e a linguagem” (1963). Nosso percurso de leitura, neste capítulo, também conta com outros autores que dialogam com as considerações aqui tecidas, em especial Freud, com as reflexões provenientes de *Totem e Tabu* (2013), e Giorgio Agamben, com sua arqueologia do juramento (2011). Ressaltamos que nosso recurso ao filósofo, neste momento, dá-se não pelos termos de sua contribuição, mas principalmente pelo fato de ele valer-se das considerações de Benveniste na sua teorização. Encerramos o capítulo formulando como se pode compreender o fenômeno do eufemismo na obra de Benveniste e quais as problemáticas que o cercam.

3.1. Abordando a cultura através do léxico: a significação

Embora ambos os textos estejam publicados nas obras mais conhecidas de Benveniste, *Problemas de Linguística Geral I e II*, eles se encontram em uma seção tradicionalmente pouco

explorada, intitulada “Léxico e cultura”. De acordo com o prefácio escrito pelo linguista no *Problemas de Linguística Geral I*, nesta seção, “o que se destaca é o papel da significação e da cultura: estudam-se aí os métodos da reconstrução semântica, assim como a gênese de alguns termos importantes da cultura moderna” (BENVENISTE, 2005). Aqui, encontramos uma pista importante a respeito da abordagem utilizada: o léxico é estudado pelo ponto de vista da significação, ou seja, do valor que os termos adquirem no sistema através do seu uso. (DESSONS, 2006).

O prefácio escrito para o *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*, cujas análises julgamos similares às presentes nos textos de “Léxico e cultura”, ilumina melhor os princípios empregados por Benveniste em suas análises: não se trata de estabelecer uma lista de correspondências lexicais que definiriam as realidades de uma suposta sociedade indo-europeia, mas compreender como se forma e se organiza o vocabulário das instituições de tal sociedade. Para tanto,

o ponto de partida é geralmente escolhido em alguma língua indo-europeia, entre os termos dotados de um valor fecundo, e em torno desse dado, por meio do exame direto de suas particularidades de forma e de sentido, de suas ligações e oposições efetivas, recompomos o contexto em que ela se especificou, muitas vezes ao preço de uma profunda transformação (BENVENISTE, 1995, p. 9).

Benveniste deixa claro que não se trata de uma análise histórica ou sociológica, visto que não entra em jogo nenhum pressuposto extralinguístico, mas tão somente a significação dos termos escolhidos. Mostra-se “como vocábulos a princípio pouco diferenciados assumiram progressivamente valores especializados, assim vindo a construir conjuntos que traduzem uma profunda evolução das instituições, o surgimento de novas atividades ou concepções” (BENVENISTE, 1995 p. 11). A análise de Ono (2008, p. 186) vai mais adiante ao afirmar que, “no centro dessa reconstituição de circunstâncias sociais, nós vemos a formação de uma instituição, a língua, que se articula com outras instituições sociais”⁴⁹.

Esse modelo de análise assemelha-se ao exposto por Benveniste em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” ao falar sobre o semantismo social, isto é, o fato de que a língua apresenta a capacidade de configurar a sociedade, tornando-a, assim, significante na e pela língua. Lembremo-nos de que o linguista alerta que esse tipo de estudo só pode ser realizado quando se

⁴⁹ No original: “*au cœur de cette reconstitution des circonstances sociales, nous verrons la formation d’une institution, la langue, qui s’articule aux autres institutions sociales*”.

conectam vocabulário e referência, pois “os testemunhos que a língua dá deste ponto de vista só adquirem todo seu valor se eles forem ligados entre eles e coordenados à sua referência” (BENVENISTE, 2006, p. 100).

Na mesma linha, Dessons (2006, p. 52) afirma que não se pode tomar essa relação como algo meramente da ordem do registro, pois “o léxico só tem valor se ele for relacionado à historicidade dos discursos que dele se apropriam, que medeiam a relação semiológica da língua à realidade social designada”⁵⁰. Portanto, não se trata de fazer um inventário de designações, mas compreender como esses termos funcionam no interior do sistema, funcionamento este que só pode ser apreendido por meio do uso, da apropriação da língua que realiza um locutor, o que impossibilita reduzir a abordagem do sentido à designação.

3.1.1. “Eufemismos antigos e modernos”

Nesse texto, vemos Benveniste partindo da conceituação de eufemismos para analisá-los, fornecendo pistas em relação à metodologia a ser empregada. O linguista inicia tal texto, publicado em 1949 na revista *Die Sprache*, fazendo um esclarecimento a respeito do próprio termo “eufemismo”. De acordo com dicionários, a palavra “eufemismo” teria dois sentidos opostos. O primeiro seria “dizer palavras de bom augúrio” (BENVENISTE, 2005, p. 340), de onde se deriva “evitar as palavras de mau augúrio” e, conseqüentemente, “fazer silêncio”. O segundo seria o oposto disso: “gritar em triunfo”. Para Benveniste, ocorreu, nesse caso, uma confusão entre os valores de língua e os valores de fala. Ele esclarece que a significação própria é positiva e significa somente “emitir palavras de bom augúrio”. Entretanto, o sentido negativo foi formado a partir do seu uso e é a partir da análise das circunstâncias de emprego que o autor chega à conclusão de que o sentido do verbo nunca se modificou, mas que foi o seu uso que determinou o sentido negativo.

Isso já fornece um indicativo a respeito de como estudar um eufemismo. É surpreendente notar que, ainda na primeira metade do século XX, Benveniste (2005, p. 342) já acredita ser necessário “reconstituir, tanto quanto possível as condições do emprego no discurso falado”. Isso se deve ao fato de que, de acordo com o autor, o eufemismo só pode ser considerado

⁵⁰ No original: “le lexique n’a que de valeur que s’il est rapporté à l’historicité des discours qui se l’approprient, que médiatisent la relation sémiologique de la langue à la réalité sociale désignée”.

como tal em relação a uma situação. Além disso, o papel da situação é importante porque é ela que determina o tipo de expressão eufemística utilizado.

Nas palavras de Benveniste (2005, p. 342), “tudo depende da natureza da noção que se quer tornar presente no espírito, evitando, no entanto, designá-la”. Se a noção é reprovada social e moralmente de forma permanente, o eufemismo deve ser constantemente renovado, pois a expressão termina por ser contaminada. Esse fenômeno tem bastante relevo nos estudos sobre eufemismo e é nomeado por Steven Pinker (2003) de *euphemism treadmill* ou “esteira de eufemismo”. Consiste no fato de que a palavra utilizada como eufemismo para se referir a algo tabu acaba sendo contaminada por esse tabu e passa a ser um disfemismo, sendo substituída, dessa forma, por outro eufemismo que, por sua vez, sofrerá o mesmo processo e assim sucessivamente⁵¹. Benveniste exemplifica esse fenômeno com o caso do latim *meretrix*, em que é possível distinguir designações honestas mais antigas. Outras noções, entretanto, têm um caráter desfavorável apenas em determinadas ocasiões. Nesses casos, “a expressão será direta ou receberá um substituto” (BENVENISTE, 2005, p. 342).

Benveniste começa a ilustrar tal fenômeno analisando a associação entre *de bonne heure* (“cedo”) e *tôt* (“cedo”) no francês e *mane* (“cedo”) e *manus* (“bom”, “favorável”) no latim. Examinando algumas crenças refletidas no calendário romano, o linguista mostra que a manhã era um período do dia que propiciava sua interdição. A isso, soma-se também o testemunho de um tabu linguístico dos povos bérberes, segundo o qual muitas palavras relacionadas a nomes de animais e instrumentos não podiam ser pronunciadas pela manhã. Por ser o período em que se decide a sorte do dia (boa ou ruim), a manhã foi qualificada como *mane* ou *bonne heure*. Dessa forma, qualifica-se esse momento como algo favorável na esperança de que isso decida o destino do dia. O processo em questão “consiste em dotar de um nome fasto uma noção nefasta” (BENVENISTE, 345, p. 345).

Todavia, esse não é o único processo possível de formação de eufemismos. Outro mecanismo seria dessacralizar uma palavra considerada má, que é, então, substituída por um equivalente distante ou enfraquecido. Um exemplo desse último processo é as diversas maneiras de dizer “matar” em grego. Para explicar isso, Benveniste recorre a um texto de Heródoto e

⁵¹ Esse fenômeno não parece estar restrito apenas ao tabu de ordem linguística. Freud chama-o de transferibilidade do tabu, que “reflete a tendência do impulso inconsciente, demonstrada na neurose, de se deslocar continuamente a novos objetos por via associativa” (2013, p. 77).

mostra novamente como o uso do eufemismo é determinado pelas circunstâncias. Em um dado momento, influenciado por uma profecia ruim, Astíages ordena a morte de seu neto dizendo “mate-o”, ordem que é retransmitida por Hárpago a Mitradates com a mesma expressão. No entanto, em um outro momento, Astíages questiona Hárpago a respeito de sua ordem anterior, utilizando a expressão “perecer”. Em outros trechos, pode-se constatar o mesmo processo: uma palavra mais bruta empregada em um determinado momento e outras mais suaves, em momentos posteriores (“perecer”, “ser executados”, “se deu um fim”). Sua análise mostra que determinadas expressões são utilizadas como um eufemismo para “matar” em casos “nos quais o sentimento proscovia a expressão crua” (BENVENISTE, 2005, p. 346).

Outro exemplo desse processo é o sentido de “executar” como “pôr à morte” e outras palavras do mesmo campo semântico. Benveniste oferece a análise das palavras que designam aquele que leva os outros à morte, o carrasco. Aqui, vemos claramente a relação entre língua e sociedade, pois “o descrédito que se ligava à função de carrasco o fez denominar em grego por meio de eufemismos” (BENVENISTE, 2005, p. 346). No latim, contudo, o nome escolhido é uma injúria: *carnuflex*, ou seja, aquele que imola carnes de homem. Porém, o autor repara em algo de singular nessa palavra, indicando que, na verdade, ela se trata de uma tradução do grego “açougueiro”. De acordo com a explicação do linguista, “o latim transformou então em designação do ‘carrasco’ o nome grego do ‘açougueiro’, o que é apesar de tudo uma espécie de eufemismo, reservando para ‘açougueiro’ a palavra *macellarius*” (BENVENISTE, 2005, p. 346).

Destaca-se, nesse texto, a capacidade do autor de relacionar língua e cultura. Isso se dá tanto de forma mais ampla, quando se observa a maneira como a língua comporta vestígios da cultura, conforme ilustrado na análise da expressão *de bonne heure*, quanto de maneira mais específica, quando mostra a mudança da expressão segundo a situação de enunciação, conforme a análise realizada a respeito do uso de “matar” em Heródoto. Com esse exemplo, Benveniste mostra claramente como o uso é determinado pela situação e pela relação entre os interlocutores em uma época em que predominava a análise linguística focada apenas na estrutura, sem levar em consideração os demais aspectos que são atualmente estudados.

3.1.2. “A blasfemia e a eufemia”

O texto intitulado “A blasfemia e a eufemia” foi publicado nas atas de um colóquio voltado para a linguagem teológica (*“L’analyse du langage théologique: le nom de Dieu”*), ocorrido em Roma, em janeiro de 1969. Sua brevidade, entretanto, não corresponde à sua complexidade. Como afirma Ono, no seu estudo das notas preparatórias desse texto, “as ideias expostas se situam no cruzamento de várias problemáticas interessantes e podem fornecer um rico material para nossa reflexão sobre alguns conceitos-chave da linguística benvenistiana”⁵² (2012, p. 77).

Além disso, cabe fazer uma ressalva a respeito do próprio assunto do texto. De acordo com o dicionário *Larousse*, *blasphème* é definido como “fala ou discurso que ultraja a divindade, a religião ou aquilo que é considerado como respeitável ou sagrado”⁵³. Embora, à primeira vista, esse vocábulo pareça dizer respeito apenas ao domínio da religião, visto que muitas religiões consideram o ato de blasfemar como algo condenável, também é verdade que o mesmo pode ser dito a respeito de muitas sociedades. Para Levy (1993), a blasfêmia é um crime que pode ser punido mesmo na esfera civil, pois se considera que tolerá-la equivale a aprová-la, convidando outros a fazer o mesmo e colocando em perigo a unidade da sociedade, na medida em que a blasfêmia questiona uma crença coletiva. Freud também afirma que a violação de um tabu é um perigo social, cuja punição deve recair sobre todos os membros da sociedade, para que evitem ser prejudicados. Além disso, para o autor, “se os outros não punissem a violação, necessariamente se dariam conta de que querem fazer o mesmo que o transgressor” (FREUD, 2013, p. 77).

Ainda que a blasfêmia não seja o objeto de estudo de Benveniste no artigo em questão, conforme veremos abaixo, é interessante notar a importância que esse assunto tem para a sociedade francesa. A blasfêmia não era apenas considerada como um pecado – imperdoável, de acordo com Marcos 3:29 – na esfera do catolicismo, mas estava presente na regulamentação legal da sociedade enquanto crime⁵⁴. Na França, o delito da blasfêmia, introduzido nas leis no século

⁵² No original: “*les idées qu’il expose se situent au croisement de plusieurs problématiques intéressantes et peuvent fournir de riches matières à notre réflexion sur certains concepts clefs de la linguistique benvenistienne*”.

⁵³ No original: “*parole ou discours qui outrage la divinité, la religion ou ce qui est considéré comme respectable ou sacré*”.

⁵⁴ Leveleux-Teixeira (2008) mostra a dificuldade de dar conta da blasfêmia em diversos discursos – moral, normativo, judiciário, religioso etc. – e o descompasso entre as denúncias e as punições, que “testemunham a complexidade e a plasticidade do crime da blasfêmia: mesmo após sua consideração pelo direito, uma larga margem de incertidão hermenêutica sempre persistiu na sua apreensão: ‘crime sem vítima’ e, portanto, altamente simbólico, a

XIII, foi delas retirado apenas em 1881, com a instauração da liberdade de imprensa (LESAFFRE, 2012). A leitura do artigo “A blasfemia e a eufemia” certamente deixa entrever a relevância desse tópico, do qual Benveniste irá reter um aspecto – a própria pronúncia do nome de Deus⁵⁵.

Para iniciar a discussão, é importante, de imediato, esclarecer o vocabulário utilizado por Benveniste. No início do texto, Benveniste explica a terminologia empregada, afirmando que os termos “blasfemia” e “eufemia” são neologismos. Tal criação ocorre por dois motivos. Em primeiro lugar, é importante não confundir “blasfemia” com “blasfêmia”. Para o autor, esta última é definida como “asserção difamante relativamente à religião ou à divindade” (BENVENISTE, 2006, p. 259). Em outras palavras, blasfêmia é uma fala considerada ultrajante que envolve o âmbito religioso. A blasfemia, por sua vez, é entendida pelo autor como “um processo de fala ... [que] consiste, de uma certa maneira, em substituir o nome de Deus por sua injúria” (BENVENISTE, 2006, p. 260). Assim, a primeira função do neologismo “blasfemia” serve para distingui-lo do termo já existente “blasfêmia”. A segunda função está relacionada com o outro termo introduzido pelo autor: a eufemia. Para o linguista, essa similitude tem duas finalidades. A primeira é de associar os dois termos, que não costumam ser estudados de forma conjunta; a segunda, de propô-los como atividades simétricas.

Pode-se entrever, aqui, a proposta de Benveniste: estudar a blasfemia e a eufemia como atividades correspondentes, mas também, conforme ressaltado pelo autor, como forças opostas. O resultado da ação da blasfêmia e da eufemia é a imprecisão, definida como “expressão blasfêmica por excelência” (2006, p. 259). Segundo Benveniste, a imprecisão pertence ao domínio da linguagem, mas seu estudo é geralmente relegado ao léxico e à fraseologia, visto que os linguistas não sabem como lidar com tais expressões típicas. Ressalta-se que, nas notas preparatórias, é possível observar como isso leva Benveniste a questionar a linguística da época.

blasfêmia foi, por excelência, o objeto de interpretações contraditórias” (2008, p. 31-32). No original: “*témoignent de la complexité et de la plasticité du crime de blasphème: même après sa prise en charge par le droit, une grande marge d'incertitude herméneutique persista toujours dans son appréhension: 'crime sans victime' et donc crime hautement symbolique, le blasphème fut, par excellence l'objet d'interprétations contradictoires*”.

⁵⁵ O que se entende por blasfêmia mudou ao longo dos séculos e de acordo com diferentes religiões. Segundo Levy (1993), a tradição judaica proíbe a pronúncia do nome de Deus, considerando seu emprego na fala como blasfêmia. A ideia de que blasfêmia está relacionada com uma ofensa relacionada a Deus ou ao sagrado surge com o cristianismo ao ponto de Clemente II considerar como blasfêmia tudo o que violava a autoridade eclesiástica (LEVY, 1993, p. 35). Agamben explica que “a medida que se perde a consciência da eficácia da pronúncia do nome divino, a forma originária da blasfêmia, que consiste em proferi-lo em vão, passa a ser secundária em relação ao proferimento de injúrias ou falsidades sobre Deus” (2011, p. 51).

Em sua opinião, no domínio da linguística que se intitula “moderna”, esse tipo de questão não é contemplada; entretanto, “a linguística não pode negligenciar o homem na língua”⁵⁶ (ONO, 2012, p. 79). Isso nos permite afirmar que a linguística idealizada por Benveniste, que introduziu a própria noção de *discurso* na ordem do dia das discussões, deve, sim, dar conta das diversas relações estabelecidas entre homem e linguagem e, dessa forma, contemplar fenômenos considerados “marginais”, tais como a blasfemia⁵⁷.

Além disso, se considerarmos que os estudos da linguagem, por muito tempo, tiveram um caráter prescritivo e foram vistos como uma instância reguladora do “falar bem”, conseguimos perceber que incluir, na linguística, a blasfemia e outros fenômenos que dizem respeito à expressão das emoções implica se deparar com uma contestação das leis fundamentais da língua, com uma espécie de “anti-gramática” que iria contra uma linguística preocupada em estabelecer regras de bom uso da língua (ONO, 2012, p. 79). Certamente, encontramos aqui uma justificativa para a exclusão desse tópico dos estudos sobre a linguagem, o que acontece até os dias de hoje⁵⁸.

Embora esses fenômenos pertençam ao domínio da linguagem, as notas preparatórias do texto mostram que Benveniste vislumbrava que seu estudo deveria envolver uma pesquisa empreendida em várias outras disciplinas, como religião, literatura e psicanálise. Prova disso é, para Ono (2012, p. 77), a presença de diferentes autores pertencentes a tais domínios nas notas. Nos estudos linguísticos, entretanto, “não se retém da imprecisão senão os aspectos pitorescos, anedóticos, sem prender-se à motivação profunda nem às formas específicas da expressão” (BENVENISTE, 2006, p. 259). O objetivo do autor, neste texto, é justamente discorrer sobre as causas da blasfemia e sobre o que denomina de quadro locucional, ou seja, como e em que circunstâncias ela se manifesta no discurso.

Iniciemos, então, pela motivação da blasfemia. Segundo o autor, nas línguas ocidentais, a blasfemia e suas diversas manifestações linguísticas provêm da “necessidade de violar a

⁵⁶ No original: “*la linguistique ne doit pas négliger l’homme dans la langue*”.

⁵⁷ Orsi (2011, p. 345), em estudo sobre a lexia obscena, corrobora essa constatação, afirmando que é um tema “ainda menosprezado por linguistas”, sendo “quase nula a referência aos palavrões em obras lexicológicas e lexicográficas”, apesar da riqueza que este recorte lexical oferece aos linguistas.

⁵⁸ Encontramos um testemunho em Preti (1983, p. 3, grifos nossos), quando o autor afirma que “o estudo da linguagem erótica, como não poderia deixar de ser, situa-se no campo dos tabus linguísticos morais e *abrange áreas sobre as quais, quase sempre e por motivos óbvios, se tem preferido calar, como, por exemplo a dos vocábulos obscenos, a dos ‘palavrões’ e blasfêmias, a da gíria, a do discurso malicioso*”.

interdição bíblica de pronunciar o nome de Deus⁵⁹” (BENVENISTE, 2006, p. 260). Deve-se esclarecer que a proibição não diz respeito ao simples fato de falar *sobre* Deus, mas, sim, de pronunciar o seu próprio nome, resultando na supressão dessa palavra do repertório linguístico. Encontra-se aí, portanto, um paradoxo próprio dos tabus: “este nome deve ao mesmo tempo continuar a existir enquanto ‘interdito’” (BENVENISTE, 2006, p. 260). De fato, esse parece ser o interdito máximo por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, é acompanhado de consequências extremamente negativas⁶⁰. Além disso, a interdição sobre a pronúncia do nome de Deus é observada até mesmo em sociedades que ignoram quando esse tabu diz respeito à pronúncia do nome dos mortos⁶¹. Isso decorre da crença segundo a qual a mera pronúncia de tais nomes poderia fazer o morto voltar ao mundo dos vivos (ONO, 2012, p. 84). Nota-se que as duas interdições – falar o nome dos mortos e falar o nome de Deus – são orientadas pelo mesmo princípio: a identificação entre falar e existir. Assim, pronunciar um determinado nome seria invocar e provocar a existência deste ser no mundo, ponto ao qual voltaremos mais adiante.

Ocorre, aqui, o único recurso a um autor fora da linguística: Benveniste utiliza-se das reflexões de Freud para explicar a natureza dos tabus. Segundo o psicanalista, o tabu se caracteriza por ser uma proibição antiga contra os desejos mais fortes do homem, determinada por alguma autoridade exterior. Para Benveniste, ao profundo desejo humano de profanar o sagrado, sobrepõe-se o interdito do nome de Deus. Isso se deve ao fato de que

[...] a tradição religiosa não quis reter senão o sagrado divino e excluir o sagrado maldito. A blasfêmia, à sua maneira, pretende restabelecer essa totalidade, profanando o próprio nome de Deus. Blasfema-se o *nome* de Deus, pois tudo o que se possui de Deus é o seu *nome*. É só por aí que se pode atingi-lo, para comovê-lo ou para feri-lo: pronunciando seu nome. (BENVENISTE, 2006, p. 260, grifos do autor).

⁵⁹ Ono (2012) afirma que, aqui, se encontra um dos vestígios do judaísmo na obra de Benveniste, uma questão de pesquisa que está por ser explorada.

⁶⁰ Benveniste não especifica quais seriam as punições, mas a tradição judaico-cristã previa diferentes castigos corporais para quem pronunciasse o nome de Deus (LEVY, 1993). Na esfera civil, Nash (2007) mostra como as leis contra blasfêmia estabeleceram diferentes tipos de penas na sociedade francesa entre os séculos XIV e XVII, desde mutilações até mesmo a morte.

⁶¹ Freud mostra como isso ocorre em diversos povos e afirma que “a evitação do nome do falecido geralmente é aplicada com um rigor extraordinário” (2013, p. 103). Além disso, de acordo com o autor, “para os selvagens o nome é uma parte essencial e um patrimônio importante da personalidade de que eles atribuem à palavra um pleno significado de coisa” (FREUD, 2013, p. 104). O nome se identifica ao ser, portanto “pronunciar seu nome lhes parece uma invocação à qual se seguirá de imediato sua presença” (FREUD, 2013, p. 106). Decorrem disso inúmeras tentativas de modificar o nome para que ele não seja proferido.

Aqui, Benveniste traça um paralelo entre o juramento e a blasfemia, pois o único momento em que o nome de Deus é invocado fora do culto é o juramento. Deus, como testemunha máxima da verdade, faz-se presente no juramento, visto que este é um apelo a Deus e a pessoa que jura está sujeita ao castigo divino em caso de perjúrio. A blasfemia também traz o nome de Deus, tomando-o como testemunha, uma vez que ela funciona como um juramento de ultraje.

Ono (2012) mostra que a questão do juramento e sua relação com a blasfemia se fazem presentes de maneira mais intensa nas notas preparatórias do que no texto final. Além disso, o juramento é tema de três estudos de Benveniste⁶², o que atesta sua importância para sua teorização sobre a linguagem. Em francês, temos um vestígio da proximidade desses atos, na medida em que há um paralelismo entre o substantivo *juron* (“imprecação”) e o verbo *jur* (“jurar”)⁶³. A primeira característica que une blasfemia e juramento é o fato de serem ambos performativos. A performatividade deste reside no fato de que ele dá testemunho daquilo que está sendo jurado. De acordo com Agamben (2011, p. 42), “o juramento é, portanto, um ato verbal que realiza um testemunho – ou uma garantia – independentemente do fato de eles acontecerem ou não”. Ademais, ambos apresentam uma origem religiosa comum⁶⁴. Entretanto, os dois diferem no que diz respeito à atitude do locutor, pois enquanto o juramento é um “ato de crença” (*acte de croyance*), a blasfemia é o “escárnio” (*dérision*) de um ato de crença⁶⁵. Voltaremos a essa questão mais adiante (cf. infra 3.2).

⁶² Referimo-nos aqui ao texto “*L’expression du serment dans la Grèce ancienne*” (1947) e às entradas intituladas “*ius* e juramento em Roma” e “O juramento na Grécia”, presentes no *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*, volume II, conforme estudaremos adiante.

⁶³ A respeito dessa semelhança, encontra-se um outro vestígio na língua inglesa. O verbo “*swear*” pode tanto significar “prestar um juramento” como “falar palavras de baixo calão”, sendo esse segundo sentido decorrente de sua utilização para significar “invocar nomes sagrados” (ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY).

⁶⁴ Agamben critica essa afirmação, explicando que ela provém de uma perspectiva, bastante presente nas ciências humanas, “segundo a qual explicar um instituto histórico significa necessariamente reconduzi-lo a uma origem a um contexto sagrado ou mágico-religioso” (2011, p. 20). Não se poderia localizar, portanto, a origem religiosa do juramento. Especificamente em relação ao tema aqui exposto, o filósofo afirma “todo o problema da distinção entre o jurídico e o religioso, especialmente no caso do juramento, está, portanto, mal colocado. Não só não temos motivos para postular uma fase pré-jurídica na qual ele pertenceria apenas à esfera religiosa, mas talvez deva ser revista toda a nossa maneira habitual de representarmos a relação cronológica e conceitual entre direito e religião” (AGAMBEN, 2011, p. 27). Trazemos a contribuição do filósofo apenas como um esclarecimento e, apesar de sua discordância com a explicação feita por Benveniste, não acreditamos que prejudique nossa interpretação do ponto que contribui para nossa teorização.

⁶⁵ Para Agamben, não haveria necessidade de recorrer ao que ele chama de aspectos externos à linguagem e invocar a interdição sobre o nome de Deus. O filósofo esclarece que se trata de uma questão linguística: o nome de Deus é o melhor, ou único, exemplo em que a palavra corresponde à coisa, pois o que se tem de Deus é apenas seu nome. Explica-se, dessa forma, a presença dos deuses como testemunhas no juramento: “o nome, que no juramento expressava e garantia a conexão entre palavras e coisas, e que define a veracidade e a força do *logos*, na blasfêmia

Ao explicar o quadro locucional da blasfemia, Benveniste destaca primeiramente a própria forma de expressão. Falar sobre esse assunto requer que se entre no domínio da expressão emocional e, contrariamente ao que se poderia imaginar, tal campo tem suas regras e sintaxe próprias. De acordo com o autor, “a blasfemia se manifesta como *exclamação*, ela tem a sintaxe das interjeições, das quais constitui a variedade mais típica” (2006, p. 261, grifo do autor). Para Benveniste (2006, p. 261), ser considerada como exclamação é uma característica fundamental, pois a “imprecação é bem uma palavra que se ‘deixa escapar’, sob a pressão de um sentimento brusco e violento”. Segundo Ono (2012), essa característica recebe um destaque maior nas notas preparatórias. De acordo com a autora, “a nota do *folio* 348 do nosso arquivo chega mesmo a utilizar a imagem de um vulcão para descrever a imprecação como uma ‘explosão’, assinalando que é esta a sua ‘natureza primeira’”⁶⁶ (2012, p. 81, grifo da autora). Além disso, Ono (2012) nota que os termos “expressão” e “explosão” são utilizados como sinônimos e, inclusive, empregados de forma intercambiável.

De maneira distinta das interjeições onomatopeicas (*oh!*, *ai!* etc.), a blasfemia utiliza formas significantes. Por formas significantes, entende-se palavras que pertençam a um dado sistema linguístico compartilhado por uma comunidade. Ainda que tenham um sentido, essas palavras não comunicam, mas somente expressam, pois não se referem a nenhuma situação particular. Prova disso é que, em uma situação de grande carga emocional, uma pessoa pode falar a palavra “merda”, que não poderia ser substituída, nesse caso pela palavra “fezes”, mas sim por alguma outra imprecação. Sendo assim, a mesma palavra pode ser pronunciada em várias circunstâncias distintas e exprime tão somente a intensidade de uma reação a tais circunstâncias. Elas são utilizadas não com a intenção de declarar algo a respeito da situação, mas sim para indicar a atitude do locutor em relação a esta. Ademais, elas não transmitem mensagem alguma nem dão abertura a um diálogo, visto que não se dirigem nem a um parceiro de interlocução (*tu*) – cuja presença sequer é necessária – nem a uma terceira pessoa (*ele*). As imprecações tampouco descrevem aquele que as emite (*eu*), pois “este se trai mais do que se revela” (BENVENISTE, 2006, p. 261). Aqui, podemos perceber os vestígios das reflexões de Benveniste a respeito do

expressa a ruptura desse nexos e o fato de ser vã a linguagem humana. O nome de Deus, isolado e pronunciado "em vão", corresponde simetricamente ao perjúrio, que separa as palavras das coisas; juramento e blasfêmia, como bênção e mal-dição, cooriginariamente, estão implícitos no mesmo evento de linguagem” (AGAMBEN, 2011, p. 50, grifos do autor).

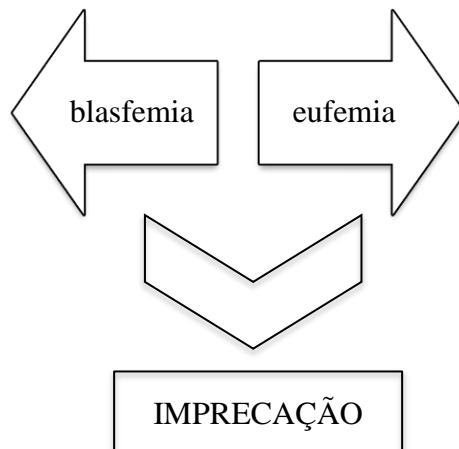
⁶⁶ No original: “*la note du folio 348 de notre dossier va d’ailleurs jusqu’à utiliser l’image du volcan pour décrire le juron comme une ‘explosion’, soulignant que c’est là son ‘premier caractère’*”.

papel da emoção nesse tipo de enunciação e a força com a qual se depara o locutor no momento de pronunciar uma imprecisão.

Embora sejam frutos de uma descarga emotiva, as imprecisões se realizam em fórmulas fixas. Na descrição da forma linguística, Benveniste explica que a forma de base é a exclamação “nome de Deus”, costumeiramente reforçada com um epíteto que destaca a transgressão: “sagrado nome de Deus”. “Deus” pode ainda ser substituído por alguma outra entidade religiosa, tal como “madona” ou “virgem”. Além disso, pode-se acentuar a imprecisão ao utilizar, no lugar do “nome”, o “corpo” ou algum órgão, ou ainda a sua “morte”, reduplicando a expressão. Outro mecanismo possível é simplesmente invocar o nome do Diabo, o anti-Deus.

Através dessas formas, o homem transgredir o interdito em um momento cuja intensidade leva-o a invocar o nome de Deus. Entretanto, Benveniste ressalta que “esta exclamação suscita imediatamente uma censura” (2006, p. 262). Ou seja, o fato de pronunciar tal blasfêmia é acompanhado de uma tentativa de modificá-la. Aí temos o que o linguista chama de eufemia. Ela mantém o quadro locucional da blasfêmia, mas insere três tipos de modificações na expressão linguística. Em primeiro lugar, pode-se substituir o nome de “Deus” por outro termo qualquer. Em segundo lugar, é possível mutilar a palavra “Deus” por meio da supressão da sílaba final ou da substituição por uma sílaba de mesma assonância. Em terceiro lugar, pode-se ainda criar uma forma *nonsense* no lugar da expressão blasfêmica. A figura abaixo procura ilustrar esse mecanismo.

Figura 8: Esquema das relações entre blasfêmia e eufemia.



Fonte: Elaborada pela autora.

Fica claro, ao final do texto, por que Benveniste afirma no início que a blasfemia e a eufemia devem ser estudadas de forma conjunta. Além disso, entende-se por que elas são “atividades simétricas” que funcionam como “forças opostas”. De acordo com Benveniste, “a blasfemia subsiste, mas é mascarada pela eufemia que lhe subtrai a realidade fêmica, portanto sua eficácia sêmica, tornando-a literalmente destituída de sentido” (2006, p. 262). Através dessa atuação conjunta, a blasfemia é e não é realizada, embora continue fazendo uma alusão à profanação de linguagem. Ou seja, a palavra perde seu sentido blasfematório; contudo, o falante realiza sua intenção, que pode ser apreendida pelo ouvinte. A palavra preenche, dessa forma, a função psíquica e o desejo de transgredir o tabu, mas é disfarçada pela eufemia.

Como afirmamos anteriormente, a importância desse texto não pode ser balizada por seu tamanho, tampouco por sua temática, que parece restrita à primeira vista. Sua data de publicação mostra que ele é contemporâneo de “O aparelho formal da enunciação”, um dos principais textos para se entender o conceito de *enunciação* formulado por Benveniste. Além disso, em ambos se faz presente a questão da enunciação, ou seja, do que falar quer dizer. Embora o artigo não use o termo “enunciação”, ele aparece de forma constante nas notas preparatórias, nas quais a blasfemia é entendida como um ato de enunciação (ONO, 2012, p. 78). Primeiramente, Ono mostra como algumas notas de ambos os artigos qualificam a blasfemia e a enunciação como atos repentinos e expressivos. Para a autora, pode-se pensar que a linguagem é entendida como algo que surge do próprio ato de falar, de forma tão forte que ultrapassa o indivíduo.

Além disso, Ono problematiza o trecho “o nome de Deus não pode passar pela boca, pois o ato de pronunciar imprime um traço no mundo, e o nome é o ser”⁶⁷ (2012, p. 83). A autora compara esse trecho com a caracterização que Benveniste faz da enunciação como algo evanescente, o que pode parecer contraditório. Como entender a caracterização da blasfemia como algo que “imprime um traço no mundo” se toda a enunciação se apaga logo depois do seu proferimento? De acordo com Ono, pode-se pensar que essa característica não se restringe apenas à pronúncia do nome de Deus, pois toda enunciação imprimiria algo no mundo. A enunciação se realiza em uma instância de tempo e, embora irreversível, age sobre o mundo e nele deixa seus traços. É pela palavra que a existência dos seres no mundo é assegurada. Isso nos leva a pensar no peso que a enunciação tem, pois, uma vez que o homem fala, não se pode voltar atrás. Ainda

⁶⁷ No original: “*le nom de Dieu ne doit pas passer par la bouche, car l’acte de prononcer imprime une trace dans le monde, et le nom c’est l’être*”.

que seja evanescente, a enunciação cria algo no mundo através da palavra. De acordo com a autora, esse trecho merece destaque pois seria por essa via que poderíamos encontrar a visão do autor a respeito da quintessência da linguagem.

Assim, além da preciosa contribuição que o texto – e as notas preparatórias – traz sobre os fenômenos vizinhos à questão nele tematizada (interdição cultural, tabu, imprecação e eufemismo), pode-se constatar também a importância desse tema na própria teorização constantemente (re)elaborada pelo autor a respeito da linguagem e, mais especificamente, das formas por meio das quais o homem se encontra nela. Para Ono (2012), pensar sobre a imprecação levou Benveniste a pensar sobre a própria essência da linguagem e a considerar que muitas das características da blasfemia podem ser estendidas a outros tipos de enunciação.

3.2. Juramento

Considerando a menção do juramento no texto sobre a blasfemia e a proximidade da sua reflexão com a questão dos atos performativos (ONO, 2008) – e, além disso, a influência da noção de *performativo* na de *enunciação* –, cabe, aqui, fazermos um exame mais detalhado dessa semelhança. Para analisar a relação do juramento com a performatividade e, posteriormente, a ligação entre juramento e blasfemia, vamos nos deter sobre três artigos de Benveniste que versam sobre a questão do juramento e sua função nas sociedades grega e romana. Examinamos, aqui, o texto “*L’expression du serment dans la Grèce ancienne*” (1947) e as entradas “*ius* e juramento em Roma” e “O juramento na Grécia”, ambas encontradas na seção intitulada “Direito”, no segundo tomo do *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*.

De imediato, ressaltamos uma observação comum aos três textos: o linguista afirma não haver uma expressão única para as palavras “jurar” e “juramento” em indo-europeu: “não existe termo indo-europeu que se possa considerar que esteja presente em todas as línguas antigas e que seja propriamente referente à tal noção” (BENVENISTE, 1995, p. 165). Essa constatação surpreende quando se tem em vista a importância dessa instituição nas sociedades indo-europeias. A razão para isso se deve à natureza do juramento: “não constitui uma instituição autônoma, não é um ato que tenha significação por si só e seja auto-suficiente” (BENVENISTE, 1995, p. 166).

De acordo com o linguista, o juramento

é uma modalidade particular de asserção, que sustenta, garante, demonstra, mas que não funda nada. Individual ou coletivo, o juramento não se dá senão por aquilo que ele reforça ou soleniza: pacto, engajamento, declaração. [...] Sua função consiste não na afirmação que ele produz, mas na *relação* que ele institui entre a fala pronunciada e o poder invocado” (BENVENISTE, 1947, p. 82, grifos do autor).

Além disso, também se constata uma dissimetria em grego e em outras línguas entre o verbo e o substantivo. Diferentemente do português, temos em inglês, por exemplo, o verbo *to swear* e o substantivo *oath*. Em grego, o verbo é *ómnumi* e o substantivo *hórkos*, e ambas as palavras não têm outro emprego senão o relativo ao juramento. Dado que não é possível esclarecer a significação desses termos no próprio grego, Benveniste parte para um estudo etimológico do verbo e revela que seu radical pode ser aproximado de um verbo sânscrito cujo significado é “pegar” ou “apreender”. Deve-se, então, partir desse sentido e integrá-lo a uma explicação total da expressão.

Benveniste segue, assim, para o estudo de *hórkos*, visto que “na língua poética desde Homero, *hórkos* com *ómnumi* é a expressão pura e simples do ‘juramento’” (1995, p. 168). Sem poder recorrer à etimologia, resta analisar seu emprego no grego. No que Benveniste chama de língua homérica, *hórkos* serve para designar qualquer espécie de juramento, ou seja, seu sentido independe da modalidade de juramento em questão. Entretanto, *hórkos*, nesse contexto não é empregado para se referir a um fato de fala, mas a um objeto. Assim, torna-se possível relacionar o substantivo *hórkos* e o verbo *ómnumi*:

como *ómnumi* remete a um sentido pré-histórico de ‘segurar com força’, assim também *hórkos*, no próprio grego, traz a marca de uma configuração material. Daí a expressão ‘segurar o *hórkos*’: objeto ou matéria, esse *hórkos* é o objeto sacralizante que contém uma potência que pune qualquer falta à palavra dada (BENVENISTE, 1995, p. 170).

O linguista observa que, no próprio sentido de *hórkos*, há uma ideia de uma “substância carregada de malefícios, potência divina, autônoma, que castiga o perjúrio” (BENVENISTE, 1995, p. 170). Em latim, isso também ocorre com o termo *sacramentum* (do qual resulta o francês *serment*), o qual traz a ideia de se tornar *sacer*. Associando-se ao juramento essa qualidade, ele aparece como uma operação de caráter condicional em caso de descumprimento. Ao verificar que isso ocorre também em outras línguas, Benveniste (1995, p. 170) esclarece que “quem jura se

expõe à maldição em caso de perjúrio, e ele soleniza seu ato tocando o objeto ou a substância investida desse terrível poder”.

Essa interpretação é validada pela análise do termo *epíorkos*, que significa “perjuro”, e do verbo *epiorkeîn*, “perjurar”. Para explicá-los, Benveniste (1995, p. 171) mostra que é

por meio de uma ligação implícita entre o juramento proferido e a palavra mentirosa que ele defende. A idéia, portanto é de acrescentar (*epi*) um juramento (*hórkos*) a uma palavra ou promessa que se sabe mentirosa.

Isso significa que o fato de se acrescentar um *hórkos* pressupõe que aquele que jura não manterá sua palavra. O termo, então, “revela que facilmente se recorria a um *hórkos* para apoiar uma promessa que não se pretendia cumprir ou uma afirmação que se sabia falsa” (BENVENISTE, 1995, p. 172). Temos, nesse caso, um valioso testemunho que a língua dá a respeito dos valores morais observados na vida social dos gregos. O juramento militar grego, por exemplo, continha uma série de imprecações que eram pronunciadas justamente tendo em vista o possível descumprimento da regra. Eram invocadas calamidades, destruição, doenças e nascimento de monstros entre os humanos e os animais. A questão da imprecação parece se estender para além da Grécia: “sabe-se, por meio de inúmeros exemplos nas civilizações mais diversas, que as operações simbólicas efetuadas como imprecação no momento do juramento antecipam e garantem magicamente o destino que é prometido ao perjuro⁶⁸” (BENVENISTE, 1947, p. 92).

A ideia de transgressão do juramento também está presente no latim *sacramentum*, derivado do verbo *sacrare* (declarar *sacer*, anátema, uma pessoa culpada de tal delito). O *sacramentum* é o fato ou o objeto por meio do qual se anatemiza sua própria pessoa ou penhor dado. Desde que se pronuncia a fórmula corretamente, a pessoa está potencialmente em estado de *sacer*, que se efetiva e chama a vingança divina em caso de transgressão da promessa feita. Benveniste explora melhor o significado dessa palavra ao relacioná-la com *iurare*. O sacramento é a consagração aos deuses, ao passo em que *iurare* é simplesmente repetir a fórmula pronunciada no rito.

⁶⁸ No original: “on sait par de nombreux exemples dans les civilisations les plus diverses que les opérations symboliques effectués en manière d'imprécation lors du serment anticipent et garantissent magiquement le sort qui est promis au parjure”.

O verbo *iurare* também chama a atenção do linguista por ser parecido com *ius*, cujo sentido é “direito”. Temos aqui um caso em que, embora haja semelhança formal entre dois vocábulos, os sentidos, à primeira vista, não se relacionam. Benveniste recorre ao iraniano e ao védico para explorar a pré-história do latim *ius*, afirmando que a palavra admite dois sentidos, um sendo relacionado à ideia de conformidade às regras e o outro, à de fórmula que prescreve aquilo a que se deve conformar. Esses dois sentidos estão no fundamento da noção de *direito* em Roma.

Ius diz respeito a uma fórmula e não a um conceito abstrato. Quando se encontram termos como *ius* e *iura* em seu sentido estrito, temos “a noção de textos fixados, de fórmulas estabelecidas, cuja posse é privilégio de certos indivíduos, certas famílias, certas corporações” (BENVENISTE, 1995, p. 116). Desse modo, o que está na base do direito não é o fazer, mas sim o ato de pronunciar, enunciar.

Resta esclarecer o sentido do verbo *iurare* e, cotejando-o com o de *ius*, verificar se a explicação para ambos os vocábulos é válida. O linguista busca as formas por meio das quais se prestava juramento em Roma e descobre que há um iniciador que enuncia um texto que deverá ser repetido pela pessoa que jura, ao mesmo tempo em que esta toca um objeto sagrado. Conforme explica Benveniste (1995, p. 119-120), “*iurare* não designa aquilo que entendemos por ‘jurar’, isto é, o fato de se empenhar de maneira solene sob a invocação de uma divindade [...], é o fato de repetir a fórmula pronunciada”. Ou seja, *iurare* consiste em realizar a ação por meio da própria enunciação, sendo, portanto, um ato performativo. Como afirmamos anteriormente, o latim reserva a palavra *sacramentum* para se referir ao fato de se consagrar aos deuses e *iurare*, portanto, à ideia de pronunciar o *ius*, o que deve ser feito da maneira exata conforme pronunciado pela pessoa precedente. Conclui-se, então, que

ius designa uma fórmula, sendo aqui a fórmula que enuncia a conduta que será mantida por quem jura, a regra a que ele se conformará. Mas o *ius iurandum* indica a natureza do procedimento e o caráter solene da enunciação, e não o próprio texto do juramento (BENVENISTE, 1995, p. 120).

Nota-se a importância que recebem as fórmulas envolvidas em tais ritos. Os gregos invocavam os deuses não só para conhecer, mas para ver o juramento, colocando-os como testemunhas deste. Os romanos, por sua vez, clamavam que os deuses escutassem a enunciação das fórmulas solenes. Comum às duas sociedades, temos a participação dos deuses nesse momento. A razão deve-se ao fato de que:

O castigo pelo perjúrio não é um assunto humano. Nenhum código indo-europeu antigo prevê sanções para o perjúrio. Supõe-se que o castigo venha dos deuses, por serem eles os garantes do juramento. O perjúrio constitui um delito contra os deuses. E se comprometer com um juramento é sempre se expor de antemão à vingança divina, visto que se implora que os deuses “vejam” ou “ouçam”, que estejam em todo caso presentes ao ato de comprometimento. (BENVENISTE, 1995, p. 176).

Tanto a presença das imprecções quanto a invocação dos deuses nas diferentes formas de juramento apontam para um mesmo aspecto: a pessoa que jura pode vir a não cumprir a palavra empenhada. Dito de outro modo, o juramento já traz consigo a possibilidade de que a pessoa possa perjurar, ou seja, descumprir o juramento. Na impossibilidade de garantir o cumprimento daquilo que foi jurado, procuram-se formas de castigar aquele que não fizer suas ações corresponderem ao que foi enunciado, na esperança de que isso possa dissuadi-lo de perjurar.

3.3. Performatividade

Como dissemos anteriormente, a característica que une o juramento e a blasfemia é a performatividade, isto é, o fato de que algo se realiza por meio da enunciação. É também tema ao qual Benveniste dedica o artigo intitulado “A filosofia analítica e a linguagem” (1963), embora a teorização sobre essa questão date de mais cedo, fazendo-se presente em “Da subjetividade na linguagem” e “Os verbos delocutivos”, além de ser um conceito importante no *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*.

O primeiro texto mostra Benveniste dialogando com Austin, que introduz a noção de *performatividade* nos estudos da linguagem. Um enunciado performativo, segundo Austin (1990), é aquele que, quando proferido em certas circunstâncias, realiza uma ação, diferentemente de um enunciado constataivo, que descreve ou relata situações. Não se trata, aqui, de uma consequência ou de um resultado que se concretiza a partir de algo que é dito, mas sim de algo que se realiza por meio do próprio fato de ser verbalizado. O filósofo britânico termina por abandonar a distinção entre esses dois atos ao fazer um exame minucioso das

circunstâncias que envolvem os atos de fala em questão, julgando o critério linguístico insuficiente e propondo a distinção entre ato locutório, ato ilocutório e ato perlocutório⁶⁹.

Benveniste critica Austin por ter desfeito a distinção entre os constativos e os performativos e propõe critérios formais e extralinguísticos para definir estes últimos. Um dos critérios formais seria a utilização da fórmula verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente acrescentada de um *dictum*, como em “ordeno que a população seja mobilizada”. Outro critério seria a fórmula verbo com complemento direto + termo predicativo, como no enunciado “nós o declaramos culpado”. Em relação aos critérios extralinguísticos, Benveniste ressalta a importância da autoridade de quem profere o enunciado. Em outros termos, é necessário que a pessoa que profere o enunciado tenha o direito de enunciá-los. Da condição de autoridade, decorre um outro critério: “o enunciado performativo, sendo um ato, tem a propriedade de ser único. Só pode ser efetuado em circunstâncias particulares, [...] é acontecimento porque cria o acontecimento” (BENVENISTE, 2005, p. 302).

Além dos atos de autoridade, há outra situação em que os enunciados devem ser considerados performativos: são os casos de compromissos relativos à pessoa do locutor, como “eu prometo”, “eu juro”, ponto que já havia sido destacado por Benveniste no texto “Da subjetividade na linguagem” (1958). Ao dizer “eu prometo”, o locutor pronuncia e promete simultaneamente, sendo esse ato duplo: “ao mesmo tempo manifestação linguística [...] e fato de realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 302). Aqui, entra o critério mais importante para Benveniste: “o enunciado performativo deve denotar o ato que o locutor realiza *ao dizer* este enunciado”⁷⁰ (ONO, 2008, p. 88, grifos da autora).

Isso não deve ser confundido com a descrição de uma ação realizada simultaneamente ao proferimento do enunciado, pois a atividade em questão deve ser discursiva para, assim, qualificar o enunciado como sui-referencial. Nas palavras de Ono (2007, p. 183), “sua sui-referencialidade supõe que o performativo se identifica com a situação discursiva”⁷¹. Por isso, não se deve confundir o performativo com os delocutivos, pois estes derivam da enunciação de locuções. Para Ono (2008, p. 92), “a particularidade do verbo delocutivo reside, portanto, na sua

⁶⁹ O ato locutório (ou locucionário) diz respeito ao fato de dizer alguma coisa; o ato ilocutório (ou ilocucionário) é o que se pretende alcançar com um determinado enunciado; o ato perlocutório (ou perlocucionário) consiste no efeito daquilo que é dito (TRASK, 2006, p. 42).

⁷⁰ No original: “l'énoncé performatif doit dénoter l'acte que le locuteur accomplit en disant cet énoncé”.

⁷¹ No original: “sa sui-référentialité suppose que le performatif s'identifie avec la situation discursive”.

forma mesmo, que contém em parte uma forma da locução”⁷². Além disso, nem todos os verbos que descrevem uma atividade discursiva podem ser considerados como performativos, pois é necessário que exista uma convenção social que determine a ligação entre o ato de dizer e um ato descrito pelo verbo em questão.

Entretanto, o exame feito por Ono (2007) da noção de *performativo* em Austin e Benveniste mostra que, por mais que este pensasse ter priorizado o critério formal, o que decide de fato a performatividade de um enunciado é uma circunstância extralinguística, a saber, a posição social do locutor e sua autoridade. Ao analisar um enunciado tal como “o presidente da República decreta a mobilização”, o fato deste não conter a marca formal de primeira pessoa é irrelevante desde que seu locutor seja o presidente da República. Segundo a autora (ONO, 2008, p. 184), “o performativo benvenistiano necessita de uma situação discursiva e de uma autoridade do locutor que não têm nada de morfossintático”⁷³, visto que tal autoridade é conferida por uma convenção da sociedade.

A questão da convenção social ganha relevo nas análises realizadas por Benveniste no *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*. Conforme vimos na análise sobre o juramento em Roma, é necessário seguir as regras que determinam o funcionamento do juramento, visto que este consiste na enunciação de fórmulas fixas, ou seja, o locutor deve seguir um modelo para poder executar tal ação. A ação, por sua vez, é o próprio fato de enunciar tais fórmulas. Lembremo-nos também de que algumas fórmulas são exclusivas de algumas pessoas, que têm a autoridade necessária para poder pronunciá-las. Há uma relação assimétrica na formulação do juramento romano, pois são necessários tanto o locutor que jura quanto a instituição que lhe dá o poder para realizar esse ato. Todavia, o fato de que a autoridade é emprestada momentaneamente e de que a fórmula deve ser repetida da forma exata como foi anteriormente pronunciada “ilustra[m] a relação entre o sujeito falante e a instituição, e mostra a atitude passiva do primeiro face ao segundo”⁷⁴ (ONO, 2007, p. 190).

Além disso, chama a atenção, nessa análise, o fato de que o direito é constituído pelo dizer, ato que equivale ao fazer, pois o direito se realiza por meio da própria enunciação das

⁷² No original: “*la particularité du verbe délocutif réside donc dans sa forme même, qui contient en partie une forme de locution*”.

⁷³ No original: “*le performatif benvenistiano nécessite une situation discursive et une autorité du locuteur qui n’ont rien de morphosyntaxique*”.

⁷⁴ No original: “*illustre le rapport entre le sujet parlant et l’institution, et montre l’attitude passive du premier vis-à-vis de la seconde*”.

fórmulas. Reencontramos, aqui, os dois sentidos presentes na base da noção de *ius*: fazer e dizer. Para Ono (2007), isso muda a natureza da relação entre dizer e fazer estabelecida por Benveniste em “A filosofia analítica”. Nesse texto, a performatividade encontra-se reduzida a uma parte pequena das atividades humanas e o dizer está submetido ao fazer. Ao contrário, na análise acima apresentada, o ato de dizer identifica-se ao ato de fazer.

3.4. Estatuto do eufemismo em Benveniste⁷⁵

Na discussão a respeito dos performativos, Benveniste atenta para a necessidade de se escolherem exemplos adequados. Ele exclui do seu exame enunciados como “dou-lhe as boas vindas”, “desculpo-me” e “aconselho-o a fazê-lo” por considerar que “elas não provam mais quase nada hoje, tanto as banalizou a vida social” (BENVENISTE, 2005, p. 299). Para o linguista, esses enunciados viraram simples fórmulas, sendo necessário reconstituir a sua função performativa. Assim, falar “desculpa-me” deveria equivaler a apresentar as desculpas, em que um locutor reconhece publicamente um erro e busca pacificar sua relação com o alocutário. O enunciado “eu lhe desejo um bom dia”, raramente utilizado hoje em dia, perdeu sua solenidade e transformou-se na fórmula “bom dia”, dita e repetida banalmente.

Nessa reflexão de Benveniste, vemos uma semelhança com a questão do juramento, pois este só se realiza através da sua enunciação. No juramento, há uma adequação total entre dizer e fazer. No caso da blasfêmia, a identificação entre dizer e fazer corresponde à violação do tabu supremo⁷⁶. Diferentemente do juramento e da blasfêmia, a enunciação das fórmulas recuperadas acima pelo linguista, se não mais acompanhada de uma ação, torna-se um proferimento vazio de eficácia. Tais fórmulas testemunham uma mudança nas relações sociais de forma que seu uso, outrora performativo, dá-se atualmente apenas pela força do hábito e das convenções sociais.

Em outras palavras, na blasfêmia, ao levar a cabo a transgressão de pronunciar o nome de Deus, a linguagem seria utilizada em todo o seu potencial de ofender e agredir. Ao se dar conta disso, o falante procura uma maneira de neutralizar a ofensa, ainda que a forma final da

⁷⁵ Usamos os termos *eufemismo* e *eufemia* para designar o mecanismo em questão na formação de uma expressão ou enunciado eufemístico.

⁷⁶ Agamben (2011, p. 50) também menciona a semelhança entre juramento e blasfêmia, explicando que “a blasfêmia é um juramento no qual o nome de Deus é tirado do contexto assertório ou promissório, e é proferido em si, no vazio, independentemente de um conteúdo semântico”.

expressão contenha em si a alusão à transgressão. O falante depara-se, assim, com a impossibilidade de adequação entre o dizer e o fazer. A eufemia desarma a performatividade da blasfemia, na medida em que realiza uma outra ação que não a de agredir.

Voltando ao final do texto “A blasfemia e a eufemia”, vemos Benveniste afirmar que, por meio de algumas modificações fônicas na fórmula clássica da blasfemia, esta “subsiste, mas é mascarada pela eufemia que lhe subtrai a realidade fêmica, portanto sua eficácia sêmica, tornando-a literalmente destituída de sentido” (BENVENISTE, 2006, p. 262). Acreditamos que se trata de uma situação similar aos exemplos descritos acima, pois, nos eufemismos, realiza-se uma outra associação entre dizer e fazer. Conforme esclarece o linguista, “tudo depende da natureza da noção que se quer tornar presente no espírito, evitando, no entanto, designá-la” (BENVENISTE, 2005, p. 342). Esse parece ser o mecanismo enunciativo por trás do fenômeno: o enunciado eufemístico evoca uma noção⁷⁷ sem designá-la. Isso se dá porque a expressão eufemística não contém algumas características típicas da noção a ela associada. Dessa forma, por não trazer os aspectos mais identificáveis de uma noção, a expressão termina por não identificá-la plenamente.

A esse mecanismo, subjaz uma lógica segundo a qual o eufemismo diz X (enunciado eufemístico), mostrando que X está no lugar de Y (conteúdo interdito, ou o que Benveniste denomina blasfemia)⁷⁸. Ele não formula linguisticamente aquilo para o que aponta, que é o conteúdo interdito, pois formulá-lo equivaleria a transgredir o tabu e ofender. Segundo explica Benveniste, a blasfemia é conservada (ou seja, há uma alusão à interdição), mas é ocultada pela modificação da expressão linguística (o que é dito). O eufemismo pode ser considerado um performativo na medida que eufemizar X é justamente empregar um enunciado eufemístico, o qual mostra que atenua Y. Por conta disso, sempre é possível negar a realização de um eufemismo, ou seja, dizer que não se apontava para o conteúdo interdito. Aí reside, em nossa proposta, a força performativa do eufemismo: ao ser confrontado com interpretações possíveis por parte do alocutário, o locutor pode defender-se apelando para o que foi dito e negar a alusão sugerida.

⁷⁷ Benveniste não explica o que entende por *noção* em sua obra. Utilizamos em nosso trabalho uma acepção de *noção* como aquilo a ser dito, entendido de forma genérica.

⁷⁸ Usamos a expressão “dizer e mostrar” cientes da distinção feita por Wittgenstein em relação a esses termos no seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (1994), segundo a qual aquilo que se pode mostrar não se pode dizer. Para o filósofo, aquilo que possibilita que algo seja dito não pode, por sua vez, ser dito, mas apenas mostrado. Utilizamos essa distinção como inspiração para elaborar a estrutura do eufemismo, conforme a qual aquilo que não pode ser dito (por conta das interdições culturais) só pode ser mostrado, apontado.

Para ilustrar nosso raciocínio e mostrar a imbricação das duas dimensões, vamos tomar o exemplo dado por Benveniste a respeito dos usos de “matar” e “perecer” no texto de Heródoto. Em relação ao mecanismo enunciativo, isto é, da ordem do evocar sem designar, podemos constatar que o ponto em comum a ambos os verbos é a ideia de que algo chega ao seu fim. “Matar”, entretanto, traz uma ideia de intencionalidade, ao passo em que “perecer” aponta para uma naturalidade do processo. Em relação ao mecanismo lógico, que chamamos de dizer X mostrando que Y está no lugar de X, o uso de “perecer” dissimula a ordem de matar, ou seja, a intencionalidade por trás do ato, que é justamente o conteúdo proscrito.

3.5. Síntese do estatuto do eufemismo em Benveniste

Conforme nosso objetivo neste estudo, interessa-nos agora refletir acerca das contribuições feitas por Émile Benveniste para o estudo dos eufemismos com base nos textos analisados acima. Em primeiro lugar, ressaltamos que a teoria proposta pelo linguista se apóia em uma visão não referencialista de língua. Para Benveniste, o referente não entra em jogo na enunciação, mas sim a referência, que é a cada vez definida pela situação em que uma dada unidade linguística é empregada (FLORES et al., 2009, p. 197). Como apontado no texto “Eufemismos antigos e modernos”, os processos de formação de eufemismo são de duas ordens: ou se reveste a noção de uma nomeação positiva ou se “dessacraliza” a expressão. Assim, não há menção a uma realidade extralinguística que deveria ser atenuada, mas, sim, a um funcionamento linguístico-discursivo da expressão no enunciado⁷⁹.

Além disso, a situação é determinante para a consideração dos eufemismos. Conforme explicado por Benveniste, é ela que define o mecanismo em jogo na formação do eufemismo. Por

⁷⁹ Julgamos importante iniciarmos com essa consideração, visto que, em nossas pesquisas sobre eufemismo, encontramos, na maior parte, perspectivas que lançam mão do recurso ao referente para explicar o significado dos eufemismos. Isso pode ser atestado pelo seguinte questionamento encontrado em obra recente (BONHOMME; DE LA TORRE; HORAK, 2012, p. 8, grifos dos autores): “no que diz respeito ao domínio de aplicação do termo *eufemismo*, o que ele recobre exatamente? A palavra ou expressão que ele atenua, o sentido atenuado ou a realidade submetida à atenuação?”. No original: “*concernant le domaine d’application du terme euphémisme, que recouvre-t-il au juste? Le mot ou l’expression qui atténue, le sens atténué, ou la réalité soumise à l’atténuation?*”. Outra obra recente (JAMET; JOBERT, 2010, p. 14) também defende uma visão de signo que inclui o referente, em detrimento de uma visão saussuriana, pois “representações binárias do signo linguístico se revelam insuficientes para dar conta da complexidade do eufemismo” [no original: “*représentations binaires du signe linguistique se révèlent insuffisantes pour rendre compte de la complexité de l’euphémisme*”].

situação de discurso, entendemos a relação entre locutor e alocutário em determinadas instâncias espaciais e temporais instauradas pela enunciação (*eu-tu/ele – aqui – agora*). É a partir da análise desses elementos que o linguista poderá dizer se as expressões utilizadas são ou não um caso de eufemismo, como evidencia a análise do texto de Heródoto.

Outro elemento que se faz presente na análise mencionada e que diz respeito à situação é a influência da emoção. Embora esse tema tenha mais espaço nas notas preparatórias ao artigo “A blasfemia e a eufemia”, pode-se constatar no texto seu papel no momento da enunciação. Sob o efeito de uma forte emoção, o locutor é levado a transgredir uma interdição e termina por ser traído por seus sentimentos. Trata-se, aqui de um locutor que é impelido a enunciar por causa da intensidade daquilo que vivencia⁸⁰. No texto “Eufemismos antigos e modernos”, vemos o papel da emoção operando na análise do mesmo texto de Heródoto. Ao analisar o jogo de empregos de “matar” e outras expressões, Benveniste afirma que se nota um contraste entre “a noção brutal formulada numa decisão e a expressão mais vaga no momento da execução” (2005, p. 345). Ono (2012) mostra como essa questão também aparece nas notas preparatórias do artigo “A blasfemia e a eufemia” e sugere que a linguagem incita o sujeito a se enunciar pela língua.

É importante também considerar a motivação por trás do eufemismo. Como explicado pelo autor, a blasfemia vem da necessidade de violar uma interdição imposta pela Bíblia, que proíbe a pronúncia do nome de Deus. O recurso a Freud serve para mostrar o quanto os tabus geram uma conduta ambivalente no homem, ou seja, à interdição se soma o desejo de transgredir-la. Como vimos anteriormente, é dessa forma que funciona a eufemia: um processo de correção da imprecisão, o que permite ao homem realizar uma profanação, ao mesmo tempo em que a disfarça. Ademais, Freud (2013) também reitera que o tabu é algo imposto por uma ordem exterior ao sujeito, ou seja, a interdição é de ordem cultural.

No que diz respeito às contribuições de ordem metodológica, destacamos dois pontos. O primeiro diz respeito à reconstituição das condições do emprego. É tarefa do linguista recuperar os elementos que compõem a situação de discurso, pois é apenas a partir disso que se pode determinar se estamos ou não diante de um enunciado eufemístico. Além disso, a análise deve explicar o jogo de empregos motivado pelas circunstâncias. Isso significa que o linguista deverá

⁸⁰ Os dois textos que estudamos neste capítulo são citados também por Coquet (1997), que mostra a como a temática da força está presente na obra de Benveniste. O autor também analisa como essa força se projeta sobre o corpo do sujeito na questão da blasfemia, pois certas palavras não podem passar pela boca, mas sua pronúncia em uma dada situação atesta a intensidade da proibição.

evidenciar como a situação particular e os elementos nela envolvidos suscitam o uso de uma expressão em lugar de outra.

Parece-nos possível distinguir, até aqui, duas formas de abordar o eufemismo na obra de Benveniste (conforme ilustramos na figura 9 abaixo). A diferenciação aqui proposta não tem por objetivo propô-las como antagônicas, mas é realizada com vistas a delinear melhor as características de cada abordagem. A primeira, de orientação semiológica, encontra-se exposta no texto “Eufemismos antigos e modernos”. Nela, vemos manifestada a relação de intepretância, que coloca a língua em posição de primazia em relação aos demais sistemas semiológicos, no caso a sociedade. Conforme estudamos, a análise levada a cabo mostra como a língua interpreta a sociedade e determinados aspectos culturais, trazendo um testemunho das suas interdições nas formas de que ela dispõe para contorná-las.

A outra forma de abordar o eufemismo diz respeito ao que chamamos, no segundo capítulo, de dimensão antropológica presente nas reflexões de Benveniste. As considerações feitas em “A blasfemia e a eufemia” apontam para a relação entre língua e locutor sob o viés das interdições culturalmente impostas. Mais especificamente, o linguista analisa esses dois fenômenos de maneira conjunta para mostrar as consequências linguísticas das interdições na constituição do sujeito e o que isso diz do funcionamento da língua no meio social. De acordo com a discussão sobre juramento e performatividade, por um lado, o falante tem a impressão de que a língua corresponde a um determinado estado de coisas no mundo⁸¹, garantindo seu funcionamento na sociedade. Entretanto, mesmo o juramento, instituição em que há a plena adequação entre o que é dito e o que é feito, traz a ideia de que tal adequação pode ser desfeita.

No caso da eufemia, temos a confirmação dessa possibilidade, pois é o mecanismo responsável por desarmar a blasfemia, ou seja, a transgressão de um tabu e readequar a relação entre dizer e fazer. O eufemismo também é performativo, pois a eufemização de um conteúdo interdito se dá pela enunciação de um mecanismo que diz X e mostra que X está no lugar de Y. Isso se dá porque dizer e mostrar X seria uma grave ofensa, portanto a transgressão de um tabu. A eufemia é o processo por meio do qual o falante evita dizer aquilo que é interdito e “faz alusão

⁸¹ Benveniste reforça essa ideia ao afirmar que, “para o falante, há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade (*nomen omen*, tabus de palavra, poder mágico do verbo, etc.)” (2005, p. 57). Não é por acaso que os exemplos desse sentimento, listados entre parênteses, envolvem a questão do tabu (um nome é evitado porque se identifica a um objeto) e aquilo que o linguista chama de “poder mágico do verbo”, ou seja, a utilização da linguagem como meio para agir no mundo e a crença na sua eficácia como modo de ação.

a uma profanação da linguagem, mas sem realizá-la” (BENVENISTE, 2006, p. 262). Por meio de determinadas modificações, a palavra dita aponta para a realização de uma atenuação, disfarçando a profanação, ainda que preencha a função psíquica da transgressão para o locutor.

Figura 9: Síntese das abordagens do eufemismo em Benveniste.

Abordagem semiológica:

- relação de interpretância;
- a língua engloba e interpreta a sociedade;
- a língua guarda vestígios de fatores culturais;
- a situação (*eu-tu/ele - aqui - agora*) determina o eufemismo;
- influência das emoções na enunciação.

Abordagem antropológica:

- influência do tabu na forma como o sujeito se constitui na e pela linguagem;
- necessidade de tratamento conjunto das interdições (blasfemia) e os eufemismos (eufemia);
- reconhecimento do papel das emoções na enunciação;
- reconhecimento do potencial agressivo e transgressor da linguagem na sociedade.

Fonte: elaborada pela autora.

4. ENUNCIÇÃO E DIÁLOGO NA BLASFEMIA E NA EUFEMIA

O percurso realizado até agora permitiu: a) evidenciar a existência de uma dimensão antropológica na obra de Benveniste, entendida como um ponto de vista de leitura que mostra a indissociabilidade entre língua(gem) e homem⁸², e b) caracterizar o que se entende por eufemismo e relacioná-lo com a dimensão acima exposta. Neste último capítulo, buscamos retomar as reflexões que Benveniste faz a respeito da blasfemia e da eufemia e discuti-las à luz das noções de *enunção* e *diálogo*, tais como formuladas no texto “O aparelho formal da enunção”. Dois motivos levam-nos a esse objetivo. Em primeiro lugar, a caracterização que Benveniste faz da blasfemia, conforme ilustra o trecho abaixo:

A imprecisão é bem uma palavra que se ‘deixa escapar’ sob a pressão de um sentimento brusco e violento, impaciência, furor, desventura. Mas *esta palavra não é comunicativa*, é somente expressiva, ainda que tenha um sentido. A fórmula pronunciada em blasfemia *não se refere a nenhuma situação objetiva em particular*; a mesma imprecisão é proferida em circunstâncias totalmente diversas. Ela não exprime senão a intensidade de uma reação às circunstâncias. Ela não se refere também ao parceiro ou a terceira pessoa. *Ela não transmite nenhuma mensagem, ela não abre diálogo, não suscita resposta, a presença de um interlocutor nem mesmo é necessária* (BENVENISTE, 2006, p. 261, grifos nossos).

Essas considerações parecem ir de encontro ao que Benveniste considera como enunção em seu último texto, no qual sua concepção está estreitamente relacionada com a ideia de diálogo. Em segundo lugar, a associação que traçamos no capítulo anterior sobre a eufemia e os exemplos de enunciados outrora performativos levam-nos a um trecho que tem intrigado os estudiosos da obra de Benveniste: a longa citação que este faz de Malinowski e o seu sucinto comentário sobre “o limite do diálogo”. Assim, pretendemos demonstrar como a teorização sobre blasfemia e eufemia tem potencial para iluminar a questão da enunção em Benveniste e as implicações dessas temáticas para a dimensão antropológica esboçada anteriormente. Começamos com uma breve retomada sobre o diálogo na obra do linguista, para, então, discutirmos como a blasfemia e a eufemia estão no “limite do diálogo”. Finalizamos o

⁸² A expressão língua(gem) é utilizada de forma proposital a fim de reunir língua e linguagem, instâncias em que o homem se encontra. Embora a seção classicamente explorada dos *PLGs* seja intitulada “o homem na língua”, Benveniste refere-se ao “homem na linguagem” no prefácio do primeiro volume. Uma proposta para explicar a ambiguidade é realizada por Flores (2017b), preconizando que a passagem do homem na linguagem ao homem na língua se dá por meio da noção de *significância*.

capítulo com uma reflexão a respeito desses fenômenos e sua repercussão sobre o falante, em uma tentativa de contribuir para o desenvolvimento de uma antropologia da enunciação (SILVA; FLORES, 2015, FLORES, 2016).

4.1. Enunciação e diálogo

A importância do diálogo na teorização benvenistiana se deixa entrever desde cedo. No texto “Comunicação animal e linguagem humana” (1952), Benveniste analisa a possibilidade de existência de uma linguagem no mundo animal, embora, como o próprio título já indica, “as condições fundamentais de uma comunicação propriamente linguística parecem faltar no mundo dos animais, mesmo superiores” (2005, p. 60). Entretanto, o linguista destaca alguns estudos feitos com abelhas, que parecem indicar que esses animais têm um modo de comunicar-se. A análise desse modo de comunicação e seu cotejo com a linguagem humana servem ao linguista para elucidar as características desta. Uma das diferenças fundamentais diz respeito à situação da comunicação. A mensagem das abelhas provoca uma conduta, e não uma resposta, ou seja, não há diálogo. Nas palavras de Benveniste:

porque não há diálogo para as abelhas, a comunicação se refere apenas a um certo dado objetivo. Não pode haver comunicação relativa a um dado 'linguístico', não só por não haver resposta, *sendo a resposta uma reação linguística a outra manifestação linguística*, mas também no sentido de que a mensagem da abelha não pode ser reproduzida por outra que não tenha visto ela mesma os fatos que a primeira anuncia. [...] *Vê-se a diferença da linguagem humana, em que, no diálogo, a referência à experiência objetiva e a reação à manifestação linguística se misturam livremente, ao infinito.* (BENVENISTE, 2005, p. 65, grifos nossos).

Assim, de acordo com essa passagem, podemos pontuar que a linguagem humana é necessariamente marcada pelo diálogo, uma atividade em que a reação a uma manifestação linguística não se dá necessariamente por meio de uma conduta, mas por um outro tipo de resposta, ou seja, uma outra manifestação linguística.

A importância do diálogo é retomada por Benveniste em “O aparelho formal da enunciação”, texto em que encontramos a seguinte afirmação: “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 2006, p. 87, grifos do autor). Disso decorre o quadro

figurativo da enunciação, que nada mais é do que a estrutura do diálogo, composta por duas figuras que alternadamente se colocam como origem e fim da enunciação. Conforme já apresentamos anteriormente, ao se enunciar como “eu”, o locutor instaura um “tu” diante de si; o alocutário, por sua vez, ao assumir a palavra, se torna “eu” e coloca o outro na posição de “tu” e assim sucessivamente. De acordo com o linguista (BENVENISTE, 2006, p. 87), “este quadro é dado necessariamente com a definição de enunciação”, o que nos leva a crer que enunciação e diálogo são tomados como sinônimos neste momento da sua reflexão.

Benveniste se interroga sobre a existência de casos em que haveria diálogo fora da enunciação ou uma enunciação sem diálogo. Para isso, analisa três casos: o *hain-teny* dos Merinas, o monólogo e um tipo de troca verbal que Malinowski classificou como comunhão fática. No primeiro caso, há uma troca de provérbios entre os participantes. Há uma alternância de posições de locução, mas “não há uma única referência explícita ao objeto do debate” (BENVENISTE, 2006, p. 87), isto é, os provérbios são ditos de forma aleatória. Benveniste é enfático ao dizer que, nesse caso, temos apenas a aparência de um diálogo, mas ele não ocorre. Consequentemente, não há enunciação. Aqui, o linguista introduz mais um critério para preencher a condição de diálogo: a enunciação deve fazer alguma referência ao objeto do debate, ou seja, à situação de discurso.

Já o monólogo, embora seja realizado por uma única pessoa, desdobra-se em duas posições: um *eu locutor* e um *eu ouvinte*. O *eu ouvinte*, muitas vezes, participa do diálogo; em outras, apenas o *eu locutor* fala. Em ambos os casos, temos um diálogo e, portanto, enunciação.

Flores (2017a, p. 96) utiliza a relação entre forma e sentido para explicar o que ocorre nesses dois casos: “o *hain-teny* tem a forma de um diálogo, mas não o sentido; o monólogo, por sua vez, tem a forma de um monólogo, mas não o sentido”. Situação mais complexa, no entanto, é o caso da comunhão fática descrita por Malinowski, em que a linguagem desempenha o papel de estabelecer uma cooperação entre os indivíduos. Como isso funciona? Seleccionamos alguns trechos da longa citação de Malinowski⁸³ para explicar. Atentemos, inicialmente, à situação em que esse tipo de troca verbal pode ocorrer:

⁸³ Conforme a explicação de Ono (2007), o texto de Malinowski faz uma crítica à linguística da época por não incluir o contexto de situação de discurso. Ele se opõe à ideia de que a linguagem seja utilizada apenas para expressar o pensamento ou comunicar informações. Para o antropólogo, falar é um ato social que tem uma intenção, estando o sentido necessariamente ligado à situação em que um enunciado ocorre.

quando várias pessoas sentam-se juntas em torno da fogueira da aldeia, depois de terminadas as tarefas quotidianas, ou quando batem papo, descansando do trabalho, ou quando acompanham algum simples trabalho manual com um tagarelar que nada tem a ver com o que estão fazendo. (MALINOWSKI, 1923, p. 313 apud BENVENISTE, 2006, p. 89).

Deve-se também mencionar o conteúdo de tais trocas: “uma simples frase de cortesia [...] as perguntas sobre a saúde, os comentários sobre o tempo, as afirmações de algum estado de coisas absolutamente óbvio” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 apud BENVENISTE, 2006, p. 89).

Para o antropológo, essa forma de se comunicar se caracteriza por:

- 1) não estar relacionada ao contexto imediato;
- 2) não ter a influência do comportamento e da intenção dos participantes no seu sentido;
- 3) não ter como objetivos informar algo, ordenar a alguém ou expressar um pensamento.

Na realidade, o objetivo da comunhão fática parece ser o de estabelecer um laço entre os interlocutores por meio da troca de palavras; ela “consiste, apenas, nessa atmosfera de sociabilidade e no fato de uma comunhão pessoal dessas pessoas” (MALINOWSKI, 1923, p. 313 apud BENVENISTE, 2006, p. 90). A particularidade reside no fato de que a situação é criada pela troca verbal, e o propósito de cada enunciação está em criar uma união entre ouvinte e locutor.

Sobre a comunhão fática, Benveniste (2006, p. 90) faz a seguinte avaliação:

estamos aqui no limite do “diálogo”. Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores.

Benveniste parece indicar que não há diálogo, pois a enunciação toma a si mesma como objeto, ou seja, não há referência à realidade do discurso, logo ao que o autor entende por subjetividade. Além disso, de acordo com Ono (2007, p. 101, grifos da autora), a comunhão fática “une, de fato, duas pessoas, mas como um jogo, um ritual, sem essa implicação linguística pessoal entre *eu* locutor e *eu* ouvinte”⁸⁴. A ideia de “pura enunciação de palavras combinadas, repetidas” parece remeter Benveniste ao *hain-teny* dos Merinas, resultando na avaliação segundo a qual ambas as formas não comportam uma implicação subjetiva e uma ancoragem na situação

⁸⁴ No original: “*elle unit, certes, deux personnes, mais comme un jeu, un rituel, sans cette implication linguistique personnelle entre je parlant et je écoutant*”.

de enunciação. A última formulação do conceito de enunciação por Benveniste dá relevo à ao aspecto pessoal, subjetivo e dialógico, o que leva a descartar tanto a comunhão fática quanto o *hain-teny* do campo da enunciação. A importância conferida ao diálogo por Benveniste é explicada por Dessons (2006, p. 47):

a situação do diálogo, longe de ser uma forma de comunicação dentre outras, resulta, então, de uma necessidade ligada ao caráter fundamentalmente social da linguagem. Essa função essencial convida a conceber a noção de comunicação fora do esquema da teoria da informação, para a qual a linguagem tem a função veicular de um vetor de mensagens⁸⁵.

4.2. A blasfemia e a eufemia no limite do diálogo

Demonstrada a relação entre enunciação e diálogo, resta-nos desenvolver por que tanto a blasfemia quanto a eufemia estão, como propomos já no título de nosso trabalho, no “limite do diálogo”. Se retormarmos a explicação do quadro locucional da blasfemia, podemos constatar que:

- 1) não há referência a uma situação particular;
- 2) não há referência a um parceiro ou a uma terceira pessoa;
- 3) não há transmissão de mensagem;
- 4) não há abertura para diálogo.

Essas características, imbricadas umas nas outras, descrevem a blasfemia em termos bastante similares às formas nas quais não há diálogo nem, portanto, enunciação, elencadas acima. Poder-se-ia contra-argumentar que essa teorização não coincide cronologicamente com a reflexão mais tardia sobre enunciação; entretanto, os textos “O aparelho formal da enunciação” e “A blasfemia e a eufemia” são contemporâneos, o que nos autoriza a traçar esse paralelo.

Conforme vimos anteriormente, a blasfemia se vale de fórmulas que podem ser utilizadas em qualquer situação. Portanto, ela não está atrelada a nenhuma situação objetiva no sentido em que ela descreveria tal contexto; ela é somente uma manifestação da intensidade da emoção do locutor a respeito da circunstância vivenciada por ele. Assim, os sinônimos possíveis seriam

⁸⁵ No original: “*la situation de dialogue, loin d’être une forme de communication parmi d’autres, résulte donc d’une nécessité liée au caractère fondamentalement social du langage. Cette fonction essentielle invite à concevoir la notion de communication en dehors du schéma de la théorie de l’information, pour laquelle le langage a la fonction véhiculaire d’un vecteur de messages*”.

outras fórmulas de blasfemia, que são intercambiáveis entre si ou, muitas vezes, pronunciadas uma após a outra. Por não fazer da situação uma referência no discurso⁸⁶, ela não comunica algo a um interlocutor, apenas expressa o sentimento do locutor. Se não temos a ancoragem à realidade de discurso, o que caracterizaria a subjetividade, não há como instaurar um “tu” diante do “eu”. É importante ressaltar que não estamos falando de pessoas reais, que podem ou não estar presentes na situação de interlocução. O que Benveniste afirma é que a palavra emitida pelo locutor não convoca o outro a se instaurar na troca linguística. O fato de não haver comunicação significa que não há transmissão de mensagem. Toda comunicação implica um outro, mas, na ausência desta, não há instauração de um alocutário. A quebra de um tabu, ou seja, a blasfemia parece barrar a possibilidade de instauração de um diálogo entre “eu” e “tu”.

Feito o exame a respeito da blasfemia, cabe-nos agora explicar como isso se relaciona com a eufemia. Ao discorrer sobre o fenômeno, Benveniste afirma que nela se mantém o quadro locucional da blasfemia, ocorrendo apenas modificações na forma da expressão. É necessário, porém, atentar ao que Benveniste diz quando caracteriza o quadro locucional: “a fórmula pronunciada *em blasfemia* não se refere a nenhuma situação objetiva em particular; a mesma imprecação é proferida em circunstâncias totalmente diversas” (2006, p. 261, grifos nossos). Em outras palavras, as considerações que seguem são válidas para o que se pronuncia *em blasfemia*, não *em eufemia*. Diante de tal constatação, é necessário reinterpretar de que maneira a eufemia “conserva o quadro locucional da blasfemia” (BENVENISTE, 2006, p. 262) segundo o mecanismo da eufemia que elaboramos no capítulo anterior.

De acordo com nossa proposta, o eufemismo consiste em uma espécie de associação que se dá de duas formas: a) evocando uma noção sem designá-la, ao mobilizar aspectos que não são característicos da noção evocada, e b) dizendo X e apontando para a o fato de que X está no lugar de Y, sendo Y o conteúdo interdito. O quadro locucional da blasfemia permanece na eufemia, visto que o mecanismo que realiza esta contém aquela. Se entendermos por “fórmula” a ideia de

⁸⁶ Sobre isso, note-se a explicação de Mosès (2001, p. 515-516, grifo do autor): “na realidade, a organização, a partir de uma ‘instância de discurso’ específica, do espaço e do tempo que cercam o locutor (organização que o interlocutor aceita por sua vez e compartilha com seu parceiro) não aparece senão no momento em que ele começa a falar, ou seja, com a manifestação da dimensão *semântica* da linguagem. Antes desse ato inaugural em que o sujeito toma a iniciativa de se declarar falando, a língua, como sistema de signos, já existe e, na sua frente, a realidade intangível do mundo exterior”. No original: “*en vérité, l’organisation, à partir d’une « instance de discours » spécifique, de l’espace et du temps qui entourent le locuteur (organisation que le colocuteur accepte à son tour et partage avec son partenaire) n’apparaît qu’au moment où celui-ci commence à parler; c’est-à-dire avec la manifestation de la dimension sémantique du langage. Avant cet acte inaugural où le sujet prend l’initiative de se déclarer parlant, la langue, comme système de signes, existe déjà, et, en face d’elle, la réalité intangible du monde extérieur*”.

mecanismo, constatamos que aquilo que é pronunciado *em eufemia* não remete à nenhuma situação particular, visto que o *mecanismo* funciona de maneira igual em qualquer situação em que seja utilizado. Além disso, o eufemismo é expressivo na medida que indica a atitude do locutor em relação a algo que ele entende ser um tabu. Disso, decorrem duas outras observações: a) a intensidade da atitude do locutor encontra-se marcada no enunciado eufemístico, porém no sentido contrário à blasfemia, pois se trata de uma atenuação do que é dito, e b) na medida em que diz respeito à atitude do locutor, podemos considerar que ele “não se refere também ao parceiro ou à terceira pessoa” (BENVENISTE, 2006, p. 261). Isso não quer dizer que o locutor não seja influenciado pelo alocutário, mas que o uso ou não de um eufemismo depende, em última instância, daquele que enuncia.

Essa última observação parece similar com a caracterização que Benveniste faz da comunhão fática, ao propor que esta consiste em “uma relação pessoal criada, mantida, por *uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma*” (BENVENISTE, 2006, p. 90, grifos nossos). Podemos considerar que o mecanismo do eufemismo, na medida em que mostra tanto o conteúdo interdito quanto a atenuação desse conteúdo por outra expressão, constituiria um exemplo de uma forma de enunciação que toma a si mesma como objeto, o que a aproximaria de uma atividade metalinguística (STUMPF, 2010)⁸⁷.

Por remeter a si mesmo, poderíamos afirmar que o eufemismo não comunica uma mensagem, pois o enunciado eufemístico não formula linguisticamente o conteúdo interdito, o

⁸⁷ É necessário distinguir a metalinguagem lógica da metalinguagem natural. Conforme explicamos em Stumpf (2010, p. 23), “a metalinguagem lógica consiste em um sistema codificado feito para dar conta de um determinado sistema. Para Tarski (apud REY-DEBOVE, 1978, p. 13), através dessa segunda linguagem (metalinguagem), pode-se falar da primeira (linguagem-objeto). Embora a metalinguagem utilize os termos da linguagem-objeto, é necessário que ela seja mais rica. Assim, para os lógicos, a metalinguagem não se opõe à linguagem-objeto, mas a contém, visto que a verdade das frases de uma língua se prova através das frases onde o significado do mundo intervém. [...] Assim, um exemplo de uma frase metalinguística é: /“Chove” é verdadeiro se e somente se chove/, que coloca em relação os enunciados expressos em metalinguagem e os estados de fatos expressos na língua ordinária”. A metalinguagem natural, por sua vez, diz respeito aos comentários cotidianos elaborados pelos falantes sobre a linguagem e, “longe de estar reservada à esfera científica, a metalinguagem é uma prática cotidiana da qual os locutores lançam mão sempre que precisam certificar-se da eficácia da comunicação (JAKOBSON, 1974, p. 127)” (STUMPF, 2010, p. 25). O eufemismo seria um exemplo de uma atividade metalinguística natural, visto que indicaria uma reflexão (não necessariamente consciente) sobre a linguagem elaborada por meio da língua. A metalinguagem, entendida em uma perspectiva enunciativa, seria “a propriedade da língua de construir uma referência sobre si própria” (STUMPF, 2010, p. 79) e, sendo um ato de enunciação, mobiliza a subjetividade do locutor na medida que este faz uma interpretação da língua.

qual é apenas apontado. Dessa forma, o eufemismo não abriria para diálogo e não suscitaria uma resposta. Diante de um enunciado eufemístico, há duas possibilidades para o alocutário: ou ele se guia pelo que é dito, ratificando o eufemismo, ou ele se guia pelo que é apontado. Na primeira alternativa, não haveria possibilidade de diálogo, visto que se trata de uma enunciação que se volta sobre si mesma. Na segunda alternativa, caso o alocutário faça menção ao que é mostrado, instaura-se a possibilidade de um diálogo, pois a enunciação volta a fazer referência a uma mensagem (o conteúdo interdito), possibilitando a ancoragem na situação de discurso e a troca intersubjetiva.

Essa discussão deixa entrever a originalidade e a potência da noção de *diálogo* em Benveniste. Conforme foi possível observar, não é suficiente termos duas pessoas alternando-se entre “eu” e “tu” nas trocas verbais; é necessário que a situação de enunciação torne-se referência no discurso, o que se dá através da subjetivação dos locutores em questão. Teixeira (2012, p. 78, grifos da autora) chama a atenção para o caráter inegavelmente subjetivo do diálogo e da sua importância para a constituição do sujeito:

E o que se troca nessa inversão? Informações, talvez, mas não principalmente. O que se troca é, antes de tudo, a qualidade específica do *eu*, imediatamente transferida àquele designado como *tu*. Dufour (2000) destaca que eu e tu são conchas vazias que se preenchem na enunciação. Falar consiste em trocar a capacidade de utilizar *eu*; em preencher essas conchas vazias. É essa possibilidade que buscamos em todas as nossas conversas. Até porque, nessa troca, asseguramo-nos de nossa própria presença. O processo de comunicação intersubjetiva é uma consequência desse trabalho que os interlocutores cumprem mutuamente sem nem mesmo perceberem.

Benveniste parece também indicar que o conteúdo é um critério fundamental para a definição do que é um diálogo, excluindo de sua consideração as situações em que as enunciações se dão por convenção social, como uma espécie de ritual mecanizado. Limitamo-nos, aqui, a apontar duas formas que estão em diferentes limites do diálogo, sem, contudo, esgotar o potencial da reflexão.

4.3. A blasfemia, a eufemia e o falante: em direção a uma antropologia da enunciação

Conforme apontamos na introdução de nosso trabalho, questões sobre a linguagem e sua relação com a cultura têm sido encontradas com mais frequência na sociedade brasileira,

principalmente por meio da mídia. Temas como violência verbal, discurso de ódio e linguagem politicamente correta têm se tornado mais comuns e mobilizado diferentes opiniões. No cerne dessas discussões, encontramos o eufemismo, um fenômeno complexo que deixa entrever a possibilidade de causar ofensa por meio da língua e a necessidade que os falantes têm de atenuá-la. O eufemismo desfaz, dessa forma, a ideia de que a língua é um instrumento de comunicação neutro, utilizado para fins pragmáticos pelos seres humanos, e mostra que a atividade humana de falar não se realiza sem a implicação do locutor nesse ato. Como vimos acima (cf. 4.1), não há enunciação sem subjetivação, por meio da qual o locutor se torna sujeito na e pela linguagem. Tal implicação traz consigo uma dimensão ética e política à enunciação.

Isso nos leva a considerar o potencial da reflexão benvenistiana sobre a linguagem e o falante. Agamben (2011, p. 82) baseia-se em Benveniste para elaborar o seguinte argumento:

[...] o elemento decisivo que confere à linguagem humana as suas virtudes peculiares não reside no instrumento em si mesmo, mas sim no lugar que ele confere ao ser que fala, enquanto disponibiliza dentro de si uma forma de vazio que o locutor toda vez deve assumir para falar. Por outras palavras, na relação ética que se estabelece entre ser falante e a sua língua. O homem é o ser vivo que, para falar, deve dizer ‘eu’, ou seja, deve ‘tomar a palavra’, assumi-la e torná-la própria.

Ou seja, a peculiaridade do ser humano em relação aos animais não se localiza apenas no fato de que o primeiro é dotado de linguagem, mas em uma característica muito específica dessa habilidade. Essa característica nada mais é do que o pronome *eu*, que permite que todos os falantes possam se referir a si próprios pela língua através de uma única forma. Para nos constituirmos enquanto sujeitos, necessitamos nos apropriar da língua através de um ato individual de utilização, ato que é garantido pela própria estrutura linguística, que dispõe dos pronomes pessoais e assegura a subjetivação. Entretanto, Agamben chama a atenção para uma consequência importante dessa característica: apropriar-se da língua e falar “eu” implica aquele que fala no seu discurso. Dessa forma, sujeito e linguagem encontram-se ligados de maneira indissociável.

Com todo ato de conversão da língua em discurso, o locutor instaura diante de si um alocutário, ou seja, falar é sempre falar para alguém, para um outro que, por sua vez, tornar-se-á locutor quando se apropriar da língua e se propor como “eu” no discurso. Com isso, funda-se a dimensão intersubjetiva e social da enunciação, baseada nas relações entre locutor e alocutário estabelecidas através da enunciação.

Os temas tratados nesta tese constituem um lugar privilegiado para a observação da implicação entre homem e linguagem. Para Dessons (2006), os atos performativos apenas sublinham uma dimensão pragmática que subjaz a todo ato de fala. O autor esclarece que “o caráter pragmático da linguagem constitui a sua natureza política, no sentido de que falar nunca é um processo neutro, mas um ato que implica uma estruturação das relações interpessoais”⁸⁸ (DESSONS, 2006, p. 48). Assim, o eufemismo, bem como a blasfemia e o juramento, coloca em relevo a dimensão ética e política do exercício da linguagem enquanto atividade intersubjetiva.

Para Agamben, podemos constatar isso no juramento, que seria um vestígio, na língua, de uma experiência de linguagem em que falar é fazer, uma adequação plena entre a palavra e o mundo. De acordo com o filósofo (AGAMBEN, 2011, p. 80),

assim também o juramento expressa a exigência, em todos os sentidos decisiva para o animal falante, de pôr em jogo na linguagem a sua natureza e de vincular entre si, ao mesmo tempo, em um nexó ético e político, as palavras, as ações e as coisas.

Assim, não basta ao ser humano ter a linguagem, pois é necessário enunciar para assumir-se enquanto sujeito e, no mesmo ato, responsabilizar-se por aquilo que fala. Descobrimo-se falante, o homem sentiu a necessidade de garantir a veracidade da palavra sua e do outro. Segundo a reflexão de Agamben (2011), a experiência performativa da linguagem vivenciada no juramento e a possibilidade de desfazê-la teriam dado origem à religião e ao direito, de forma que essas instituições, através de mecanismos e dispositivos específicos, pudessem garantir a verdade daquilo que é enunciado.

A blasfemia, por sua vez, é justamente a possibilidade de que o nexó se rompa. A invocação do nome de Deus fora do culto e do juramento – os dois contextos em que ele pode ser pronunciado – torna a a experiência da linguagem algo vazio. Nas palavras de Agamben (2011, p. 52),

o que a maldição sanciona é o fato de não ocorrer a correspondência entre as palavras e as coisas que estão em jogo no juramento. Quando se rompe o nexó que une a linguagem e o mundo, o nome de Deus, que expressava e garantia essa conexão “bem-dizente”, torna-se o nome da “mal-dição”, a saber, de uma palavra que rompe a relação verídica com as coisas.

⁸⁸ No original: “*le caractère pragmatique du langage en constitue la nature politique, au sens où parler n’est jamais un procès neutre, mais un acte qui implique une structuration des relations interpersonnelles*”.

A pronúncia vã do nome de Deus resulta na transgressão de um tabu, constituindo uma injúria. Aqui, o falante se vê diante do fato de que a plena correspondência entre as palavras e as ações atribuiria à língua o poder de ofender e agredir. Conforme analisamos anteriormente, a blasfemia está no limite do diálogo, pois não comunica e não estabelece diálogo com o outro. Ela coloca em xeque a característica dialógica da linguagem humana. De fato, é necessário questionarmo-nos: que tipo de diálogo poderia ser instaurado entre “eu” e “tu” quando se usa a língua para ofender? Com isso, não queremos defender uma ideia, que poderia facilmente passar por moralista, segundo a qual a língua deveria ser usada somente para fins benevolentes, mas apontar para o fato de que seu uso pode constituir uma agressão, o que é tido como tabu e crime em muitas sociedades.

Prova disso é a legislação acerca do discurso de ódio que se encontra em vigor em muitos países, punindo crimes como injúria. Em outros, como nos Estados Unidos (VAN MILL 2017), considerado um exemplo de tradição liberal por proteger o direito à livre expressão, há decisões judiciais que sustentam que o discurso de ódio se enquadra dentro desse direito, sendo, portanto, protegido de acordo com a constituição. Uma situação recente no Brasil que evoca essa discussão é o caso do goleiro Aranha, que foi chamado de “macaco” por torcedores do time adversário durante um jogo. O que torna essa palavra uma injúria? Seu significado? Seu uso? Os interlocutores em questão? Nesse caso, o contexto pode ajudar na constituição da injúria, visto que se trata de pessoas brancas se referindo a uma pessoa negra? Ou o fato de ter ocorrido em uma partida de futebol, situação na qual as pessoas estão fortemente influenciadas pela emoção e pela coletividade, poderia enfraquecer a agressão?

Na tentativa de não transgredir o tabu, toda blasfemia causa a eufemia, que nada mais é do que uma maneira de evitar a agressão ao alterar a expressão. Conforme Benveniste, porém, a blasfemia permanece, pois é justamente a “condição paradoxal do tabu” o fato de “continuar a existir enquanto interdito” (2006, p. 260). A eufemia revela a observação, por parte do falante, de que tudo não se pode e/ou se deve falar, das interdições próprias de cada cultura, que são transmitidas e significadas pelo exercício da fala. Na tentativa de não agredir, o falante corrige a expressão interdita e retira sua performatividade enquanto blasfemia, realizando o que Benveniste chama de eufemia.

Conforme nossa proposta, o eufemismo é um performativo na medida que ele só se realiza através do emprego de um mecanismo que enuncia X e aponta para X atenuando Y. É um

fenômeno complexo, que mostra, por parte do falante, o reconhecimento (mesmo que não seja consciente) de uma interdição e a tentativa de se esquivar dela, ainda que isso se dê de forma a conservá-la na alusão que o eufemismo faz ao tabu. Ele revela como a enunciação integra língua, homem e cultura, na medida que o homem interpreta esta por meio daquela e marca essa relação naquela. O eufemismo também é vestígio da constituição linguística do sujeito, na medida que mostra como falar é tão necessário ao ser humano que este corre o risco de transgredir um tabu para poder enunciar. As formas resultantes disso, que chamamos de expressões ou enunciados eufemísticos, são uma maneira absolutamente singular de garantir sua presença na língua, já que a linguagem é o único meio pelo qual o homem pode experimentar a subjetividade.

Como atividade fundamentalmente social e dialógica, a língua convertida em discurso está invariavelmente relacionada a culturas. O eufemismo manifesta, para o falante, as interdições existentes na sua cultura, que se tornam significantes na e pela língua, assim como outros aspectos culturais. As proibições ganham relevo também em Benveniste quando este, ao tratar da cultura, afirma: “o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve” (2005, p. 32). O eufemismo, ao trazer simultaneamente a interdição e a sua atenuação, serviria como uma dupla porta de entrada ao estudo de uma cultura.

Acreditamos que, tendo em vista todas as considerações tecidas acima, o eufemismo é um elemento basilar para o desenvolvimento de uma antropologia da enunciação (FLORES, 2016). Se bem entendemos a proposta do autor, tal empreitada diz respeito à elaboração de um conhecimento sobre o homem na sua condição de falante. Trata-se de um saber que é elaborado pelas próprias manifestações linguísticas do falante. Ainda que, nesse caso, o homem não formule explicitamente algo sobre a língua, o eufemismo revela muito sobre a relação do homem com a língua e com a cultura (e sobre a condição desta como um sistema de valores interpretado pela língua).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser o que o senhor saiba.

João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas

Ainda que nossa pesquisa seja relativamente incipiente, é necessário colocar um ponto final com a esperança de que sua conclusão possa abrir novos caminhos no estudo sobre os temas tratados. Para tanto, pretendemos, neste momento, retomar o percurso realizado, fazer uma avaliação crítica do seu resultado e apontar algumas perspectivas para sua continuidade.

Inicialmente, ao escolhermos um quadro teórico enunciativo para estudar o fenômeno do eufemismo, pensávamos em empreender uma reflexão que pudesse dar conta das relações entre língua e cultura por meio do viés da interdição, procurando compreender como o locutor se marca na língua através do uso de eufemismos. A ausência de uma reflexão de base enunciativa nos estudos sobre o fenômeno em questão nos sinalizava que esse tema era merecedor de tal estudo. Além disso, a presença do eufemismo em dois textos de Benveniste nos mostrava a importância desse fenômeno, ao mesmo tempo em que autorizava uma possível abordagem enunciativa. Inicialmente, buscávamos elaborar as contribuições de um estudo enunciativo do eufemismo, que seria posteriormente comparado com as abordagens delineadas no capítulo 1 deste trabalho. A perspectiva que se oferecia para esta pesquisa estava relacionada com o desenvolvimento do programa semiológico presente em Benveniste, uma investigação que ainda está em andamento (cf. ROSÁRIO, 2016). Naquele momento, julgávamos que a dimensão antropológica esboçada no capítulo 2 seria explorada por meio da semiologia, mostrando como o sujeito interpreta a cultura através da língua. Este estudo, se tivesse sido levado a cabo, possivelmente se assemelharia às reflexões que encontramos no texto “Eufemismos antigos e modernos”.

Entretanto, o estudo detalhado do texto “A blasfêmia e a eufemia” levou-nos para um caminho distinto daquele inicialmente previsto. O estudo de Ono (2012) sobre as notas

preparatórias deste texto foi fundamental para revelar outras temáticas relacionadas com o assunto. Assim, o trabalho foi enriquecido ao trazer uma análise mais profunda de temas poucos explorados na obra de Benveniste, como a questão da performatividade e do juramento. Isso nos levou a ler outra obra do linguista, o *Vocabulário das Instituições Indo-europeias*, para compreender como as análises da sociedade traçadas por Benveniste revelavam a importância desses conceitos. Com o auxílio de Ono (2007), também foi possível conceber a relação entre as análises e a teorização presente nos *Problemas de Linguística Geral I e II*, aprofundando e complexificando nosso entendimento da obra do linguista.

Nossa ideia inicial, ainda que não tenha sido desenvolvida, não foi descartada e, juntamente com os desenvolvimentos futuros a respeito da semiologia e a operacionalização da noção de *interpretância*, constitui uma alternativa aos estudos atuais sobre eufemismo. Uma abordagem enunciativa poderá contribuir por meio dos seguintes aspectos:

- 1) uma visão não referencialista de língua, que dá destaque à língua na sua função simbolizante e no seu papel de mediadora entre o homem e o mundo;
- 2) a possibilidade de estudar os mecanismos utilizados na formação dos eufemismos sem restringir-se a um só nível linguístico. Conforme Flores (2010), a enunciação não pode ser entendida como um nível da língua, mas, por mobilizar toda a língua em um ato individual de utilização, é transversal a ela. Dessa forma, um estudo enunciativo pode abarcar a produção de sentido em qualquer nível ou mesmo na integração entre níveis;
- 3) uma perspectiva de análise que leve em conta o uso dos eufemismos em uma dada instância de discurso, ou seja, a estrutura *eu-tu/ele – aqui – agora* (cf. capítulo 2), de forma a compreendê-los como marcas de subjetividade a partir de uma situação específica;
- 4) uma abordagem que considere a relação indissociável entre língua e cultura, mostrando como a primeira carrega em si vestígios da segunda. Corrobora isso Flores (2013, p. 191), ao afirmar que “Benveniste possibilita ancorar uma linguística verdadeiramente preocupada com as formas da presença do homem na língua; uma presença inventiva, que não poderia ser desvinculada da noção de cultura”.

Uma vez constatada a necessidade de se explorar melhor a questão da blasfemia e da eufemia, nosso percurso envolveu um exame do tratamento do juramento e da questão da performatividade em Benveniste. O cruzamento desses tópicos levou-nos a entender o eufemismo como um mecanismo complexo que consiste em dizer X ao mesmo tempo em que aponta para

como X atenua Y, sendo este o conteúdo sobre o qual recai a interdição. O eufemismo pode, então, ser considerado como um ato performativo, pois eufemizar é justamente enunciar uma expressão que contenha tal mecanismo. Essa leitura, que dá destaque ao papel da interdição e aos mecanismos linguísticos que permitem que o falante desvie dela, foi chamada por nós de abordagem antropológica, na medida em que sublinha a relação entre homem e linguagem sob o viés da interdição.

Ainda que o capítulo 3 tenha se voltado sobre os eufemismos, a análise feita por Benveniste mostra que estes não podem ser estudados sem considerar a blasfemia, ou seja, aquilo que é interdito. A forma como o linguista descreve o quadro locucional desse mecanismo chamou-nos a atenção e fez com que adicionássemos mais uma parada em nosso percurso: discutir os fenômenos em relação à problemática da enunciação e do diálogo. Ressaltamos, assim, mais uma contribuição deste estudo, pois buscamos explorar o que se poderia entender por “limite do diálogo”, expressão utilizada por Benveniste ao caracterizar um tipo de troca verbal chamada por Malinowski de comunhão fática.

Postulamos que, para ser considerado enquanto tal, o diálogo deve contar com a implicação subjetiva daquele que enuncia, o que implica fazer da situação de discurso uma referência. Sem atender a essas condições, teríamos tão somente a aparência de um diálogo. Vimos que a blasfemia é descrita de forma a ressaltar que sua enunciação não faz referência a uma situação particular, não comunica uma mensagem e, portanto, não abre para diálogo. O mecanismo utilizado para o eufemismo, por poder ser empregado em qualquer situação, também não toma a situação como objeto de discurso. O fato do eufemismo trazer simultaneamente o conteúdo interdito e a sua atenuação enquadra-o em um tipo de enunciação que se volta sobre ela mesma, impedindo que se comunique uma mensagem e instaure um diálogo.

A partir de tais reflexões, finalizamos mostrando como os dois fenômenos podem contribuir para discutir a relação entre língua, sociedade/cultura e homem. Retomamos a teorização de Agamben (2011) a respeito do juramento para argumentar que, ao dizer “eu” e se constituir como sujeito na e pela linguagem, homem e língua encontram-se indissociáveis, o que estabelece um nexos ético e político entre o que é dito e quem o diz. O juramento é justamente uma experiência de linguagem que possibilita a adequação plena entre a linguagem e o mundo, entre as palavras, as coisas e as ações. A blasfemia, por sua vez, ao usar o nome de Deus em vão, constitui uma transgressão ao tabu e uma ofensa, mostrando que o nexos que se supõe entre a

linguagem e o mundo pode romper, tornando-se assim uma “mal-dição”. Há o reconhecimento de que a língua pode ser usada para agredir, o que é significado de várias formas por diferentes culturas. Por fim, consideramos que o eufemismo é uma tentativa de conter o potencial agressivo da língua, o que revela como o homem se depara com as interdições da sua cultura e as interpreta por meio da língua.

Sugerimos que o eufemismo possa ser relevante para uma antropologia da enunciação (FLORES, 2016), visto que é um mecanismo privilegiado que apreende o homem na sua condição de falante, ao revelar como o homem interpreta as interdições culturais por meio de formas singulares de se fazer presente na língua.

A limitação de nosso estudo reside no fato de não contar com análises. Apoiamo-nos apenas nos exemplos estudados por Benveniste para desenvolver o raciocínio que foi exposto ao longo do trabalho. O motivo para a falta de análises deve-se à necessidade de avançar na teorização sobre a língua enquanto sistema semiológico, o que desvia do escopo de nosso trabalho. Entretanto, uma vez que a relação entre língua e sociedade seja desenvolvida em uma perspectiva semiológica, abrem-se possibilidades de estudos a respeito de como culturas específicas e suas interdições são interpretadas pelos falantes por meio da língua.

Além disso, nosso trabalho foi um pequeno passo para discutir sobre o diálogo e seus limites. Conforme indicamos, a concepção de diálogo presente em Benveniste é bastante original e forte. Seu desenvolvimento certamente poderá apontar para outros “limites”, o que contribuiria para uma descrição das diversas formas de enunciação, em particular o que Benveniste refere, em seu último texto, por “formas complexas do discurso”, que têm sido tema de alguns estudos contemporâneos (FLORES; TEIXEIRA, 2013).

Os futuros estudos que nosso trabalho pode acarretar atestam o potencial da leitura renovada da obra de Benveniste, que salienta a importância da linguagem na constituição do sujeito, nas atividades que o homem realiza enquanto membro de uma comunidade unida por conta do poder significante da língua. Falar de um sujeito constituído na e pela linguagem, no exercício da fala e da troca entre “eu” e “tu”, implica, inevitavelmente, que se discuta a dimensão ética e política que une o homem e sua linguagem. É Benveniste, mais uma vez, quem nos ampara em mais uma necessária reflexão nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O sacramento da linguagem**: uma arqueologia do juramento. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

ANDERSON, Luvell; LEPORE, Ernie. What did you call me? Slurs as prohibited words. **Analytic Philosophy**, v. 54, n. 3, p.350-363, set. 2013.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, n. 1, p.7-24, jan./abr. 2016.

BENVENISTE, Émile. L'expression du serment dans la Grèce ancienne. **Revue de L'histoire Des Religions**, v. 134, n. 1, p.81-94, jan. 1947. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/rhr_0035-1423_1947_num_134_1_5601. Acesso em: 01 dez. 2016.

_____. **Vocabulário das instituições indo-europeias**. Volume I: Economia, Parentesco, Sociedade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **Vocabulário das instituições indo-europeias**. Volume II: Poder, Direito, Religião. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **Problemas de linguística geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Baudelaire**. Présentation et transcription de Chloé Laplantine. Limoges: Éditions Lambert Lucas, 2011.

_____. **Dernières leçons**: Collège de France, 1968 – 1969. Paris: Seuil, Gallimard, 2012. (Édition établie par Jean-Claude Coquet et Irène Fenoglio).

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução: Daniel Costa da Silva et al.1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BONHOMME, Marc. **Les figures clés du discours**. Paris: Seuil, 1998.

BONHOMME, Marc; LATORRE, Mariela de; HORAK, André. Présentation générale. In: _____. **Études pragmativo-discursives sur l'euphémisme**. Frankfurt: Peter Lang, 2012. p. 7-20.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**. Some universals in language. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Humaniza Redes – Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.humanizaredes.gov.br/o-que-e/>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. Londres: Routledge, 1997.

CASAS GÓMEZ, Miguel. Towards a new approach to the linguistic definition of euphemism. **Language Sciences**, v. 31, n. 6, p.725-739, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Nacional, 2008.

COQUET, Jean-claude. Benveniste et le discours de la passion. **Linx: Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre**, Paris, n. 9, p. 295-305, abr. 1997. Disponível em: <https://linx.revues.org/1072>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CORREIA, João da Silva. **O eufemismo e o disfemismo na língua e na literatura portuguesa**. Lisboa: Arquivo da Universidade de Lisboa, 1927.

CROOM, Adam. Slurs. **Language Sciences**, v. 33, n. 3, p.343-358, maio 2011.

CRESPO FERNÁNDEZ, Eliecer. Sexually explicit euphemism in Martin Amis's *Yellow Dog*: mitigation or offence? **Miscelánea: a journal of English and American studies**, n. 33, p.11-30, 2006.

CULPEPER, Jonathan. Impoliteness and entertainment in the television quiz show *The Weakest Link*. **Journal of Politeness Research. Language, Behaviour, Culture**, v. 1, n. 1, p.35-72, jan. 2005.

_____. **Impoliteness: using language to cause offence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste: l'invention du discours**. Paris: Éditions In Press, 2006.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2004.

DUMARSAIS, C. C. **Des tropes ou des différents sens**. Paris: Flammarion, 1988.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FIORIN, José Luiz. A linguagem politicamente correta. **Linguagem** (São Paulo), v. 1, p. 1-4, 2008.

_____. **Figuras de retórica**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: BATTISTI, Elisa; COLLISCHONN, Gisela. (Orgs.). **Língua e linguagem: perspectivas de investigação**. 2010, v. 1, p. 45-57.

_____; TEIXEIRA, Marlene. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades de Émile Benveniste. **ReVEL**, edição especial n.7, 2013.

_____. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. supl, p.s90-s95, dez. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/23144/14074>. Acesso em: 01 abr. 2016.

_____; SEVERO, Renata Trindade. Linguagem e cultura: uma abordagem com Benveniste. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 2, p.310-330, jan. 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2015/04/17-FLORES-E-SEVERO1.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

_____. **Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure**. São Paulo: Parábola, 2017a.

_____. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 9-18. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6828>. Acesso em 01 ago. 2017b.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Porto Alegre. L&PM Editores, 2013.

GUÉRIOS, R. F. M. **Tabus linguísticos**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1979.

GUMPERZ, John J.; LEVINSON, S. (Orgs.). **Rethinking linguistic relativity**. Cambridge, UK: Cambridge University Press; 1996.

JAMET, Denis. Historique et procédés linguistiques de l'euphémisme. In: JAMET, Denis; JOBERT, Manuel. **Empreintes de l'euphémisme**. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 31-50.

JAMET, Denis; JOBERT, Manuel. Juste un petit mot sur l'euphémisme. In: JAMET, Denis; JOBERT, Manuel. **Empreintes de l'euphémisme**. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 31-50.

JAY, Timothy. The utility and ubiquity of taboo words. **Perspectives On Psychological Science**, v. 4, n. 2, p.153-161, mar. 2009.

_____. **Cursing in America**: a psycholinguistic study of dirty language in the courts, in the movies, in the schoolyards and on the streets. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1992.

_____. **Why we curse**: a neuro-psycho-social theory of speech. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1999.

JOUËT-PASTRÉ, Clémence M. C. et al. **Ponto de Encontro**: Portuguese as a world language. 2. ed. New York: Pearson, 2012.

KRÖLL, Heinz. **O eufemismo e o disfemismo no português moderno**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.

LAPLANTINE, Chloé. **Emile Benveniste: poétique de la théorie**. Publication et transcription des manuscrits inédits d'une poétique de Baudelaire. 2008. 328 f. Tese (Doutorado) - École Doctorale Pratiques Et Théories Du Sens, Université Paris 8 Vincennes – Saint-Denis, Paris, 2008. Disponível em: http://1.static.e-corpus.org/download/notice_file/1794543/chloe_laplantine.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.

LAROUSSE. **Dictionnaire de français**. Disponível em: <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/blaspheme/9774?q=blaspheme#9671>. Acesso em: 16 jan. 2015.

LEE, Penny. Benjamin Lee Whorf. In: VERSCHUEREN, J; ÖSTMAN, J; SENFT, G. (Orgs.). **Culture and Language Use**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009.

LESAFFRE, Hubert. En France, le blasphème n'existe plus. **Libération**. Paris. 18 set. 2012. Disponível em: http://www.liberation.fr/monde/2012/09/18/en-france-le-blaspheme-n-existe-plus_847187. Acesso em: 16 jan. 2015.

LEVELEUX-TEIXEIRA, Corinne. Injure à Dieu, outrage au roi. Le blasphème à la fin du Moyen Age et au début de l'époque moderne: un crime limite. In: DESMONS, Eric; PAVEAU, Marie-Anne. **Outrages, insultes, blasphèmes et injures**: violences du langage et polices du discours. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 31-52.

LEVY, Leonard. **Blasphemy**: verbal offense against the Sacred, from Moses to Salman Rushdie. Chapel Hill, Londres: The University of North Carolina Press, 1993.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 44. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2005.

LUCY, John A. Linguistic Relativity. **Annual Review of Anthropology**, v. 26, p.291-312, 1997.

- MALAMOUD, Charles. L'anthropologie d'Émile Benveniste. Remarques d'un indianiste. In: FENOGLIO, I., et al. **Autor d'Émile Benveniste**: sur l'écriture. Paris: Seuil, 2016.
- MÉLIS, Gérard. L'euphémisme en syntaxe: le cas de la modalité d'apparence en anglais contemporain. In: JAMET, Denis; JOBERT, Manuel. **Empreintes de l'euphémisme**. Paris: L'Harmattan, 2010. p. 31-50.
- MOSÈS, Stéphane. Émile Benveniste et la linguistique du dialogue. **Revue de Métaphysique Et de Morale**, v. 32, n. 4, p.509-525, 2001.
- NASH, David. **Blasphemy in the Christian world**: a history. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (Orgs.) **O falar da linguagem**. São Paulo: E. Lovise, 1996.
- ONLINE. Etymology Dictionary. Disponível em: <<http://www.etymonline.com/>>. Acesso em: 30 set. 2016.
- ONO, Aya. « Le nom c'est l'être »: les notes préparatoires d'Émile Benveniste à l'article « La blasphémie et l'euphémie ». **Genesis**, n. 53, p.77-86, 2012. Disponível em: <http://genesis.revues.org/1047>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Paris: Lambert-Lucas, 2007.
- ORSI, Vivian. Tabu e preconceito linguístico. **ReVEL**, v. 9, n. 17, p.334-348, ago. 2011.
- OXFORD guide to British and American culture**: for learners of English. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- PINKER, Steven. **The blank slate**: the modern denial of human nature. Nova Iorque: Penguin, 2003.
- POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira? **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 2, p.47-72, 2006. Disponível em: <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/245.pdf>. Acesso em: 07 set. 2012.
- PRETI, Dino. **A linguagem proibida**: um estudo sobre a linguagem erótica. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- RAJAGOPALAN, K. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: SILVA, F. L. da; MOURA, H. M. M. (Orgs.). **O direito à fala**: a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Ed. Insular, 2000. p. 93-102.
- ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. A questão da significância da língua em Émile Benveniste: o modo semiótico e o modo semântico. **ReVEL**, edição especial n. 11, p.50-68, 2016.

SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa gramática completa: teoria e prática**. 30. ed., rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

SANTOS, Karla Cristina dos. **A problemática da constituição da ofensa no ato de insultar: a injúria como prática linguística discriminatória no Brasil**. 2012. 126 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SILVA, Carmem Luci da Costa; FLORES, Valdir do Nascimento. A significação e a presença da criança na linguagem. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p.133-149, jun. 2015. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/449/412>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SILVA, Luiz Antônio da. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, Dino. **Cortesia verbal**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 157-192.

STUMPF, Elisa Marchioro. **Uma proposta enunciativa para o tratamento da metalinguagem na aquisição da linguagem**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRABANT, Jürgen. Pourquoi Humboldt? In: ARCHAIMBAULT, Sylvie; FOURNIER, Jean-marie; RABY, Valérie. **Penser l'histoire des savoirs linguistiques: Hommage à Sylvain Aurox**. Lyon: Ens Éditions, 2014. p. 427-437.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2006.

TEIXEIRA, T. M. L. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Desenredo (PPGL/UPF)**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p.71-83, 2012. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/2639>. Acesso em: 02 nov. 2012.

TOURNIER, Jean. L'expression euphémique des tabous. **Recherches en linguistique étrangère II – Annales littéraires de l'Université de Besançon**, n. 167, p.151-177, 1991.

VAN MILL, David. Freedom of Speech. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2017 Edition). 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2017/entries/freedom-speech/>. Acesso em: 05 dez. 2017.

VERMEULEN, Jeroen. Edward Sapir. In: VERSCHUEREN, J; ÖSTMAN, J; SENFT, G. (Orgs.). **Culture and Language Use**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2009.

WARREN, Beatrice. What euphemisms tell us about the interpretation of words. **Studia linguistica**, v. 46, n. 2, p.128-172, 1992.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1994.